

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

“Descortinando perspectivas para um novo agir ético: *geografando* redes e corporificando a cultura da partilha na Economia de Comunhão.”

Heloisa Helena Gonçalves
(Doutoranda)

Ruy Moreira
(Orientador)

Niterói - RJ, Dezembro de 2009

G635

Gonçalves, Heloisa Helena

Descortinando perspectivas para um novo agir ético: geografando redes e corporificando a cultura da partilha na Economia de Comunhão / Heloisa Helena Gonçalves. – Niterói : [s.n.], 2009.
147 f.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

1.Economia. 2.Economia de Comunhão. 3.Movimento dos Focolares. I.Título.

CDD 361.365

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

“Descortinando perspectivas para um novo agir ético: *geografando* redes e corporificando a cultura da partilha na Economia de Comunhão.”

Heloisa Helena Gonçalves
(Doutoranda)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Ordenamento Territorial Urbano-Regional

Ruy Moreira
(Orientador)

Niterói - RJ, Dezembro de 2009

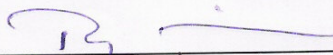
Heloisa Helena Gonçalves

Descortinando perspectivas para um novo agir ético: geografando redes e corporificando a cultura da partilha na Economia de Comunhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Geografia.
Área de Concentração: Ordenamento Territorial

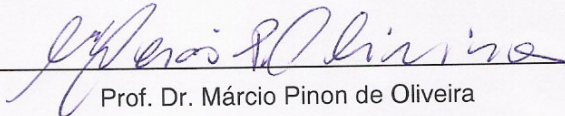
Aprovada em 18 de dezembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA



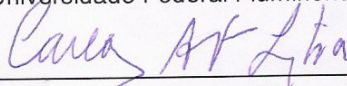
Prof. Dr. Ruy Moreira

Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Márcio Pinon de Oliveira

Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva

Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Carlos Renato Mota

Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Roberto Cintra Martins

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Niterói

2009

Dedicatória

*Ao meu saudoso pai, Jorge Gonçalves
À minha mãe, Iris*

*Ao querido filho Gabriel
Ao meu amado Luís*

Á Chiara Lubich

A toda minha família de sangue e de alma.

Agradecimentos

Novamente, os agradecimentos são muitos e sinceros. Muito tempo de dedicação a uma causa significa, a princípio, menor tempo de dedicação a tantas outras, não menos justas, belas e necessárias. Com as lacunas que existem e o desejo de cobrir cada uma delas, inicio os agradecimentos nominando Àquele que escutou todos os meus medos, me ouviu e acalentou quando ninguém pôde fazê-lo.

Minha família é um dos meus sustentos. Sem ela não estaria aqui, apresentando um trabalho acadêmico que faz parte de minha vida. Nomino alguns que me foram indispensavelmente necessários.

- Antes de tudo agradeço ao meu pai Jorge, homem forte, trabalhador, justo, sempre sedento daquilo que era belo e bom. Ele merece muito mais que esta homenagem.
- Minha mãe, amiga e companheira de tantas horas. Sempre pronta a ajudar, sempre pronta a tudo.
- Gabriel, filho querido. Agradeço o amor autêntico e incansável e peço desculpas pelas ausências, viagens, impaciências... Filho você é demais.
- Meus irmãos queridos, Fátima, Sandra, Fernanda e Júnior: sempre prontos a ajudar.
- Por fim minhas tias, primos e primas...

- Um parágrafo especial para Luís, companheiro, amor da minha vida, amigo, grande confidente... Seriam muitos os adjetivos. Não acho justo torná-lo o centro do meu trabalho, mas admito que ele foi responsável por me manter sempre no meu centro. Obrigada!

Depois tantas outras pessoas, passadas e presentes. Agradeço muitíssimo aos amigos do Movimento dos Focolares no Rio de Janeiro: Maitê, Vera, Lui, Lourdinha, Fátima, Walnete, Renata, Patrícia, Ângela Benites, Leni, Ana Cristina Hermano, Vânia. Um agradecimento especial ao Marcelo Benites que pôde escutar pessoas com as quais não pude estar e dividir esta escuta comigo e com muitos. Depois, minhas amigas de sempre: Luciana, Mônica, Lena. Também agradeço Nazira e assim chego a todos os colegas de turma de doutorado. Aos professores Márcio Pinon, Rui Erthal, Barbosa, mestres na fase de graduação e amigos conquistados com a vivência deste doutorado.

Ao grande e sempre amigo Edson Benigno, pelas escutas, conselhos, pela torcida constante e por me dar a oportunidade de sempre relembrar meu pai.

Também ainda ao professor Roberto Bartholo, pela oportunidade de amadurecimento. Uma homenagem póstuma e agradecida ao professor Miguel de Simoni, grande mestre e amigo, uma prova viva que a academia é antes de tudo um lugar de sensibilidade.

Meu agradecimento especialíssimo para todos os envolvidos com a Economia de Comunhão, todos que pacientemente ouviram e disponibilizaram seu tempo para colaborar com este trabalho. Dentre estas pessoas cito Andréa e Maria Júlia (Centro Filadélfia), incansáveis e companheiras. Marina (Espri), Mariela pelas caronas, Rodolfo, Odilon, Elizabeth e todos do pólo, de todas as empresas.

Agradeço àqueles que pensam com seriedade em novas alternativas para a promoção da vida boa dos homens. Dentre eles Luigino Bruni, Benedetto Gui, Heloisa Borges, Professor Roberto Cintra, Graça Rocha, Graça Medeiros e tantos outros.

Agradeço ao professor Ruy Moreira e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense pela oportunidade de concretização deste trabalho.

Agradeço a Chiara Lubich e Ginetta Calliari que deram o “sangue da alma” pelo projeto da Economia de Comunhão. Também a elas dedico este trabalho que certamente possui falhas e está distante da perfeição, mas busca reproduzir com fidelidade todo o pensamento e patrimônio deixado por elas.

Termino agradecendo novamente a Deus pelo efetivo, concreto e sentido “trabalho a dois”.

*“E verdade, Heloisa, sem amor nós nada seríamos.
Bem viver é viver aprendendo a amar...
E um dos mistérios do curso do amor
É que os exercícios não têm gabarito.
Não tenho como saber se estou resolvendo corretamente o exercício.
Esse é um dos mistérios desse curso.
Um outro mistério é que nunca concluímos esse curso.
Não há diplomação. Não existe reitor para assinar o diploma.
Não se cola grau em amor.
Não existe primeiro grau, segundo grau, graduação,
Mestrado, doutorado etc.,
Que preencham o currículo do aprendizado do amor.
Ele extrapola os muros da sala de aula.

Em verdade, a sala de aula desse curso é o nosso coração.
Ele não é dividido em disciplinas.
Ele implica em disponibilidade, convida ao risco
E nos oferece um pulo no escuro.

Mando para você o meu carinho.”*

(Carta do Professor Miguel de Simoni. Maio de 1999)

“Descortinando perspectivas para um novo agir ético: *geografando* redes e corporificando a cultura da partilha na Economia de Comunhão.”

Resumo

A presente tese tem como foco central de reflexão e discussão o projeto de Economia de Comunhão que surgiu no Brasil através de Chiara Lubich, italiana e fundadora do Movimento dos Focolares. A intenção do trabalho é discutir o espaço deste fenômeno na doutrina social da igreja Católica Romana e na sociedade, assim como acompanhar seu desenvolvimento desde 1991, ano de seu lançamento, até os dias atuais. A Economia de Comunhão propõe o estabelecimento de uma nova cultura que se concretiza através da proposição dos princípios cristãos como base de relacionamentos estabelecidos entre os trabalhadores e demais agentes das empresas participantes, assim como entre as pessoas que são beneficiadas pelo projeto EdC.

A contemporaneidade convive com a presença do chamado mercado auto-regulado, considerado o grande e principal orquestrador da dinâmica econômica e social vigente. Tal fato modifica radicalmente os valores básicos da sociedade que assiste a crescente ausência de referenciais éticos capazes de promover a vida boa dos homens. O mercado extrapola o âmbito econômico na atual fase capitalista e define produtos, comportamentos e relacionamentos. Neste sentido consideramos importante a discussão de novas alternativas econômicas de modo que a figura humana seja salvaguardada e valorizada, tornando-a assim o elemento mais valioso da sociedade. Com este objetivo aprofundamos a reflexão sobre a Economia de Comunhão, seu desenvolvimento e o estabelecimento de redes que vão além de trocas ou do comércio de produtos ou tecnologias, mas denotam antes de tudo a ampliação de uma nova cultura que tem suas bases na partilha, ou seja, na comunhão.

Palavras-chave: economia, economia de comunhão, ética, redes, mercado auto regulado, amor agápico, movimento dos Focolares.

"Unfolding perspectives for a new ethic actitng: geographing nets and embodying the culture for the sharing of Economy of Communion."

Abstract

The present thesis holds as its main reflexion and discussion focus the project of Economy of Communion, which was brought to Brazil by Italian Chiara Lubich, founder of Focolares Moviment. This work intends to discuss the space of this phenomenum in the social scope of Catholic Church as well as in our society, and to observe its development since 1991, year of its release, until the present days. Economy of Communion proposes the establishment of a new culture that strengths itself through the proposition of Christian principles as the foundation for relationships between workers and further agents of participant companies, and among all people benefited by EdC.

Our Contemporanity experiences the presence of a self-ruled market, considered the main orchestrator of economic and prevailing social dynamics. lSuch fact radically modifies basic values of our society that watches the increasing lack of ethic references that can promote the good life among men. In the present Capitalism phase the market goes beyond its own borders and defines products, behaviorsand relationships. At this point we consider extremely important the discussion of new economic alternatives in order to protect and beholden the human figure, therefore making it the most precious element of the society. Guided by this goal we propose a deep reflexion on Economy of Communion, its development and the establishment of nets that go beyond trades or products and tecnologies sales, but that above all express the amplification of a new culture which basis relies on sharing, i.e., in communion.

Key words: economy, economy of communion, ethic, nets, self-ruled market, Agape love, Focolares Moviment.

SUMÁRIO

Apresentação	1
1- Em busca de uma ética para a vida humana.....	7
2- Do desencanto da religiosidade aos encantamentos da racionalidade: reflexões sobre a vida boa para os homens.....	29
2.1- <i>Em busca de um debate sobre novas alternativas econômicas e possibilidades da ação religiosa na vida da sociedade</i>	47
3- Movimento dos Focolares e Economia de Comunhão (EdC): intuição inicial, origem e princípios	51
3.1- <i>Movimento dos Focolares: origem e princípios fundantes</i>	53
4- Tecendo as teias e as territorialidades da EdC	75
4.1- <i>Territorialidades e identidades: corporificando os sujeitos da Economia de Comunhão e concretizando seus princípios e bases</i>	81
5- Estruturação das empresas de EdC: a construção de redes de comunhão a partir da experiência do Pólo Spartaco	98
Considerações Finais	127
Bibliografia.....	135
Anexos	142

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela 1 – Evolução do número de empresas da EdC.....	62
Tabela 2 – Lucros depositados por empresas brasileiras, 2006	64
Tabela 3 – Demonstrativo sintético de recursos por região	66

Gráficos

Gráfico 1 – Pessoas ajudadas – 2008.....	68
Gráfico 2 – Pessoas ajudadas – 2009	68
Gráfico 3 – Atividades de formação	91
Gráfico 4 – Valores da empresa de Economia de Comunhão	111

Figuras e Fotos

Figura 1 – Cidades do Movimento dos Foclares no mundo.....	57
Figura 2 – Desenvolvimento do Movimento dos Foclares no Brasil – 2009.....	60
Figura 3 – Rede mundial de EdC.....	86
Figura 4 – Fluxos de recursos da EdC – 2009.....	88
Figura 5 – Projetos desenvolvidos pela AMU (2006-2008)	93
Figura 6 – Cidades do Movimento e pólos industriais	101
Figura 7 – Estrutura de fluxos da rede do pólo Spartaco	102
Foto 1 – Mariápolis Araceli – 1969	55
Foto 2 – Mariápolis Ginetta – 2009	56
Foto 3 – Prédio da Uniben – 2009	114
Foto 4 - Prédio da Ecoar – 2009	116
Foto 5 – Prédio da AVN – 2009	119
Foto 6 – Produtos AVN – 2009	119
Foto 7 – Fachada da Prodiet Nutrição - 2009.....	123

Painel de Fotos

Painel de fotos 1 – Vista do Pólo Spartaco	103
Painel de fotos 2 - Associação Pólo Spartaco – 2009	105
Painel de fotos 3 – Escola Aurora – 2009	113
Painel de fotos 4 – Linha de produção da Ecoar – 2009	116
Painel de fotos 5 – Rotogine – 2009	121
Painel de fotos 6 – Produtos Rotogine – 2009	121
Painel de fotos 7 – Produtos Prodiet Nutrição – 2009	123

LISTA DE SIGLAS

AMU – Azione per un Mondo Unito

Co - Coríntios

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

Dt - Deuteronômio

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EdC – Economia de Comunhão

FINEP - Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas

Gn – Gênesis

Hb – Hebreus

Jo – João

Lc - Lucas

Mt – Mateus

ONG – Organização Não Governamental

Apresentação

*“Já não quero dicionários
Consultados em vão.
Quero só a palavra
Que nunca estará neles
Nem se pode inventar.
Que resumiria o mundo
E o substituiria.
Mais sol do que o sol,
Dentro da qual vivêssemos
Todos em comunhão,
Mudos,
Saboreando-a”*

(Carlos Drummond de Andrade)

A palavra comunhão pode suscitar uma série de sentimentos ou sensações que sugerem aos homens a vivência de momentos singulares. Pode significar o momento do “ser nada”, ou de estar totalmente livre e desarmado diante do outro. É fato, porém, que mesmo se as experiências de comunhão são diversas, a sensação advinda delas quase sempre é a mesma. Estar em comunhão não é uma tarefa fácil, exige desprendimento, aprendizado; “não se pode chegar ao topo sem subir a montanha”, não podemos alcançar experiências profundas de comunhão prescindindo de perdas ou novas conquistas. Esta tese representa o resultado de um conjunto de momentos de comunhão profunda com várias pessoas, em lugares diversos e com realidades extremamente diferentes.

Portanto, o resultado que apresento a partir de agora descortinou e apresentou conceitos e práticas inovadoras que foram reunidas com o objetivo de apresentar o tema da Economia de Comunhão partindo de variadas nuanças. O trabalho construído tem como um dos objetivos principais apresentar, discutir e aprofundar certas categorias a mim muito caras e que acredito serem de grande relevância para a EdC. Se considerarmos ser verdade o fato de que uma tese deva abrir caminhos, ensaiar uma ou mais respostas, é verdade também que ela pode se configurar numa grande pergunta que origina uma série de tantas outras, como por exemplo, “Qual o sentido desta discussão?”; “Em que pode ser útil para o meu pedaço de humanidade ou para a humanidade inteira?”; “Há

uma parceria real e possível entre o que se discute no âmbito acadêmico e aquilo que é vivenciado no cotidiano?”; “Teorizamos demais os sofreres das pessoas?”.

É provável que o conjunto de idéias aqui apresentado deixe claro que não há respostas definitivas para tais questionamentos e que sua discussão possa até mesmo produzir certa confusão. Desta forma, meu grande desejo é transformar a tese que apresento numa ferramenta para todos aqueles que trazem consigo o desejo de trabalhar pela Economia de Comunhão ou nos mais diversos âmbitos da economia alternativa. E, ainda, que no texto aqui apresentado um trabalhador possa encontrar pistas para sua vivência na empresa, um gerente ou administrador possa usufruir de sua leitura com vistas a um entendimento mais claro do projeto, ou que empresários sintam-se à vontade para ler, criticar, pois são eles que, em primeira linha, depositam sua confiança no projeto.

O trajeto percorrido para a feitura da tese me direcionou para a compreensão de determinados conceitos e categorias antes de me dedicar ao material de caráter mais prático ou aos dados relativos ao desenvolvimento da EdC no Brasil e no mundo. Este percurso foi necessário para que pudéssemos evoluir de forma mais madura rumo à construção de um referencial teórico para a Economia de Comunhão. É preciso atentar para as chamadas “sementes do Verbo” existentes em todas as culturas e sociedades. Este fato nos dá a certeza que a construção da teoria de um fenômeno tão novo como a EdC deve contar também com tantas boas sementes plantadas e disseminadas nas mais variadas linhas de pensamento desenvolvidas por autores consagrados. Desta forma iniciei o primeiro capítulo propondo um debate sobre a ética.

Imersos na sociedade contemporânea nos defrontamos com a dificuldade de convivência entre os homens. Há uma confusão generalizada de direções, normas, regras... Que podem ou não ser seguidas. E este cenário denota a ausência de uma ética que regule a vida em sociedade. Ao mesmo tempo nos deparamos com uma diversidade de princípios e éticas que, ao invés de apontar um caminho mais coletivo ou democrático para a maioria dos homens, deixa-nos atônitos diante de escolhas que devemos fazer ou decisões que devemos tomar. A postura individualista leva o homem a esquecer o “norte” que regula a vida e estabelecer a si mesmo e seus valores como referência para a vivência cotidiana. *“Aquilo que penso, acho ou acredito ser*

verdadeiro, assume efetivamente tal definição. Portanto, a minha verdade é meu capitão.” É exatamente esta postura que permite abertura para a dúvida, para a discussão sobre determinadas normas, antes consideradas indiscutíveis. Podemos vislumbrar este quadro com a discussão atualíssima sobre a utilização dos embriões no desenvolvimento de experiências genéticas; ou ainda a antiga e nova discussão sobre o aborto, ou as células-tronco. Enfim, são muitos os cenários nos quais o adensamento das discussões muitas vezes explicita a dificuldade de estabelecer limites éticos universais.

Se antes dos anos setenta do milênio passado a ética cristã vigente buscava estabelecer os limites para a convivência humana, podemos dizer igualmente que o pensamento racionalista que veio em seguida assumiu um papel do qual também não deu conta, difundindo a crença sem tréguas no avanço da técnica e da ciência, propiciando assim o crescimento do individualismo exacerbado. *“E a principal consequência gerada pela crença no progresso técnico racional é a difusão de um consumo individualista e indiferente à descartabilidade daqueles que não se adaptam às exigências de um mundo globalizado.”* (SOARES, 2000, p. 14)

Desta forma, o primeiro capítulo se ocupou em apresentar e aprofundar algumas das principais correntes que discutem a ética, desde Platão, Aristóteles, Kant etc., até pensadores atuais como Marilena Chauí, Martin Buber e Hans Jonas. Deste último nos concentramos em seu “princípio de responsabilidade” que assumiu grande importância no desenvolvimento do capítulo. Por fim, resgatamos a discussão sobre a ética cristã tendo como base documentos da Igreja Católica Romana, que já há algum tempo se ocupa em aprofundar sua doutrina social ocupando, assim, um espaço respeitável nas discussões sobre ética.

No segundo capítulo – “Do desencanto da religiosidade aos encantamentos da racionalidade: reflexões sobre a vida boa para os homens” –, nos dedicamos ao aprofundamento da relação entre ética e economia, ética e o mundo do dinheiro, ou mundo da informação. Há uma possibilidade real de funcionamento conjunto de esferas tão diferentes?

Procuramos desenvolver a discussão tendo em consideração a posição do homem na sociedade atual (individualista, consumista) e a ação da atual economia capitalista por

meio de sua principal ferramenta, o mercado. Observamos que há um equívoco geral caracterizado como *poder de valoração monetária*. Há uma sensação de que tudo pode ser valorado monetariamente; que na sociedade capitalista tudo e todos têm um preço. *“Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados; em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado.”* (POLANYI, 1980, p. 59)

Um dos focos de discussão deste capítulo é a compreensão de que no mundo denominado mercantil nem tudo pode ser comprado ou vendido, e que o resgate do homem como pessoa depende em grande parte da compreensão deste fato. É com este objetivo que trouxemos para o capítulo autores clássicos como Weber, Adam Smith e Polanyi. Partindo principalmente deles, apoiamos nossa discussão sobre aquilo que pode ou não ser valorado e colocado à disposição no grande mercado capitalista. A discussão desenvolvida não tem a pretensão de “demonizar” o mercado, classificando-o como ineficaz, e nem mesmo de provar sua inutilidade. Na verdade, queremos afirmar que a vida do homem não deve ser reduzida ao acesso à esfera do mercado, sensação que a dinâmica da sociedade atual quer nos transmitir. Precisamos afirmar continuamente que não ter acesso aos bens ou ao consumo não se traduz necessariamente em não ter acesso a uma vida boa. O capitalismo contemporâneo transformou o mercado num grande totem por todos admirado, mas a realidade é que no mercado só encontramos coisas que podem ser compradas. Em geral, nele não nos deparamos com o outro, não há espaço para o encontro e, conseqüentemente, para o diálogo efetivo. Hoje o mercado não oferece espaço para o estabelecimento de relacionamentos, não oferece a possibilidade do confronto entre os diferentes, e nem mesmo a possibilidade de enxergar a *“ferida do outro.”* (Bruni, 2007)

O surgimento de novas iniciativas, principalmente populares, que partem da sociedade configura-se como uma das respostas capazes de apresentar alternativas à economia capitalista. É com este objetivo que no capítulo 2 apresentamos e discutimos a experiência da economia solidária, de modo a mostrar que em meio à economia vigente surgem iniciativas capazes de restaurar o significado do homem e do lugar que ocupa no mundo.

Após apresentar a discussão sobre mercado, sociedade capitalista e possíveis alternativas a essas realidades, no capítulo 3 – “Movimento dos Focolares e Economia

de Comunhão (EdC): intuição inicial, origem e princípios” – nos dedicamos à apresentação de experiências anteriores a EdC na Igreja Católica Romana. Relacionamos essas experiências ao perfil carismático da Igreja que é identificado como espaço de onde surgem tais iniciativas.

Debruçamo-nos também sobre a estrutura que deu origem ao projeto da EdC, ou seja, nos dedicamos a fazer uma apresentação mais detalhada dos Focolares, movimento de onde surgiu o projeto, sua constituição e princípios. Desta forma pudemos compreendê-lo desde suas origens já que, como conta Chiara Lubich, tudo se iniciou com a comunhão de bens feita entre os membros desse movimento leigo católico. Além disso, procuramos descrever e apresentar o Movimento dos Focolares, os conceitos fundantes da Economia de Comunhão, assim como seu desenvolvimento e amadurecimento, e o debate sobre conceitos considerados relevantes, tais como reciprocidade, solidariedade e fraternidade. O que pretendemos efetivamente com o capítulo 3 é descortinar detalhes conceituais da EdC de modo a estabelecer uma compreensão do projeto como alternativa àquela realidade puramente mercantil vista no capítulo anterior.

“Se, quindi, vogliamo recuperare una relazionalità positiva dentro i mercati – e credo che questa sia una sfida decisiva per la qualità della vita dei prosimi anni-, allora per la teoria economica è necessario andare oltre Smith, e immaginare una scienza capace di gratuità e di relazionalità non solo contrattuale e immune.” (BRUNI, 2007, p. 46)⁷

A crença numa nova forma de fazer economia nos aponta em direção ao outro, e no caso da Economia de Comunhão são muitos (e ao mesmo tempo únicos) estes outros: trabalhadores, operários, fornecedores, consumidores... E finalmente os necessitados. “Onde eles se encontram? Como moram? Têm o que vestir?” – estas são perguntas feitas quando da distribuição dos lucros das empresas aos mais pobres das comunidades do Movimento dos Focolares (atualmente mais de setecentas só no Brasil). A existência destas perguntas se traduz numa das maiores riquezas da EdC que é o estabelecimento de relacionamentos.

O objetivo do quarto capítulo – “Tecendo as teias e as territorialidades da EdC” – é trazer à tona a discussão sobre o conceito de *redes* tendo como justificativa a busca por

⁷ “Se, portanto desejamos recuperar uma relacionalidade positiva no mercado – e creio que este seja o desafio decisivo para a qualidade da vida dos próximos anos, é necessário para a teoria econômica ir além de Smith, e imaginar uma ciência capaz de gratuidade e de relacionalidade não só contratual e imune.”

um modo de organização, de uma “ferramenta conceitual” que auxilie na configuração e distribuição dos vários fluxos originados na Economia de Comunhão. Como o conceito é muito amplo e pode ser interpretado a partir de várias vertentes, nos detivemos mais em linhas teóricas que pudessem nos oferecer subsídios úteis à organização das redes no projeto. Aproximamo-nos do conceito de redes porque possibilita uma visão horizontalizada dos fluxos resultantes da comunhão feita pelas empresas e pessoas em todo mundo. Além disso, a organização reticular resultante do conceito de redes facilita a visualização de diferentes tipos de “bens”, tanto tangíveis quanto intangíveis, e a circulação dos mesmos no mundo. Assim, com este capítulo pretendemos traçar não só os fluxos resultantes da comunhão, mas também a dinâmica por eles assumida.

Por fim, no último capítulo, intitulado ‘Estruturação das indústrias EdC: a construção de redes de comunhão a partir da experiência do Pólo Spartaco’, apresentamos o conteúdo teórico e empírico resultante dos trabalhos de campo realizados no primeiro pólo industrial do projeto, localizado em Vargem Grande Paulista, São Paulo. Consideramos que a função mais importante deste capítulo quinto é dar voz aos agentes da Economia de Comunhão e também oferecer visibilidade e concretude às suas estruturas. No último capítulo, portanto, desenvolvemos a reflexão sobre o surgimento dos pólos industriais associados ao projeto e discutimos a possibilidade deles se configurarem como geradores de uma nova cultura capaz de se multiplicar em várias partes do mundo.

Acreditamos que o esforço de construção deste trabalho possa se traduzir num material útil à difusão e desenvolvimento da Economia de Comunhão, tanto no âmbito empresarial como no acadêmico, e esperamos que ele seja um estímulo à contínua produção de estudos e pesquisas sobre o tema. Consideramos que se esta tarefa for cumprida a presente tese terá cumprido seu papel.

1- Em busca de uma ética para a vida humana

*“Queremos saber, queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário prever
Qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois, se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer.”*

(Gilberto Gil)

“Mas, quem é o meu próximo?”. Esta é a pergunta que o Mestre da Lei faz a Jesus na Parábola do Bom Samaritano, e com esta pergunta iniciamos neste capítulo uma discussão e breve cenário sobre a ética e seu significado para a sociedade moderna.

A ética é a ciência que faz referência à práxis humana, à vida do homem em sociedade, à regulação da vida em comunidade. O nome “ética” significa ciência do costume, ou ainda, a ciência da moral.

Segundo JONAS (2006), toda ética tradicional é antropocêntrica. E por isso nossa intenção neste capítulo é discutir o tema partindo exatamente deste foco no qual a centralidade da discussão se dirige ao homem, ou melhor, à promoção da vida dos homens num mundo onde a diversidade de comunidades e culturas que se traduzem em costumes e normas é muito ampla. O anseio da busca por uma ética que seja comum - ao menos no que diz respeito às necessidades vitais aos homens - e ao mesmo tempo não se caracterize como massificadora ou unificadora, corporificada num pensamento hegemônico, que liberte alguns e aprisione tantos outros, nos interpela sobre a possibilidade da existência deste balizamento ético comum, capaz de perpassar de alguma forma grande parte das culturas existentes no mundo contemporâneo.

Ainda que no presente trabalho sejam discutidas bases éticas variadas, possuidoras de referenciais também diferentes (pois esta parece ser a tendência do mundo atual), é a partir da ética tradicional e da ética cristã que pretendemos desenvolver a discussão do presente capítulo, promovendo entre elas um diálogo capaz de enriquecer, mesmo que timidamente, a discussão sobre o tema.

O termo “ética” tem origem em Aristóteles que o introduziu na filosofia ocidental com o objetivo de balizar as ações que definem o *ethos*. Este *ethos*, a vida em comunidade, era vivenciado e compreendido através da figura da *pólis*. Era exatamente ali que os homens conviviam e criavam suas leis, definiam suas ações, formatavam e firmavam sua cultura. “*A polis é a obra fundamental do homem, pois é através do debate, da administração, da legislação, da jurisdição que se dá sua universalização.*” (OLIVEIRA, 1996, p. 15)

Porém, mesmo sendo o termo “ética” originado da filosofia aristotélica, podemos dizer que a discussão sobre suas bases vem de períodos anteriores e de filósofos anteriores a Aristóteles ou Platão. Podemos citar Sócrates, que trazia à tona em seu pensamento a discussão de uma filosofia moral. Ele acreditava que através da prática das virtudes o homem poderia alcançar o sumo bem. Além disso, acreditava que, para além das leis existentes na vida dos homens, existia uma lei que não estava escrita, uma lei natural, superior a todas as outras.

Com a filosofia de Platão, discípulo de Sócrates, inaugura-se o pensamento filosófico ancorado na metafísica. A metafísica, a partir do pensamento platônico, propõe a existência de uma realidade bidimensional formada pelo homem e pelo todo, pelo homem e a natureza, esta última vista com o sentido de cosmos. Por conta desta bidimensionalidade, o pensamento platônico é considerado antipositivista, já que o positivismo pensa a realidade de forma unidimensional.

“A metafísica vê a realidade numa perspectiva bidimensional: distingue o ente e a essência, o fato e a norma e nesse sentido ela é física essencialmente antipositivista, pois o positivismo pensa o real unidimensionalmente.(...) No positivismo só há fato, não há norma; pode-se dizer que ele é um pensamento não-crítico.” (OLIVEIRA, 1996, p.34)

A busca de uma norma subjetiva capaz de reger a vida dos homens marca, portanto, o pensamento platônico. Para ele a vida do homem só tem sentido se é vida racional, vida ditada pela normatividade. A doutrina de Platão sobre a “justa medida” é, segundo Santos (2001), “*o embrião de toda ética aristotélica, e Platão reiteradamente insiste na idéia de que a verdadeira felicidade dependerá da devida subordinação e harmonia entre as três classes de bens: bens da alma, bens do corpo e bens inferiores.*”

A política, para Platão, era a arte – *tecknè* – capaz de organizar a vida dos cidadãos na *pólis*. Só guiados pela política eles teriam acesso à real liberdade, pois a arte cria uma normatividade ética e evita situações de repressão. A idéia da busca pelo bem supremo e bem universal deve gerir a vida da *pólis*, pois para Platão só desejando o bem supremo o homem se torna efetivamente livre.

Notamos com o pensamento desenvolvido pelos filósofos gregos que a discussão da ética tem o caráter de uma realidade totalitária, universalizante, integralmente relacionada à vida da *pólis*, à vida vivida pelos homens. A *pólis* só poderia vivenciar a ética através da existência da política, de uma vida em comunidade onde os homens deveriam ser livres. Mesmo considerando as diferenças entre os pensamentos desses filósofos, podemos dizer que eles tomam rumos convergentes quando concluem que a ética é a busca pelo bem supremo, pela eudemonia, isto é, pela felicidade, considerando que esta felicidade se torna possível através da vivência das virtudes.

Também em Aristóteles, discípulo de Platão que vai acompanhá-lo por aproximadamente vinte anos, entenderemos que felicidade e plenitude humana só poderiam existir de forma efetiva na *pólis*, lugar onde a humanidade é vivenciada em sua integralidade. O pensamento aristotélico corrobora esta afirmativa quando define que o objetivo maior do indivíduo não é existir para se doar ao outro, mas sim que os comportamentos individuais criam costumes, que ganham vida e orientam a dinâmica da *pólis*. Segundo Aristóteles, “(...) *se existe uma finalidade para tudo que fazemos, essa será o bem realizável mediante a ação; e, se há mais de uma, serão os bens realizáveis através dela.*” (ARISTÓTELES, pp.54-55, 1984). Portanto, liberdade e felicidade só existem efetivamente na *pólis*. Nela surgem os costumes que dão concretude ao *ethos* dos cidadãos. “*Livre, para Aristóteles, é o que vive para si e não para outro, mas a liberdade não tem sua existência na vida do indivíduo isolado, mas na vida inserida nas instituições éticas da pólis.*” (OLIVEIRA, 1996, p. 61)

No pensamento aristotélico a importância do costume é explicitada quando se apresenta como algo anterior até mesmo às leis, ou seja, é uma categoria teórica que denota a existência de uma lei maior que existe, mas não foi escrita. Aqueles que obedecem às leis escritas e claramente estabelecidas obedecem, de antemão, aos costumes criados e existentes na *pólis*. Há, portanto, uma centralidade na práxis que emerge da *pólis*, da

ética que surge do lugar dos cidadãos, ou, ainda, de uma prática que corrobora uma teoria da ética.

Também observamos na filosofia aristotélica certa diferenciação da conceituação de bem. Para ele o bem é a atividade racional do homem, seu pensamento, ou seja, sua essência.

“Consiste no pensamento, portanto, a virtude do homem: a vida teórica sobrepõe-se à vida prática, a vida contemplativa é a melhor de todas as vidas, é a vida perfeita, divina. (...) A influência da razão conserva sempre a justa medida, a mediania universalmente válida entre o excesso e a falta.”
(CATAPAN, 1997, p. 8)

Como o bem supremo só pode ocorrer na *pólis*, é notório que para Aristóteles este mesmo bem seja um conceito relacional, resultante da vivência de cidadãos virtuosos em situação de igualdade no espaço público que, para ele, é a comunidade completa. Só a ação que se concretiza nesta comunidade é capaz de proporcionar aos homens a verdadeira liberdade.

É importante frisar que a filosofia grega, principalmente a filosofia aristotélica, entendia política e ética como dois conceitos que se entrelaçavam. A reflexão sobre a ética partia das práticas dos cidadãos no espaço público, ou seja, da “arte” (*tecknè*) dos cidadãos na *pólis*. São Tomás de Aquino concorda que o homem é por natureza um animal social e político, e que por isso vive na multidão - que neste caso deve ser entendido como grupo, no coletivo - muito mais que os outros animais. Aristóteles também deu ênfase ao conceito da “casa”, lugar considerado ainda mais importante do que o configurado pelo espaço público e suas instituições, lugar de origem da vida boa. Na casa, ou seja, no espaço privado, o homem conquista e desenvolve suas virtudes, qualidades indispensáveis para a vida quando os homens estão juntos.

Segundo Chauí (1997), a total integração entre ética e política na filosofia grega vai permitir que Hegel caracterize este período como a época da “bela totalidade ética”, pois os valores éticos e políticos, considerados idênticos, davam origem à moralidade na *pólis*.

Falamos anteriormente e de maneira breve sobre a importância da casa, ou seja, da vida privada do homem como construtora de virtudes. Também foi citado que, segundo a filosofia aristotélica, a liberdade humana só era alcançável através da vida dos homens no espaço público. Uma das grandes crises da ética, conseqüente dos valores criados e desenvolvidos principalmente a partir da filosofia grega, é exatamente o momento no qual aspectos privados e públicos começam a se confundir e “invadir” terrenos alheios, ou seja, quando o público começa a se privatizar e os valores da “casa” invadem a *pólis*.

Em relação à questão da liberdade, por exemplo, observamos uma mudança de eixo do conceito quando do surgimento da ética cristã. Esta desfaz o conceito de liberdade como algo conquistado a partir da vida da *pólis*, ou seja, conquistado coletivamente em favor do bem comum dos homens, “um conceito essencialmente coletivo” (CHAUI, 1997), e imprime nela uma característica mais individual, como algo que está centralizado no interior do homem. A liberdade deixa de ter, portanto um *status* comum, coletivo, e passa a ser algo que é intrínseco ao ser humano e submetido a uma vontade sobrenatural. Se na filosofia aristotélica a liberdade era um conceito politizado, podemos dizer que, ao contrário, com o advento do cristianismo a liberdade se despolitiza, já que sua referência deixa de ser a vida dos homens na *pólis* e passa ser o homem. Deste modo, a liberdade cristã associa liberdade e vontade, e esta vontade do homem é submetida a uma “vontade maior”.

A mudança do eixo conceituador da liberdade configura-se como uma das diferenças da ética clássica para a ética moderna ou pós-moderna. O fato de migrar da dimensão do todo (liberdade na *pólis*) para o indivíduo (o interior do homem) é um dos acontecimentos que marcam uma tangencialidade inicial entre o privado e o público, e conseqüentemente uma mudança da (s) ética (s) vivenciada (s) a partir desse momento.

“O cristianismo despolitiza a liberdade e, ao interiorizá-la, moraliza-a. Em segundo lugar, introduzindo o sentimento da culpa originária, coloca o vício como constitutivo da vontade e, dessa maneira, a ética não pode ser apenas a conduta racional que regula a vontade e submete as paixões, mas ainda exige a submissão da vontade humana a uma outra vontade, transcendente e essencialmente boa, que define desde a eternidade os valores e comportamentos morais, segundo uma finalidade que não é mais a da felicidade social, política e terrena, mas a da salvação extraterrena e extratemporal.” (CHAUI, 1997, p. 349)

A afirmação apresentada acima não discute porém que a ética cristã coloca como limite da liberdade de cada homem o outro, e no outro a figura do próprio Jesus. Além disso, da parte do cristianismo existe a certeza de que a construção da vida dos homens na Terra interfere em muito num futuro extraterreno ou extratemporal. Porém, discutiremos e aprofundaremos este assunto mais adiante. O fato é que há uma mudança que tira de foco o todo, o bem comum, direcionando-se para o indivíduo, e esta mudança se configura num dos movimentos que acentuam a confusão entre público e privado. Esse fato trará conseqüências práticas para a questão ética na vida moderna.

Se, para os gregos, a casa tinha como significado o lugar de constituição e vivência das virtudes, e a *pólis* o lugar onde os cidadãos poderiam alcançar a liberdade, a felicidade, a vida boa e justa, é principalmente no mundo moderno que estas duas esferas começam a se confundir, e, assim como a liberdade, o sentido de conjunto, de comunidade, de *pólis*, começa a dar lugar à individualidade, à atenção aos homens, e não ao homem no sentido pleno de humanidade. Desta forma, a *pólis* começa a perder sua essência. Se no espaço privado, familiar, os homens não eram livres e existiam situações de submissão de um cidadão ao outro (escravo e patrão, marido e mulher, pai e filho etc.), na *pólis* todos os homens eram “iguais” e livres.

“A pólis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão.” (ARENDT, 1981, p. 41)

Quando falamos, então, do início da invasão do público pela privatividade, falamos também de modificações no caráter ético da vida em sociedade, da vida em comunidade. A organização do espaço público passa a se dar de forma diferente. Para que a vida na cidade, na sociedade se organize, faz-se necessária a presença de um centro regulador, de algo que torne factível a vida dos cidadãos juntos.

Um momento posterior que marca a criação desse centro regulador é o estabelecimento do contrato social através da criação da figura do Estado. Segundo a doutrina contratualista, os homens, antes de viver em sociedade, viviam num “estado de

natureza”, sendo a razão submissa às paixões. Um estado de constante desordem, onde os homens viviam o perigo iminente da existência de guerras de uns contra os outros.

“O mecanismo dessa guerra tem como ponto de partida a igualdade natural de todos os homens. Justamente por serem, em princípio, igualmente dotados, cada um vive constantemente temeroso de que o outro venha tomar-lhe os bens ou causar-lhe algum mal, pois todos são capazes disso.” (CURY, 1997, pp. 8-9)

Desta forma, a partir da visão contratualista, se justifica a criação do Estado, um poder invisível capaz de manter os homens naturais dentro de determinados limites, obedecendo às leis e cumprindo suas obrigações em sociedade. Assim, o contratualismo exerceu e continua exercendo grande influência na sociedade contemporânea. No mundo moderno o Estado passa a se interpor como um regulador entre os homens reunidos, tendo como um de seus princípios básicos a garantia da igualdade de direitos entre todos os cidadãos.

Mesmo com o surgimento do Estado e a busca constante pela definição de sua conceituação, observamos que a vida em sociedade, ainda que com a presença deste centro regulador, não obedece mais aos marcos reguladores da *pólis*. A sociedade moderna se desenvolve tendo sob si outras bases. O movimento de constante interseção do público e do privado continua ocorrendo, mesmo com a presença do Estado que, em inúmeros eventos históricos, comprova sua capacidade de mimetismo, adquirindo geralmente características típicas de determinadas fatias da sociedade e, de forma contraditória, privilegiando muitas vezes posturas que enfraquecem o conceito do Estado como regulador ou mediador da vida dos homens.

A saída da ética tradicional lança a sociedade numa busca por outras bases éticas capazes de balizar a vida dos homens. Podemos dizer que atualmente discute-se o estabelecimento de uma ética para o período pós-liberal, ou melhor, neoliberal. E, como não devemos cair em extremismos, o ideal é discutir a questão de modo equilibrado, nem se entregando a um tradicionalismo puro e impensado, e também não abolindo os princípios éticos estabelecidos anteriormente para a vida humana.

Como, portanto pensar a ética nos dias atuais? Como pensar a vida diante de inúmeras confusões teóricas e de sociedades que parecem mergulhadas num caos interno que, se orquestrando coletivamente, trazem ao mundo uma visão de desordem e ausência de princípios capazes de nortear a vida dos homens sobre a Terra? Poderíamos ainda refletir sobre a seguinte questão: anteriormente nos referimos à criação do Estado, apresentando de maneira breve alguns impactos de sua criação. Chegamos a nomeá-lo “centro regulador” da sociedade, “homem artificial” que propõe uma ordem a todos os homens. A pergunta que podemos nos fazer agora é ainda mais provocativa: o Estado ainda se apresenta como efetivo centro regulador da vida em sociedade? Se não, quem ou o que realmente vem estabelecendo os limites aos homens? O que seria para o homem contemporâneo a vida boa e justa? Será que ainda é uma vida baseada na construção das virtudes e na busca do bem supremo, do bem comum? Ou é uma vida baseada na busca de bens de consumo?

A atual configuração do mundo nos leva a pensar inicialmente que a ética é uma realidade distante da vida da nossa sociedade, e que nem mesmo o Estado foi capaz de estabelecer uma sua ética, adaptável à vida dos cidadãos e reguladora da vida dos homens. A impressão que se tem é que a ética não tem mais lugar na vida pública, ao contrário de tudo que se propunha com a figura da *pólis*: o lugar público como espaço de liberdade e felicidade, da vida boa e justa. Para muitos a ética está aprisionada entre as quatro paredes da vida privada, não tendo espaço na vida em sociedade. É uma práxis assumida pelo indivíduo, e não pelos homens como um todo. Segundo Bruni (2009), atualmente existe uma dificuldade tácita para a vivência de princípios éticos ou pelo menos morais na vida privada, o que dificulta em ampla medida que os homens consigam estabelecer parâmetros para a vida em comum no espaço público.

Vários autores trabalham com visões também diferenciadas da ética. Notamos, porém, que em vários pontos suas proposições se tocam, se tangenciam. E o aspecto positivo que destacamos no mundo contemporâneo é exatamente o retorno da discussão da ética em suas várias vertentes, como um apelo generalizado pelo estabelecimento de uma ordem (mesmo que não seja única) que tenha como foco principal o homem, a figura humana na sociedade, já que a ética é, sem margem de dúvida, um fenômeno típico do humano.

“Quando os clássicos gregos anunciavam que a felicidade, a alegria, a prudência e a sabedoria eram componentes essenciais da natureza humana, estavam registrando a singularidade do humano face ao não-humano. É no vértice desse entendimento que se movimenta ou se constrói a razão ética, como uma razão do humano.” (PIRES, 2004, p. 17)

Diante da necessidade de colocar a figura humana em seu devido lugar, promovendo uma ética que beneficie o homem, ou os homens existentes na sociedade, nos defrontamos com deformidades sociais que empurram a humanidade para um espaço onde um comportamento ético que alcance a todos seja praticamente inexistente. É desta forma que PIRES (2004) nos apresenta o conceito “ética da necessidade”. Segundo a autora, a discussão do tema ética não pode relegar ao esquecimento um grande número de pessoas que vivem nas franjas de vulnerabilidade da sociedade, pessoas que, de acordo com vários autores, são consideradas excluídas das benesses do mundo contemporâneo. Como pensar a vivência de uma ética diante de situações tão extremas, em que necessidades essenciais são negadas a um contingente tão grande de pessoas? Como imaginar que delas surja uma ética ou um comportamento ético? A ética da necessidade evidencia a racionalização das carências dos excluídos. Para a autora, a ética da necessidade

“É uma ética cujo fundamento é a superação da escassez, sem um projeto emancipatório e sem um cuidado moral. É o oposto da ética da responsabilidade e da ética da solidariedade. É o outro movimento ético, articulado no espaço das subjetividades.” (PIRES, 2004, p. 27)

A autora esclarece que o conceito proposto não oferece um caráter positivo, ou seja, uma meta a ser perseguida. A ética da necessidade se configura como uma “ética da sobrevivência”, uma cultura, um costume que se corporificou na vida de um sem número de pessoas distantes do que poderia ser uma vida boa. A proposta feita, então, é exatamente resgatar o *ethos* dessas pessoas, olhar a face delas e, no sentido levinasiano, “desvendar-lhes o rosto” e auxiliar-lhes no encontro de sua “casa”.

Em contraposição à ética da necessidade Pires (2004) propõe a ética da solidariedade. Esta ética só pode ser alcançada com a descoberta do outro como alguém que faz parte do corpo social, com a descoberta da importância da alteridade. A ética da solidariedade traz a amizade e a felicidade como sustentáculos de uma vida ética. Neste sentido, trabalha com a filosofia epicurista e propõe o estabelecimento de vínculos de amizade -

philia - na vida da *pólis*. A partir desses vínculos, que se dão de maneira informal e sem responder a nenhum tipo de obrigação, os homens experimentariam a alegria e, a partir da vivência de virtudes, buscariam a felicidade e a liberdade para si e para os outros. Desta forma, desapareceriam as tensões entre cidadãos e não-cidadãos e se chegaria à cidadania plena. Esta é uma das possibilidades, dentre tantas outras que no atual momento da história podem parecer utópicas ou idealistas. O fato relevante é que as discussões em torno da ética nos levam de encontro à presença do outro, o que dá ao tema um peso especial quando nos encontramos numa sociedade apontada como individualista.

A descoberta do outro, principalmente na figura do excluído, do marginalizado ou precarizado, é o grande desafio na construção de um referencial ético que alcance e beneficie a todos, e que promova efetivamente o bem comum. Resgatar não somente seu *ethos*, mas resgatar-lhe os direitos essenciais à vida para possibilitar a instauração de uma ética boa e possível para todos. O desvendamento em relação ao outro pode nos tirar da perigosa zona da indiferença, lugar no qual aquele que é diferente de mim não é notado, não é nem mesmo visto, um comportamento que pode levar a entender que o outro se tornou “desnecessário” (BUARQUE, 2001), sem serventia para a vida do tecido social.

Tal indiferença subtrai do homem a capacidade de indignação, de se revoltar com a ausência de uma ética igualitária para a sociedade atual e também para aquela do futuro. Quando o homem se torna indiferente perde o referencial do que é o bem comum, do que é uma convivência social baseada na ética, enquanto que o sentimento de revolta pode exatamente denotar a busca de uma ética, a possibilidade de uma resposta prática para a insatisfação, para a indignação.

“A revolta, em oposição ao ressentimento, não é egoísta. O sentimento de revolta leva o sujeito a superar o seu egoísmo em busca de um bem comum; a revolta é um empenho por justiça, e, neste sentido, a revolta é ética.”
(ABEGÃO, 2002, p. 81)

A indignação e a revolta em relação aos desfavorecidos nos levam ao encontro deste outro, ao desvendamento do rosto, a um movimento gratuito que vai além da responsabilidade e tem seu centro na busca do bem. Para isso não se faz necessária a

reciprocidade. É uma abertura que não espera resposta e resgata também o próprio eu. Também é possível que o homem, no exercício de sua capacidade de fazer escolhas, possa não desejar a abertura em relação ao outro assumindo assim uma posição de indiferença, ou, ainda, de egoísmo. Este comportamento egoístico representaria, então, um cenário de injustiça, de fechamento à responsabilização pelo homem.

Neste sentido uma linha de pensamento que nos interessa é a que reflete a busca ética para o cenário presente, da sociedade atual, mas também que assuma a responsabilização por cenários futuros. Hans Jonas (2006), em seu livro *Princípio Responsabilidade*, discute a questão ética a partir de parâmetros típicos da sociedade moderna contemporânea. Uma sociedade que criou e desenvolveu tecnologias impensáveis há um ou dois séculos atrás. Segundo Jonas, está é uma sociedade construída sobre bases tecnológicas com vistas ao desenvolvimento e ao progresso, e que tem buscado nessas tecnologias e novas técnicas respostas para questões cruciais e profundas de seu tempo, dentre elas a perpetuação da vida e a perfeição do poder criativo. Como pensar, então, uma ética que tenha como pano de fundo não apenas o presente histórico, mas também o futuro, já que ética para Jonas é também a responsabilização pelas gerações que ainda estão por vir? A realidade é que se hoje o homem tem grande capacidade de desenvolver tecnologias capazes de beneficiar o presente e o futuro, também é verdade que ele é plenamente capaz de desenvolver as mesmas ou outras tecnologias capazes de provocar prejuízos incalculáveis para a vida, ou prejuízos que talhem ainda mais fundo o fosso que divide a sociedade entre aqueles que possuem ou têm acesso a determinadas tecnologias, e os considerados despossuídos. “*O novo imperativo clama por outra coerência: não a do ato consigo mesmo, mas a dos seus efeitos finais para a continuidade da atividade humana no futuro.*” (JONAS, 2006, p. 49)

A humanidade atual tem o grau de sua responsabilidade ampliado na medida do grau de avanço tecnológico alcançado. Ou seja, se é verdade que nunca como nos dias atuais o homem desenvolveu e propôs tecnologias capazes de superar limites antes impensados, também é verdade que seu grau de responsabilidade deve aumentar na mesma proporção. Bruni (2007) nos lembra o peso da palavra responsabilidade, que carrega seu sentido mais profundo em sua própria acepção: *responder a alguém*. (Dicionário Houaiss, 2009)

Uma das grandes ocupações atuais do homem é a busca por aumentar seus dias na Terra. Neste sentido são desenvolvidas técnicas e tecnologias que auxiliam e, na medida do possível, tornam factível esse quase desejo de perpetuação humana. O princípio da responsabilidade discute exatamente o tênue limite entre a busca de soluções que beneficiem as gerações presente e futura, e a disseminação de descobertas e recursos para situações consideradas limites para a humanidade e capazes de encobrir certos cenários considerados incômodos para o mundo atual. Em relação a esta afirmativa, reproduzimos uma fala de Jonas que propõe com clareza um exemplo:

“Libertar doentes mentais de sintomas dolorosos e perturbadores parece ser algo claramente benfazejo. Mas uma discreta transição leva do alívio do paciente – um objetivo em total consonância com a tradição médica - a aliviar a sociedade da inconveniência de comportamentos individuais difíceis entre seus membros. Isso significa a transição da aplicação médica para a social e abre um campo indefinível que contém potencialidades inquietantes.” (JONAS, 2006, p. 60)

O princípio da responsabilidade propõe, portanto, uma ética que questione o nosso agir, a nossa práxis no mundo do presente, mas também para o mundo do futuro. Não é possível acreditar que o poder tecnológico contido no mundo atual não traga conseqüências objetivas para o futuro próximo e distante. Neste sentido destacamos também a ética baseada no princípio da responsabilidade como uma ética que propõe a vida. Tanto as vidas que estão por vir, quanto aquelas que já existem. A responsabilização pelo outro, tanto no presente quanto no futuro, propõe uma nova visão do homem e também da natureza.

A partir daqui, então, vem a seguinte pergunta: qual a garantia de existência do futuro? Qual a nossa responsabilidade em relação a ele? Diante de tantos poderes já existentes no nosso presente, como nos responsabilizarmos por eles e pelo que virá? Jonas esclarece mais uma vez que assumir uma ética da responsabilidade significa pensar neste outro que ainda não existe, e que, dependendo de nossas ações, poderá ou não existir no futuro.

“Mas o “futuro” não está representado em nenhuma instância; ele não é uma força que possa pesar na balança. Aquilo que não existe não faz nenhum lobby, e os não-nascidos são impotentes. Com isso, os que lhes devem prestar contas não têm por ora nenhuma realidade política diante de si no processo de

tomada de decisão; quando aqueles puderem reivindicá-la, nós, os responsáveis, não existiremos mais.” (JONAS, 2006, p. 64)

A responsabilização pelo futuro se torna assim uma ética que conjuga a sociedade do presente e a sociedade do futuro. É a afirmação de que os atos que representam os quereres de toda a sociedade devem ser pensados num sentido mais amplo, devem ser promotores da ética no agora e no depois. A ética baseada no princípio da responsabilidade exige que exista um pensar sério e consciente sobre os meios utilizados para o alcance do progresso nos dias atuais, de modo que não se façam pesar sobre o futuro as conseqüências de tomadas de decisão do presente. Não é racional pensar, por exemplo, que seria legítimo impedir o surgimento de vidas futuras, ou mesmo negar a existência de gerações futuras. De onde vem o poder que parece nos autorizar a decidir o futuro?

“... não seria possível supor que a humanidade que ainda está por vir possa concordar com sua própria inexistência ou desumanização; contudo, caso se queira supor essa hipótese (quase desvairada), ela teria de ser repelida: pois existe (como ainda deve ser demonstrado) uma obrigação incondicional de existir, por parte da humanidade, que não pode ser confundida com a obrigação condicional de existir, por parte de cada indivíduo. Pode-se discutir a respeito do direito individual ao suicídio, mas não a respeito do direito de suicídio por parte da humanidade.” (JONAS, 2006, p. 86)

Discutir a ética na sociedade contemporânea significa, portanto, não só redefinir alternativas ou bases para o conceito, mas simboliza discutir igualmente sua crise, a crise da humanidade. Esta humanidade que tem como um de seus principais problemas o sentimento de profundo relativismo promotor de um obscurantismo dos rostos, tanto dos que já existem quanto daqueles que ainda estão por vir. Partindo desta visão, Jonas afirma que a ausência de esperança do homem atual numa possível reciprocidade pelos homens futuros, e o fato de que a responsabilização vai além da esfera do direito, retira o princípio da responsabilidade da doutrina do fazer, e o coloca diante da metafísica, da doutrina do Ser do homem.

Este Ser é extremamente positivo, pois desloca a possibilidade de um pensamento centralizador em si próprio e direciona a reflexão ética para fora de si, para o bem da causa (que seria para Jonas o “bem-em-si”).

Com relação ao seu princípio da responsabilidade, Jonas destaca de maneira incansável a necessidade, por parte dos homens, de um exercício de humildade, já que a civilização atual deve lidar com um poder nunca antes experimentado por civilizações anteriores. Ou seja, chama a atenção que a fé cega no progresso pode proporcionar à humanidade um sentimento de soberba capaz de incitar uma produção ilimitada de bens considerados desnecessários, fazendo com que o homem mergulhe no espaço do produzir, esquecendo-se, assim, do espaço do agir.

O pensamento de Jonas não nega a importância dos avanços tecnológicos e nem mesmo os benefícios advindos desta tecnologia, mas nos faz refletir sobre a importância da ação dos homens no mundo e as possíveis respostas que o mundo presente e futuro podem dar a esta ação. Segundo Jonas (2006, p. 59) *“Talvez nós todos necessitemos de um limite inelutável de nossa expectativa de vida para nos incitar a contar os nossos dias e fazer com que eles contem para nós.”*

Essa preocupação latente com um princípio regulador da ética em sociedade encontrada no pensamento de Jonas é expressa em diferentes linhas filosóficas. Temos outros autores que trabalham neste mesmo sentido, muitas vezes preocupando-se mais explicitamente em tirar o medo do homem em relação ao próprio homem, buscando a construção de uma ética baseada exatamente no valor do outro, do homem como ser que só se realiza efetivamente numa atitude dialogal, no “estar com”.

Neste sentido tem grande valor também o pensamento da filosofia cristã, proponente de uma ética que tem como foco e centralidade de sua reflexão o homem, a pessoa, pois o próprio Cristo, o filho de Deus, se fez pessoa em veio morar entre os homens. A filosofia cristã, que, logicamente, tem sua origem nos princípios trazidos por Cristo, mas também na patrística e em vários de seus filósofos (como por exemplo, Agostinho), também entende a felicidade como principal meta a ser perseguida e alcançada pelos homens. A ética cristã também tem como base de seu estabelecimento a liberdade de escolha, o livre arbítrio. Desta forma, se distingue da ética tradicional grega que acreditava ser o homem conhecedor do bem e que tendia a fazê-lo. No cristianismo entende-se que o homem possui a consciência do bem e do mal e pode optar entre estas duas escolhas, sendo que a escolha pelo bem é, na verdade, a escolha pela vontade de Deus. Nota-se, portanto, que a liberdade é fundamental para a construção da ética cristã.

É a partir deste movimento que o cristão experimenta o verdadeiro senso de liberdade, já que o homem é livre quanto mais se aproxima da vontade de Deus.

“Entre a concepção grega e a visão cristã existe uma tensão. Para os gregos, se a pessoa humana conhece o bem, tende a fazê-lo. Para o cristão, a consciência do bem é também consciência do mal; e o ser humano se inclinaria, o mais das vezes, para o mal. Um forte realismo domina o pensamento cristão sobre a natureza humana, desde Paulo e Agostinho. O mal não é, contudo, a última palavra, pois prevalecem, a graça e a bondade de Deus.” (CNBB, 1993, pp. 2-3)

Outro fato que busca comprovar o primado da pessoa na Bíblia é a constante busca da parte de Deus pelo diálogo para com os homens. Desta forma se estabelece uma ética fundamentada na relação eu-Tu, onde Deus chama o homem e espera dele uma resposta. A passagem do “jovem rico” elucidada na Bíblia a importância desta liberdade para a ética cristã. Depois de ter dito a Jesus que era um leal cumpridor de todos os seus mandamentos, o jovem lhe pergunta: *“O que me falta ainda?”* Nesse momento, Jesus deixa clara a importância da liberdade para a construção de um *ethos* autêntico, de uma cultura cristã: *“Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me.”* (Mt 19,21)

“Se queres...”, ou seja, Jesus explicita que a liberdade é um dos fundamentos da ética trazida por Ele. Este *“se queres”* elucidado que a escolha é livre. O chamado a seguir Cristo é o ponto máximo da vida cristã, e, no entanto, no convite a segui-lo, a escolha na liberdade. Convém esclarecer que a liberdade proposta pela ética cristã não é uma simples busca por autonomia, por uma independência em relação ao outro. Ao contrário, é uma liberdade que caminha em direção ao bem, em direção ao outro. É a liberdade que chama a si a responsabilidade, o ato de dar resposta. Ou seja, se difere totalmente de uma opção individualista, egoísta ou injusta.

No presente ano o papa Bento XVI, atual pontífice católico, lançou a carta apostólica denominada *Caritas in Veritate*. Neste documento há uma explicitação maior e talvez mais lúcida da doutrina social da Igreja Católica Romana. É constante encontrar no documento a reiteração daquilo que seria um dos pontos altos da ética cristã e que tem concordância com o pensamento de Hans Jonas. A encíclica chama a atenção para a importância de o homem exercer sua responsabilidade. Diz que *“O desenvolvimento*

humano integral supõe a liberdade responsável da pessoa e dos povos: nenhuma estrutura pode garantir tal desenvolvimento, prescindindo e sobrepondo-se à responsabilidade humana.” (p. 25, n° 17)

Outra característica relevante da ética cristã é a constante atenção ao chamado, à escuta de Deus. “‘Escuta’ (*shemá*), tornou-se uma das mais importantes orações do Judaísmo de todos os tempos” (AYTER, 1997, p. 12). Esta escuta quer despertar no homem o sentido da ação.

“Cuidareis em praticar o que Javé, vosso Deus, vos ordenou. Não vos desviareis nem para a direita, nem para a esquerda, mas em tudo seguireis o caminho que Javé, vosso Deus vos indicou, para que vivais, sejais felizes, e prolongeis os vossos dias no país que ides possuir.” (Dt 5, 32-33)

A escuta ao chamado de Deus, segundo a ética cristã, pode se configurar numa atenção redobrada à voz da consciência e do conseqüente discernimento da verdade. Segundo o documento da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – “Ética, Pessoa e Sociedade” (1993), mais relevante que a descoberta da liberdade como um dos pilares da ética cristã, é a descoberta da consciência como verdade. Não uma consciência que obedece à voz de outro homem, mas a que representa a escolha pela verdade, que se configura pela busca da liberdade e felicidade dos homens. A encíclica *Caritas in Veritate* (2009) também aprofunda a discussão em torno do conceito de verdade esclarecendo que a sua ausência coloca em risco a proposta evangélica, além de ficar restrita a um mero sentimentalismo.

“Sem a verdade, a caridade acaba confinada num âmbito restrito e carecido de relações; fica excluída dos projetos e processos de construção dum desenvolvimento humano de alcance universal, no diálogo entre o saber e a realização prática.” (Bento XVI, p. 7, n° 4)

A ética cristã possui como bases principais as três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade (amor, *ágape*). Destas três virtudes o ensinamento bíblico destaca que tudo é passageiro, e só a caridade deve permanecer:

“O amor jamais passará. As profecias desaparecerão, as línguas cessarão, a ciência também desaparecerá. (...) Agora, portanto, permanecem

estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade. A maior delas, porém, é o amor.” (ICor, 13, 8. 13)

O amor ágape passa a ser o centro da ética cristã; a fé é a manutenção da fidelidade às promessas do Cristo, *“um modo de já possuir aquilo que se espera”* (Hb 1, 1); e a esperança é o aguardo pela vida eterna. Podemos concluir que a ética cristã seria então o primado da caridade, da prática do amor entre os homens. E este, em seu estado puro, seria o *ágape*, ou seja, um amor que se aproxima o mais possível daquele ofertado por Deus que é pai, e por Jesus Cristo, que imola sua vida em favor da humanidade. Chegamos, então, a uma ética que põe sua centralidade no amor ao próximo. *“O meu mandamento é este: amem-se uns aos outros, assim como eu amei vocês. Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos. Vocês são meus amigos se fizerem o que estou mandando.”* (Jo 15, 12-15)

Neste ponto, voltamos ao questionamento feito no início deste capítulo: *“Mas quem é o meu próximo?”* (Lc 10, 25-37) Esta é a pergunta que, por excelência, explicita o cerne da ética trazida por Cristo, já que se refere ao modo de agir diante de cada semelhante, ou de cada “rosto”. O lugar onde a pergunta é feita é na “Parábola do Bom Samaritano”. Para os hebreus o samaritano era um inimigo, já que fazia parte de um povo cismático que havia se separado deles. O povo samaritano chegava a ser muitas vezes mais odiado que os próprios pagãos. Por meio dessa parábola Jesus esclarece que o próximo é qualquer pessoa, até mesmo um inimigo. E a resposta que posteriormente dá ao mestre da lei propõe a configuração do comportamento cristão: *“Vai e faz o mesmo”*. Ela define uma ética que também deve se concretizar na prática, no fazer. Ou seja, a prática do amor resume toda a Lei, todo o imperativo ético cristão.

Partindo do primado do amor ao próximo, trazemos à discussão outra especificidade da ética cristã: o fato de os homens serem eticamente corretos, assumindo um comportamento justo, não é garantia para o alcance do modelo de felicidade proposto pela sociedade contemporânea. Para Cristo, o sentido da felicidade é outro e privilegia aqueles mais marginalizados e excluídos. Esta afirmativa tem sua raiz numa outra passagem do Novo Testamento chamada de “O Sermão da Montanha”. Nela, observamos que Jesus propõe uma inversão de valores no que diz respeito à busca do homem pela felicidade.

“Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os mansos, porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os misericordiosos, porque encontrarão a misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus.” (Mt 5, 4-8)

Nesta passagem Jesus chama aqueles que compartilham com ele a proposta revolucionária do seu Reino - já que este difere potencialmente da vida proposta pelo mundo de seu tempo histórico e pela sociedade contemporânea - de “felizes” ou “bem aventurados”, e com esta ação estabelece uma mudança na escala de valores do homem.

“Ao mesmo tempo, esse Discurso mostra a abertura e a orientação dos mandamentos para a perspectiva da perfeição, própria das bem-aventuranças. Estas são, antes de tudo, promessas, das quais de modo indireto derivam também indicações normativas para a vida moral. Na sua profundidade original, são uma espécie de auto-retrato de Cristo e, precisamente por isso, constituem convites ao Seu seguimento e à comunhão de vida com Ele.” (JOÃO PAULO II, 1993)

O discurso crístico rediscute assim o conceito de felicidade. Ao contrário dos gregos - que a buscavam na efetivação da *pólis* ou através da *philia* - e da sociedade contemporânea - que vê a felicidade como o acesso desenfreado a bens e poder -, a felicidade proposta por Cristo é o resultado de uma nova ordenação de valores que é capaz de refletir mudanças na prática da vida cotidiana.

Adjetivos e condições considerados indesejáveis ou incômodos para os dias atuais são para Jesus o caminho que o homem deve trilhar para a felicidade plena. Neste sentido, pode surgir a seguinte pergunta: “cabe então ao cristão almejar a felicidade apenas na vida celeste, ou seja, na outra vida?”. A discussão que podemos suscitar com este questionamento é a possibilidade do cristão poder alcançar a felicidade ainda nesta vida. Isso se realiza se ele tem como objetivo principal fazer continuamente a vontade de Deus na Terra.

A conclusão à qual chegamos é que para o homem ser feliz nesta Terra é necessário fazer a vontade de Deus. Porém, por mais que pareça antagônico, ser feliz ou não não está necessariamente relacionado ao fato de ser cristão, já que a ética pode ser praticada mesmo sem a fé em Deus. Não existindo um diálogo com Deus, com sua voz, é possível por parte do homem a escuta da sua consciência.

“No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impõe a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faz isto, evita aquilo. O homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgado. A consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo.” (PAULO VI, *Gaudium et Spes*, 1993)

A discussão da ética cristã tem se avolumado no seio da Igreja Católica Romana que busca o fim da dissociação entre fé e prática. Desde o Concílio Vaticano II (1962-1965) a Igreja através de documentos e estudos variados, tem aprofundado o tema da ética e buscado a aproximação das reflexões desenvolvidas no âmbito católico com aquelas oriundas do diálogo com as grandes religiões e com o cabedal teórico desenvolvido por filósofos contemporâneos. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* é um dos dezesseis documentos resultantes do Concílio Vaticano II que dá início de forma mais veemente à busca por respostas às questões cruciais da vida da humanidade:

“Que é o homem? Qual o sentido da dor, do mal, e da morte, que, apesar do enorme progresso alcançado, continuam a existir? Para que servem essas vitórias, ganhas a tão grande preço? Que pode o homem dar à sociedade, e que coisas pode dela receber? Que há para além desta vida terrena?” (PAULO VI, *Gaudium et Spes*, 1993)

Neste sentido o documento afere grande sentido à ética quando ratifica que a formação de sua consciência é sentir a realidade da comunidade humana, vendo cada próximo como um “outro eu”. A *Gaudium et Spes* salienta também que, seguindo este pensamento, a ética cristã vai contra tudo aquilo que atenta contra a vida, desde sua concepção até o seu término. Desenvolve também uma reflexão em torno de propostas que violam a integridade da pessoa humana, desde as torturas (físicas ou morais) até as degradantes condições de trabalho etc.

Após o Concílio Vaticano II, já no pontificado de João Paulo II, foram criados o novo Código de Direito Canônico (1983) e o Catecismo da Igreja Católica (1992). “O código é o conjunto de todas as leis que regem a vida dos batizados pessoalmente e em relação com os outros e a vida das comunidades” (PICÃO, 1997, p. 14). Já o Catecismo diz respeito à doutrina católica, tanto no que refere à fé como à moral. Os dois documentos

citados ilustram um esforço de agregação, discussão e disseminação das orientações e normas do pensamento cristão católico sobre temas que dizem respeito à ação da ética cristã no mundo moderno.

Tanto o Código quanto o Catecismo da Igreja Católica Romana vão estabelecer uma ponte para a criação da Encíclica *Veritatis Splendor* (1993), de autoria de João Paulo II. Esta Encíclica reafirma a Verdade como o caminho para a conquista da liberdade e justifica que os atuais erros da humanidade são conseqüências do seu distanciamento da Verdade que é o próprio legado de Cristo. “*Conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres.*” (Jo 8, 32). João Paulo II priorizou o lançamento do novo Catecismo para tornar possível o amadurecimento dos principais pilares da fé católica entre o maior número de pessoas. Posteriormente, na Encíclica *Veritatis Splendor*, discutiu novas questões referentes à ética e à moral e aprofundou outras já constantes no Catecismo Católico.

Em 1995, João Paulo II dá continuidade à discussão sobre os principais fundamentos da ética cristã e lança a Encíclica *Evangelium Vitae*. Pelo grande número de citações bíblicas, tal Encíclica caracteriza-se como a principal reflexão da Sagrada Escritura, configurando-se, portanto, num debruçar-se sobre toda a fundamentação do ensinamento ético trazido por Cristo. Um dos pontos de aprofundamento da Encíclica é justamente a passagem do Antigo Testamento sobre Caim e Abel. A pergunta que o Senhor faz a Caim indica o caminho de reflexão sobre a ética que o documento faz: “*Onde está Abel, teu irmão?*” “*Não sei dele. Sou, porventura, guarda do meu irmão?*” (Gn 4, 9). Sim. Seguindo a lógica cristã, todos devem guardar uns aos outros, já que Deus confia o homem ao próprio homem.

O lançamento da última encíclica *Caritas in Veritate* coroa de maneira mais concreta a entrada do cristianismo, e mais especificamente da Igreja Católica Romana, na discussão sobre a formação de bases possíveis que estabeleçam uma ética capaz de perpassar de maneira concreta todas as culturas, cristãs ou não, ocidentais ou não.

“A exclusão da religião do âmbito público e, na vertente oposta, o fundamentalismo religioso impedem o encontro entre as pessoas e a sua colaboração para o progresso da humanidade. (...) A razão tem sempre necessidade de ser purificada pela fé; e isto vale também para a razão política,

que não se deve crer onipotente. A religião, por sua vez, precisa sempre de ser purificada pela razão, para mostrar o seu autêntico rosto humano.” (Bento XVI, pp. 105-106, n. 56)

O breve cenário sobre alguns dos principais documentos que na Igreja Católica Romana delineiam o perfil da ética cristã segundo seu pensamento, teve como função explicitar e corroborar sua importância para o estabelecimento efetivo de um *ethos* capaz de redimensionar o valor da vida humana e refundar as bases de uma ética capaz de promover o bem comum. Para que tal cenário se concretize, faz-se necessário o resgate do real significado do que sejam liberdade, felicidade e responsabilidade na sociedade contemporânea, reiterando, assim, a possibilidade de vislumbrar uma ética que, buscando aglutinar as diferentes tendências, alcance a todos.

Podemos considerar que tal convite é, no mínimo, desafiador, já que atualmente existem inúmeros discursos gerados em nome da ética, muitos deles defendendo inclusive contravalores. Tais discursos, em geral, têm sua origem na postura individualista que invadiu a sociedade atual que sente concretamente a ausência de um “centro regulador”, de um pensamento capaz de resgatar e nortear a vida de todos os homens.

Em geral considerado como “sociedade do consumo”, observamos que o poder do mercado vem se ampliando, fato que, segundo Chaui (1997), faz com que ele se configure atualmente como centro organizador da sociedade contemporânea.

“O indivíduo livre é, na verdade, membro de uma ordem social definida, agora, por um centro organizador que procura evitar os choques com a hierarquia sociopolítica: o centro organizador é o mercado, que precisa do conceito de indivíduo livre que se relaciona com outros por meio da relação contratual, dotada de validade apenas se os contratantes forem livres e iguais.” (CHAUÍ, 1997, p. 351)

Como estabelecer uma ética que simbolize os valores essenciais e universais da humanidade? Como destituir o mercado da função que demos a ele? Como estabelecer relações mais justas em nossa sociedade? Neste capítulo procuramos discutir possíveis respostas a estas perguntas. Gostaríamos, portanto, de aprofundar daqui em diante a discussão no que diz respeito à separação da ética da vida em comum, ou seja, da vida em comunidade. Porque:

“Se a esfera do produzir invadiu o espaço do agir essencial, então a moralidade deve invadir a esfera do produzir, da qual ela se mantinha afastada anteriormente, e deve fazê-lo na forma de política pública. Nunca antes a política pública teve de lidar com questões de tal abrangência que demandassem projeções temporais tão longas.” (JONAS, 2006, p. 44)

É a essa discussão que nos dedicaremos no próximo capítulo.

2- Do desencanto da religiosidade aos encantamentos da racionalidade: reflexões sobre a vida boa para os homens

*“Não somos seres humanos com experiências espirituais,
Somos seres espirituais com experiências humanas.”*

(Teilhard de Chardin)

A discussão que desenvolvemos até o presente momento sugere algumas reflexões relevantes. Uma delas é a que diz respeito à construção de uma ética que se estabeleça a partir de costumes comuns capazes de nortear a vida em sociedade. Outra discussão iniciada no capítulo anterior é a que se relaciona ao fato de que no mundo moderno a vivência da ética ainda está aprisionada à vida privada, e consequentemente isolada da vida da *pólis*. A vida em comum passa a funcionar partindo de outro parâmetro, e, dentro desta nova realidade, a ética anterior à modernidade talvez não seja tão necessária.

Tal reflexão nos direciona para o entendimento de que através de um sofrido e longo processo a sociedade contemporânea se viu arrastada pelo rodamoinho do mercado, deixando-o assim como figura central e reguladora das relações construídas em sociedade. Ou seja, se anteriormente existia uma caracterização da economia como ferramenta capaz de viabilizar a vida prática, atualmente observamos que a vida dos homens é ditada e referenciada pela ciência econômica e vê o mercado como o “lugar” onde é estabelecida a maior parte das relações humanas. A partir daqui discutiremos a origem da idéia moderna de mercado e também as características que o conceito adquiriu com seu desenvolvimento.

A idéia moderna de mercado surge no século XVIII com o filósofo escocês Adam Smith. Anteriormente a palavra mercado significava efetivamente o lugar onde coisas, objetos, mercadorias eram trocadas. Nele inexistia a utilização de uma ferramenta monetária, fato que configurava o mercado como um espaço não monetário. É com Smith que a idéia de mercado passa a se relacionar com a da “mão invisível”, expressão criada por ele para ilustrar um conjunto de mecanismos capazes de regular e organizar a vida dos homens. Com a teoria de Smith e sua crença na efetividade da “mão invisível”, vários pensadores afirmam que a ciência econômica passa a existir de forma autônoma,

destacando-se assim de uma análise conjunta com a filosofia, a ética e a moral existentes. A criação desta nova ciência traz em seu bojo o redimensionamento de categorias e conceitos relevantes para o estabelecimento de uma vida social fundamentada na ética e na moral criadas pelo mercado.

“... na obra de Adam Smith (...) a economia política adquire as feições de uma ciência autônoma - ciência, em oposição ao caráter eminentemente prático e prescritivo dos escritos mercantilistas, autônoma, pois não mais subordinada à esfera da reflexão política e moral como ainda permanecia no pensamento fisiocrático.” (CERQUEIRA, 2000, p. 7)

A linha de pensamento de Smith acena que o funcionamento da economia, tendo no mercado seu eixo norteador, não mais dependeria de padrões éticos pré-estabelecidos, já que seu próprio mecanismo criaria um ordenamento capaz de proporcionar o máximo bem estar para a sociedade. A “mão-invisível” torna-se um instrumento capaz de moldar a vida dos indivíduos de forma que o comportamento de cada um gere o referencial ético da vida em sociedade. Para Adam Smith, o interesse do homem por si próprio, dentro de determinados limites, é capaz de promover a vida justa, ou seja, seu pensamento elucida e valoriza o comportamento individual como algo capaz de construir a vida em sociedade. Portanto, o surgimento do mercado no sentido moderno e a partir do pensamento *smithiano* acaba instaurando o primado do indivíduo, lançando assim os alicerces da sociedade moderna.

“Infatti, è a partire dal Settecento che l'economico è stato concepito e presentato come il luogo idealtipico della relazione strumentale auto-interessata e calcolabile, e il mercato come l'entreccio sostanzialmente auto-regolato di queste relazioni. In quello specifico clima culturale, nel mondo anglossassone (in Scozia in modo particolare), il pensiero economico moderno, e con esso la scienza economica nasce dall'umanesimo della Riforma protestante.” (BRUNI, 2007, p. 61)⁸

Muitos autores (dentre filósofos, economistas etc.) discutem a idéia da “mão invisível” e vários deles enveredam na discussão desta teoria com a intenção de caracterizá-la como um recurso técnico do universo econômico, transformando-a assim num dos símbolos da economia capitalista. Não apenas pela idéia da mão invisível, mas por todo

⁸ “A partir dos anos setecentos a ciência econômica foi concebida e apresentada como lugar ideal típico das relações instrumentais de auto-interesse e calculáveis, e o mercado como realidade substancialmente auto-regulada destas relações. Naquele específico clima cultural, no mundo anglo-saxão (na Escócia particularmente), o pensamento econômico moderno, e com ele a ciência econômica, nasce do humanismo oriundo da Reforma Protestante.”

um cabedal conceitual construído, as discussões sobre as obras e o pensamento de Adam Smith vêm se multiplicando no mundo acadêmico. Há uma intuição que ultimamente tem sido construída sobre bases teóricas de que o pensamento *smithiano* é mais rico e profícuo do que se dimensionou até hoje.

A principal fonte de reflexão em torno das obras de Smith que tem se adensado no meio acadêmico é a possibilidade da existência de dois discursos teóricos diferentes de sua parte: um seria aquele construído com a filosofia moral de sua primeira grande obra, *Teoria dos sentimentos morais*, de 1759; o outro seria descrito em *A riqueza das nações*, obra de 1776. A partir da observação destes dois livros de Adam Smith surgem duas linhas de pensamento distintas: uma identifica a existência de uma ruptura entre o discurso desenvolvido entre a primeira e a segunda obra; a outra linha de pensamento se dirige para o fato de que existe uma clara unidade entre elas e que o Adam Smith encontrado nas duas obras é o mesmo, e não o “filósofo” da *Teoria dos Sentimentos Morais* e o “economista” de *Riqueza das Nações*.

Não são poucos os autores que identificam o Adam Smith da *Teoria dos sentimentos morais* como o filósofo sonhador e romântico, e o Smith de *A riqueza das nações* como o economista realista. Esta dualidade é caracterizada como o “problema Adam Smith” (*Das Adam Smith Problem*), nome dado pela escola histórica alemã à discussão em torno da relação entre as duas obras. Segundo Ganem (1999), a teoria criada por Smith, que parece a princípio não apenas enaltecer a figura do mercado como ferramenta da esfera econômica, mas também como definidora da vida em sociedade, não pode nem deve ser simplificada.

“Nesse sentido, o mercado é entendido como algo mais complexo do que um locus de troca e a mão invisível como mais do que um simples mecanismo de ajuste automático, representando a própria viabilização da ordem social, seu operador último, sua forma de organização social.” (GANEM, 1999, p. 11)

Em *Teoria dos sentimentos morais* Smith defende que para que a existência de uma nova ordem seja real, ou seja, para que a mão invisível regule a vida em sociedade de modo efetivo, é necessário que os homens olhem uns para os outros, percebam-se e vivenciem suas próprias situações, mas principalmente solidarizem-se com aquelas alheias. Desta forma assumem ora a postura de atores, vivenciando, eles próprios,

paixões, dores e alegrias, ora a postura de expectadores, observando a vivência destes sentimentos nos outros, desenvolvendo assim a capacidade de solidarizarem com outros homens e sentir em seu corpo, mesmo que de forma limitada, uma parte daquela sensação que não lhes pertence. Se o homem não vive determinada situação (se não é ator), pode colocar-se no lugar do outro para experienciar um pouco do que é vivido por ele (sendo, portanto, expectador). Deste modo o pensamento *smithiano* da *Teoria dos sentimentos morais*, ao mesmo tempo em que dá destaque e ênfase à postura individual, não exclui a possibilidade que, a partir desta postura, que prima pela busca das virtudes, a vida dos homens seja mais justa.

Ainda em *Teoria dos sentimentos morais*, Smith cria algumas categorias essenciais ao seu trabalho. Dentre elas dedicaremos maior atenção à simpatia sobre a qual já desenvolvemos uma breve reflexão, mesmo sem nomeá-la. A discussão sobre esta categoria nos remete a um comportamento que ganha grande sentido na vida dos homens em sociedade, pois permite que eles identifiquem-se com outros homens através da capacidade humana daquilo que popularmente chamamos “estar na pele do outro”. Este termo representa de maneira bastante legítima o pensamento sobre a simpatia proposto por Adam Smith. O homem passa a identificar-se com as alegrias e dores do outro, a ponto de tentar colocar-se em seu lugar e exigindo um envolvimento com a situação vivenciada por um outro.

“Toda faculdade de um homem é a medida pela qual ele julga a mesma faculdade em outro. Julgo sua visão por minha visão, seu ouvido por meu ouvido, sua razão por minha razão, seu ressentimento por meu ressentimento, seu amor por meu amor. Não possuo nem posso possuir nenhum outro modo de julgá-las.” (SMITH, 2002, p. 18)

A preocupação de enxergar o outro é considerada uma forma de limitar um interesse que se reduza unicamente ao mundo individual, à ocupação do indivíduo consigo mesmo, o que é denominado por Smith como amor próprio (*self love*). Segundo ele o amor próprio, ou mesmo a existência de certo egoísmo por parte do homem não chega a ser prejudicial à vida em sociedade, desde que sejam limitados pela simpatia, que se baseia especificamente na solidariedade (*fellow-feeling*), na possibilidade de medir os limites da vida em comum a partir da identificação de situações alheias. Para que isso ocorra é necessário que haja o autodomínio (*self command*), o domínio das paixões

humanas, a submissão da nossa natureza àquilo que é considerado como benéfico para a vida em sociedade.

Através da simpatia o homem reforça o desejo de ser aceito e reconhecido em sociedade. Se esta ação atinge um efetivo alcance social acaba por permitir da minha parte a aceitação do outro, mas também da parte do outro um reconhecimento à presença e aos sentimentos que são por mim vivenciados. Reconhecemos, então, que a simpatia reforça o sentimento de amor próprio (*self love*). Smith propõe, assim, que o amor próprio ou o interesse pessoal pode motivar boas ações, inclusive ações virtuosas.

Assim como a figura da mão invisível, o pensamento *smithiano* apresenta também a existência de uma mão divina que rege o agir do homem, permitindo e considerando desejável que ele aja de acordo com seus próprios interesses. Em alguns momentos notamos a aproximação de Adam Smith com princípios estabelecidos pela ética cristã. Em relação à simpatia, por exemplo, Smith admite que colocar-se no lugar do outro reproduz um dos grandes preceitos cristãos (“Ama teu próximo como a ti mesmo”). Este pensamento desvia o olhar do homem de sobre si e o coloca na direção do outro. O pensamento *smithiano* chega a admitir que desta forma a natureza humana realiza-se em sua plenitude.

“E daí resulta que sentir muito pelos outros e pouco por nós mesmos, restringir nossos afetos egoístas e cultivar os benevolentes, constitui a perfeição da natureza humana; e somente assim se pode produzir entre os homens a harmonia de sentimentos e paixões em que consiste toda a sua graça e propriedade. E assim como amar a nosso próximo do mesmo modo que amamos a nós mesmos constitui a grande lei do Cristianismo, também é o grande preceito da natureza amarmos a nós mesmos apenas como amamos a nosso próximo, ou, o que é o mesmo, como nosso próximo é capaz de nos amar.”
(SMITH, 2002, p. 26)

Porém, ao mesmo tempo em que o autor enaltece algumas virtudes cristãs inserindo-as e identificando-as em sua reflexão, chega também a admitir que a benevolência, ou seja, a caridade – considerada principal virtude cristã - possui certa importância na vida em sociedade. Entretanto, a virtude da justiça é indispensável sendo, portanto, a caridade inferior a ela. Segundo Smith a sociedade pode subsistir sem a caridade, mas não sem a justiça já que sem ela (que deve ser estabelecida pelo Estado) não é possível assegurar o direito natural de cada indivíduo.

“... as ações econômicas permitem alcançar o máximo bem-estar para a humanidade sem qualquer recurso à benevolência ou à caridade, mas deixando-se motivar apenas pelo amor-próprio (self-love) com que a Divindade dotou todos os homens: “Não é por conta da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, mas sim da atenção que eles dedicam ao seu próprio interesse.” (WN I.ii.2; trad. modificada). Vale dizer, Smith lida na Riqueza das nações com situações em que o único requisito moral consiste na virtude da justiça, situações em que o vínculo social se apóia apenas na ‘troca mercenária de bons serviços conforme uma avaliação acordada’.” (CERQUEIRA, 2000, p. 12)

O pensamento desenvolvido por Smith encontra alguns pontos de intercessão com a filosofia cristã, mas o centro de sua reflexão se direciona para o indivíduo e para a possibilidade dele criar, por intermédio do desenvolvimento de virtudes, a vida boa para os homens em sociedade. Portanto, seu pensamento indica que a preocupação com o outro não se caracteriza como uma atitude gratuita, mas possui o interesse intrínseco de criar uma ordem específica, aquela ditada pela mão invisível para a vida dos homens.

“Com A. Smith, a ação econômica realiza uma ruptura ideológica decisiva para o individualismo moderno, com a superação da moral tradicional pela ética utilitarista. O relativismo ético gerado quando a economia adquire um status autônomo, estabelece o primado de relações objetivadas entre homens e coisas, apontando o individualismo como uma forma positiva de vida social e transformando a definição de “Bem”, em expressões de preferências individuais e heterogêneas, que impedem qualquer ordenação geral.” (SOARES, 2000, p. 19)

Mesmo levando em consideração o valor insubstituível do pensamento de Smith e toda riqueza proposta por suas reflexões, consideramos que a teoria sobre a mão invisível ou mercado auto-regulado transbordou para além de seus limites. A idéia do mercado se corporificou com a chegada do capitalismo, invadiu a vida em sociedade e transformou as regras de sua conduta nas regras de funcionamento da sociedade. Tal situação traz em si vários perigos, mas acreditamos que o principal é o da transformação de tudo e todos em coisas, em objetos monetarizados, valorados.

Atualmente, a discussão em torno da ciência econômica, tal como é dada no sistema capitalista que vivenciamos, deixa claro que há um contraste abrupto no acesso das pessoas ao mercado em si e, numa análise mais consistente, no acesso ou não dessas mesmas pessoas à esfera dos direitos. Nisto, inclusive, consiste uma das maiores críticas ao capitalismo. Um grande número de pessoas, além de estar excluído do acesso ao

mercado, também não tem garantido o acesso aos direitos, inclusive àqueles considerados universais. A princípio, pode existir uma falsa impressão de que o mercado, de certa forma, seja um lugar de igualdade, já que nele pode adentrar toda e qualquer pessoa que “pague o preço”. O poder da moeda define o estado das pessoas perante a sociedade na qual vivem e também suas relações com o mercado.

*“Adam Smith, soprattutto nella sua *Wealth of Nations* (1776), è colui che più eloquentemente esprime la novità culturale e antropologica dell’economia di mercato rispetto al passato: quando si entra nel mercato non si dipende più, gerarchicamente, dagli altri – il mendicante dal ricco o il contadino dal landlord – e, nella interazione di mercato, ci si incontra su di un piano di uguaglianza, dove, pagando il prezzo, ci si libera, ci si emancipa, dal legame con gli altri.” (BRUNI, 2007, P. 2)⁹*

É notória a constatação de que o mercado não é um lugar democrático, um lugar onde diferentes pessoas, de condições sociais distintas exercem e têm acesso aos mesmos direitos. A igualdade que parece ser uma das características do mercado capitalista, já que propõe que com o acesso aos meios financeiros é possível gozar de seus benefícios, não comporta diferenças sendo, portanto, uma das responsáveis por distorções não só de ordem econômica, mas também social. Segundo Paul Singer *“Mesmo que as condições de partida sejam iguais para todos os participantes, o jogo do mercado inevitavelmente produz ganhadores que enriquecem, e perdedores que empobrecem.”* (2004, p. 12)

Bruni (2007) identifica o mercado como o local da *imunnitas*, ou seja, da imunidade, do distanciamento do outro como meio de sobrevivência. No mercado os homens não tomam conhecimento das feridas uns dos outros já que o aprisionamento do indivíduo em si mesmo compromete as relações humanas. Em seu livro *“La ferita dell’altro”*, o autor desenvolve uma reflexão sobre a cultura criada a partir da existência do chamado mercado auto-regulado que parece a princípio privilegiar a igualdade, a liberdade e a democracia, mas que na verdade desconhece a pessoa humana como ser único, enaltecendo a existência de uma massa disforme composta por inúmeras pessoas que, enxergadas em conjunto, não possuem um rosto definido. Desta forma, o mercado não dá espaço a uma relação face-a-face, uma relação eu-tu no sentido buberiano, mas sim a

⁹ “Adam Smith, sobretudo em seu livro *Riqueza das nações* (1776), é o que mais eloquentemente exprime a novidade cultural e antropológica da economia de mercado em relação ao passado: quando o homem entra no mercado não depende mais, pelo menos hierarquicamente, de outros – o mendigo do rico ou o agricultor do senhor – e na interação de mercado, todos se encontram sobre um plano de igualdade, onde pagando o preço se tornam livres, emancipados da relação com os outros.”

relações mercantilizadas que expulsam da vivência cotidiana a existência de referenciais éticos necessários para a vida. Segundo Luigino Bruni, é necessário que haja um espaço onde os diferentes se relacionem e tenham contato com a ferida do outro, um lugar para a *communitas* e não para a *immunitas*. Neste sentido sugere que o grande gerador deste tipo de relação é o amor agápico, inaugurado com a vinda de Cristo. Não estar imune àquele ao meu lado significa aceitar e conviver com a sua ferida, mesmo quando houver combate entre as partes envolvidas. (Bruni, 2009) A comunidade para ele é, destarte, o lugar do confronto, por excelência o lugar das diferenças. Tal teoria é formulada partindo da passagem bíblica descrita no livro de Gênesis, na qual Jacó combate por toda a noite com Deus e, sendo por ele ferido, não finaliza a luta até que “o homem” o abençoe.

“Quando Jacó ficou sozinho, um homem se pôs a lutar com ele até o romper da aurora. Vendo que não podia vencê-lo, atingiu-lhe a articulação da coxa de modo que o tendão da coxa de Jacó se deslocou enquanto lutava com ele. O homem disse a Jacó: ‘Solta-me, pois já surge a aurora.’ Mas Jacó respondeu: ‘Não te soltarei se não me abençoares’. E o homem lhe perguntou: ‘Qual o teu nome?’ – ‘Jacó’, respondeu. E ele lhe disse: ‘De ora em diante já não te chamarás Jacó mas Israel, pois lutaste com Deus e com os homens e venceste.’” (Bíblia Sagrada, Gn 32, 25-30)

A reflexão que se desenvolve a partir da passagem supracitada define que onde se instaura o *ágape* há uma natural propensão ao combate, já que só os iguais não combatem entre si. Porém, o que realmente diferencia a comunidade agápica é que sua própria constituição depende desses contatos e possíveis confrontos; e, além disso, nela quem confronta também é capaz de abençoar. Portanto, o movimento *confronto – ferida – benção* torna-se uma constante na comunidade agápica. Esta seria uma das respostas à posição que o mercado atual ocupa: um lugar que apresentando uma centralidade gera o *ethos* do não-encontro, já que as relações mediadas através do consumo de produtos e a transformação de tudo em ‘coisas’ que podem ser comercializadas não proporcionam a visão das feridas alheias, mas, ao contrário, propõem a indiferença àquilo que é diferente de mim.

Se tudo se mercantiliza, o mundo passa a ser um grande mercado onde as pessoas passam a ser consideradas ‘coisas’, compondo por conseqüência uma rede de relações anônimas e impessoais.

“Le relazioni di mercato ci permettono di soddisfare i nostri bisogni senza dover dipendere dall’amore degli altri, poiché, dipendendo tutti impersonalmente e anonimamente dalla “mano invisibile” del Mercato (con la M maiuscola), non dipendiamo personalmente da alcuno, non dobbiamo incontrarci in modo personale (e potenzialmente doloroso) con nessuno; dipendendo da tanti, non si dipende da nessuno con un nome (...) Si dipende solo anonimamente, e senza rischiare di ferirsi, dal Mercato” (BRUNI, 2007, pp. 40-41)¹⁰

Passa a se desenvolver, então, no mercado um sistema de trocas que tornam possível e desejável que um indivíduo compre do outro aquele produto do qual necessita e não pode produzir. Esta permuta envolve não apenas objetos, mas também o próprio homem através de seu trabalho, pois para Smith é a propensão do homem à barganha que dá origem à divisão do trabalho. Com a troca e a divisão do trabalho, a necessidade do homem adquirir produtos que não são confeccionados por ele aumenta, tornando assim mais real a dependência dos diversos serviços desenvolvidos.

“A tendência a permutar coisas com os outros é, pois, para Smith, uma expressão da sociabilidade da natureza humana, que na sociedade civil pode se expressar plenamente graças à divisão do trabalho, que faz com que cada um tenha uma constante necessidade dos outros – não podendo prover sozinho (ou só com a sua família) a todas as necessidades.” (BRUNI, 2003, p. 63)

Karl Polanyi em seu livro *A grande transformação* (1980) denomina de “moinho satânico” o processo que transformou as técnicas e novas tecnologias para produção em meios que transformam os homens numa grande massa homogênea, exilando-os de sua vida tradicional. Para Polanyi a ascensão do capitalismo e do mercado não pode coexistir com a substância humana.

“Que moinho satânico foi este que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto pode se atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto pode-se atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza?” (POLANYI, 1980, p.51)

¹⁰ “As relações de mercado permitem a satisfação das nossas necessidades sem depender do amor dos outros, já que, dependendo todos impessoalmente e anonimamente da ‘mão invisível’ do Mercado (com M maiúsculo), não dependemos pessoalmente de alguém, não devemos nos encontrar pessoalmente (e de modo potencialmente doloroso) com ninguém; dependendo de tanto, não se depende de ninguém com um nome (...) Depende-se só de maneira anônima, sem o risco de ferir-se.”

A reflexão desenvolvida no livro de Polanyi trata de experiências que datam das sociedades primitivas, passam pelo mercantilismo - que tem como foco o comércio e mercado regulamentado -, e chega ao mercado auto-regulado segundo a proposta de Smith. Em seu discurso Polanyi entende que o surgimento deste mercado traz em si uma série de novidades, dentre elas a criação de algumas categorias caracterizadas como mercadorias. Tanto o mercado auto-regulado como a criação de tais categorias vão de encontro às necessidades da economia de base industrial que começa a ser estabelecida. Um período da história no qual máquinas sofisticadas são criadas, tendo como consequência lógica a intensificação do processo de produção e da atividade comercial.

Um dos aspectos mais relevantes do pensamento de Polanyi é a discussão em torno da transformação de terra, trabalho e dinheiro em mercadorias. O grande “moinho satânico” cria, assim, um mercado para “coisas” que a princípio não são mercadorias. Na sociedade industrial toda a produção é para venda no mercado, o que inclui bens e serviços. Além desses, inclui também terra, trabalho e dinheiro.

“Por conseguinte, há mercado para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo serviços), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados respectivamente, preços de mercadorias, salários, aluguel e juros. Os próprios termos indicam que os preços formam rendas: juro é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. Aluguel é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. Salários são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem.”
(POLANYI, 1980, pp. 81-82)

Polanyi enfatiza que a criação do mercado auto-regulado é o marco da separação entre esfera política e a esfera econômica na sociedade. Ocorre, contudo, que tanto o trabalho humano, que se concretiza no próprio homem, quanto a natureza, ou seja, a terra, se tornam categorias subordinadas não à esfera política ou social, mas à esfera econômica. Assim, sua discussão direciona-se para o fato de que terra, trabalho e dinheiro são, na realidade, mercadorias fictícias, já que mercadorias são definidas como objetos e serviços que podem ser colocados à venda. Vender a terra seria como vender a natureza ou o lugar destinado à sobrevivência do homem. A venda do trabalho se configura na venda do próprio homem, de seu corpo e suas capacidades. Se ele não é um empregador, torna-se empregado, ou seja, alguém que vende seu trabalho. E, por fim, o dinheiro, que é um símbolo do poder de aquisição. No que diz respeito à terra e ao

trabalho, observamos ainda uma audácia maior, visto que estes são transformados em mercadorias e desenraizados da vida cotidiana dos homens.

“Com a modernidade moderna, são criados mercados reais para essas mercadorias fictícias, subordinando a essência da sociedade às leis do mercado e os homens ao sistema econômico. O sistema de mercado desfigurou a organização do trabalho e a vida em sociedade como um todo.” (SOARES, 2000, p. 22)

A criação de mercados reais para mercadorias que para Karl Polanyi são fictícias gera um processo no qual o homem, por exemplo, passa a vender a si próprio, já que é impossível imaginar a venda de seu trabalho como algo independente de seu organismo, de seu todo. A venda do trabalho torna-se assim a radicalização mais extrema do cenário do mercado auto-regulado. E tanto Polanyi quanto Marx concordam que somente com o surgimento do trabalho assalariado a economia moderna se concretiza, já que com o salário tudo passa a ser monetarizado.

“É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tornou-se o princípio organizador da sociedade (...) Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico.” (POLANYI, 1980, p. 87)

Criando assim uma abstração real – um mercado para mercadorias fictícias – o capitalismo industrial permite que a mão invisível orquestre as ações do mercado, transformando-o no lugar do encontro para trocas, para permutas, se apossando assim dos instrumentos necessários para seu desenvolvimento. Para avançar e progredir a sociedade industrial necessitava transformar as mercadorias fictícias em necessidades reais para a sociedade.

A questão que levantamos a partir do pensamento de Karl Polanyi diz respeito ao real papel do mercado auto-regulado na sociedade atual. Ao mesmo tempo em que ele se configura como lugar de encontro para trocas, para relações e transações mercantis, não é capaz de responder de maneira eficaz a todas as exigências da vida no tecido social.

“(...) se il mercato diventa la forma principale per organizzare la vita in comune, se entra cioè in tutti gli ambiti della vita civile (dalla sanità alla scuola, dalla cura dei bambini a quella degli anziani), come sta sempre più accadendo,

allora una relazione civile affidata al solo contratto di mercato è insufficiente e pericolosa.” (BRUNI, 2007, p. 46)¹¹

Observamos no mundo contemporâneo que o mercado tem assumido uma função que extrapola seus limites, e que muitas vezes o Estado, considerado por muitos a única instituição capaz de circunscrevê-lo, não consegue controlar sua ação na vida dos homens. Partindo do pensamento de Gabriel Kraychete (2000), chegamos a Fernand Braudel que problematiza esta discussão indicando que a vida do mercado capitalista e do capitalismo tal como se apresenta só é possível por conta da existência do Estado. *“Para Braudel, o Estado é um elemento constitutivo do sistema capitalista. Neste sentido, todo monopólio é político, tornando sem significado a controvérsia em torno da legitimidade da interferência do Estado na economia.”* (KRAYCHETE, 2000, p. 16). Ao invés de evitar possíveis distorções e agir em favor daqueles que se encontram nas franjas da exclusão, em geral o Estado corrobora e fortalece a existência do capitalismo atual com todas as suas características, funcionando como um “agenciador” do seu sistema, formulando leis e formas que possibilitam a manutenção de sua existência.

Este cenário indica que o atual estágio do capitalismo com o mercado tal como se apresenta, deixa lacunas e mostra debilidades graves. Por isso, em meio ao *modus operandi* mercantilista auto-regulado, surgem modos de produção alternativos que trabalham com valores e conceitos diferentes daqueles estabelecidos e obedecidos pela lógica mercantil, já que esta não é capaz de responder completamente aos anseios de nossa sociedade.

Há a necessidade de um contínuo aprofundamento e discussão sobre a função do mercado auto-regulado, sobre os principais aspectos e características do pensamento de Adam Smith e sua importância para o desenvolvimento do discurso econômico, e também sobre a busca de novas alternativas teóricas e operacionais que partem de outros autores relevantes. Consideramos, portanto que o presente trabalho não esgotou a reflexão em torno desses temas. O que gostaríamos de destacar é que nossa intenção não

¹¹ “(...) se o mercado se torna a principal forma de organização da vida em comum, penetrando em todos os âmbitos da vida civil (da saúde à escola, dos cuidados com a infância àqueles com os idosos), como vem acontecendo de maneira recorrente, surge uma relação civil insuficiente e perigosa, já que confiada somente ao contrato de mercado.”

é promover uma crítica aberta ao mercado no sentido de destituí-lo daquela que seria a sua função: ser o lugar onde se efetivam trocas mercantis. Atingir o pleno desenvolvimento ou permitir o acesso das pessoas à esfera dos direitos, à vida política, não implica necessariamente a extinção do mercado auto-regulado, até mesmo porque tal cenário seria inimaginável nos dias atuais. Não podemos criar um discurso que se direcione apenas para a destruição da ação da “mão invisível” na sociedade. Ao contrário, desejamos criticar sua configuração atual para podermos reavaliar sua função na vida dos homens, fugindo do discurso hegemônico que dita que apenas soluções puramente racionais podem responder de forma segura ao anseio de homens e mulheres por uma vida boa.

“Ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas (ainda que certas conversas sejam claramente infames e causem problemas a terceiros – ou até mesmo aos próprios interlocutores). (...) A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes.” (SEN, 1999, p. 21)

Pretendemos mostrar que existe a real possibilidade de encontrarmos soluções promotoras da vida dos homens não estabelecidas apenas sobre um pensamento estritamente racional, e que há a necessidade do restabelecimento do vínculo entre economia e ética. Não podemos nos esquecer que foi exatamente a partir da instauração do pensamento racional que assistimos uma desvinculação mais abrupta entre a esfera econômica e social. A partir do momento no qual a economia se baseia em ações e teorias unicamente racionais, a presença do mercado se amplia e passa a ocupar o lugar de destaque que possui até os dias atuais.

O racionalismo do discurso econômico passa, portanto, a justificar as ações dos homens na sociedade. Ocorre, então, o que Weber caracteriza como eticização da sociedade, a criação de uma ética racional que rege a vida dos homens e implanta uma realidade que não permite a ausência da lógica ofertada pelo pensamento econômico. Em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber apresenta exatamente o processo no qual ocorre o distanciamento dos homens em relação àquilo que é mágico, não explicável, “metafísico”. Ele cria e desenvolve o conceito “desencantamento do

mundo” (*entezauberung der welt*), que aqui será trabalhado a partir das pesquisas desenvolvidas por Antônio Flávio Pierucci (2005).

Historicamente o conceito “desencantamento do mundo” é citado por Weber na última edição da *Ética Protestante* (1920). Porém, o esforço de Pierucci é exatamente descortinar e localizar o conceito (ou o que acredita ser seu significado) em outros textos de autoria de Max Weber, considerando ser ele profícuo e muito superior a uma simples visão de mundo. Tal pesquisa aponta, portanto, a utilização do conceito desde 1912 em diversos textos weberianos: “*Já em data anterior a 1913 a idéia de desencantamento do mundo encontrara em Weber sua forma literária*” (PIERUCCI, 2005, p. 64).

Segundo Pierucci, o termo “desencantamento do mundo” é utilizado na maioria das vezes com o sentido de desmagificação. Ocupando-se da análise das religiões mais primitivas e também das orientais, em contraste com as religiões judaico-cristãs e, principalmente, o protestantismo ascético, Weber considera que a magia se eteriza com a expansão destas últimas. Interessante notar que, segundo Pierucci, o termo desmagificação se refere exatamente ao núcleo duro do conceito, ou seja, ao seu núcleo religioso. Porém, acompanhando o desenvolvimento de sua discussão notamos também que o conceito possui um outro perfil, tão significativo quanto o primeiro, que se relaciona ao desencantamento do mundo exatamente como eticização, o entendimento da transformação do mundo num mero mecanismo causal, “*pelo desenvolvimento da ciência, do cálculo e da tecnologia, que relegaram a religião ao âmbito do irracional e a destituíram de sua proeminência na vida social.*” (NEGRÃO, 2005, p. 29)

“*O desencantamento do mundo, na medida em que definido tecnicamente como desmagificação da atitude ou mentalidade religiosa, é para Weber um resultado, porquanto produto da profecia, e é também fator explicativo do desenvolvimento sui generis do racionalismo ocidental, ao mesmo tempo em que é, ele mesmo, um processo histórico de desenvolvimento*”. (PIERUCCI, 2005, p. 59)

Além disso, a raiz do conceito o exprime também como algo em constante movimento, um processo. Segundo Pierucci, ‘desencantamento do mundo’ apresenta-se como um conceito desenvolvimental.

“É bom que se note mais uma vez, aparece como um conceito “desenvolvimental”, quer na escolha do adjetivo para qualificá-lo (crescente), quer na forma lexical de um substantivo formado com a desinência –ung, denotativa de movimento, dinamismo, processo, algo em expansão ou crescimento, e não um estado fixo”. (PIERUCCI, 2005, pp. 67-68)

No que diz respeito à desmagificação, ou seja, ao núcleo religioso do conceito, desencantamento do mundo se refere na maioria das vezes à ausência dos ritos religiosos caracterizados pela magia, do ato religioso que se cria a partir das manifestações e rituais mágicos recorrentes nas religiões orientais e/ou primitivas. Tal processo indica como a religião caminha do tabu para o pecado, ou seja, como o profetismo judaico-cristão extingue aos poucos a crença no poder dos deuses, capazes de ouvir os mais variados pedidos manifestados através de rituais mágicos, pedidos esses que tinham como foco de atenção a vida atual, terrena, o “aqui e agora”, contrariamente ao cenário difundido pelos profetas, que identifica a vida terrena como um lugar de construção e conquista de atributos para uma vida que há de vir, para a vida eterna.

Há uma série de interpretações sobre o conceito weberiano de desencantamento do mundo, principalmente entre os sociólogos, que indicam a significação do mesmo como secularização. Segundo Pierucci tal postura significaria mudar e simplificar demais o conceito, visto que Weber teria dedicado maior atenção ao desencantamento do mundo, diferenciando-o assim do que é considerado secularização. Enquanto o desencantamento se identifica diretamente como a luta da religião contra a magia, ou seja, com o banimento da magia do espaço religioso, a secularização é caracterizada como “a luta da modernidade cultural contra a religião” (PIERUCCI, 1998, p. 11), a real separação entre religião e Estado.

O pensamento weberiano indica que o processo de desencantamento do mundo estaria contido na racionalização do mundo e que ao mesmo tempo conteria em si o processo, já dado, de secularização. Na verdade, Weber fez uso mais abundante do termo secularização na sociologia do direito. Em seus escritos ele destaca como o direito e suas leis foram se distanciando da influência clerical - em outras palavras, como o direito foi se secularizando.

Ocorre que vários sociólogos da religião apontam Weber como o principal teórico da tese da secularização (o que segundo Pierucci é um erro) e desenvolvem todo um pensamento sobre um possível processo de dessecularização a partir do pensamento de Weber. O que é importante destacar, seguindo mais uma vez as considerações de Antônio Flávio Pierucci, é que a secularização da qual fala Weber é um processo já concluído. Segundo ele, os homens de seu tempo (início do século XX) não poderiam nem ao menos imaginar o que seria a religião para o homem do século XVII. Seria impossível ao homem de sua época ter uma idéia mínima da potência religiosa dos séculos anteriores em relação àquele no qual vivem. Tal afirmativa confirma o fato de Weber considerar que no seu tempo o processo de secularização já estava consumado, e que para tal não há retorno.

A elucidação sobre o histórico do conceito de secularização faz-se necessária para discutir o conceito de “desencantamento do mundo”. Já têm sido abundantes e recorrentes discussões em torno de temas como “reencantamento do mundo”, ou “revanche de Deus”, ou ainda “dessecularização”. Isto porque tais expressões se relacionam com aqueles conceitos processuais demasiadamente ricos de análise e significado (desencantamento do mundo, secularização), o que não impede que haja liberdade para uma interpretação livre sobre cada um deles e a criação de novas linhas de pensamento por parte de sociólogos e demais cientistas.

“Aqueles, pois, dentre os críticos da teoria da secularização que sinceramente gostariam de acreditar do fundo de seus corações que o “retorno do sagrado” representa efetivamente um desmentido empírico da teoria da secularização, ou então uma reversão real de sua trajetória dada como irreversível, fariam bem em prestar mais atenção ao sentido original do termo e atentar para o quão imprescindível continua sendo, para o nosso bem viver em sociedades multiculturais e religiosamente plurais, a secularização assim entendida: como secularização do Estado, da lei, da normatividade jurídica geral.” (PIERUCCI, 1998, p. 30)

O que podemos utilizar como subsídio para o presente trabalho é que o desencantamento do mundo é um dos fenômenos decorrentes do profundo processo de racionalização científica do mundo. Ao mesmo tempo em que ele desmágifica, através do surgimento dos profetas e do discurso das religiões judaico-cristãs, principalmente do protestantismo ascético, cria também a crença na racionalidade, que significa intelectualização. Este é um dos primeiros sinais da retirada da religião e de seus valores

do mundo eticizado - influenciado pela ética dos profetas, homens que organizam as palavras sagradas. Enquanto nas religiões encantadas, na magia, o homem transitava entre espíritos que como ele faziam parte deste mundo, e a eles faziam seus pedidos, a racionalidade judaico-cristã trouxe a crença na existência de dois mundos: este no qual vivemos, e outro, onde passaremos a eternidade. Convém, no entanto, lembrar que para Weber, apesar do avanço da religiosidade e de sua ética, tudo ocorre *“Para que tudo te corra bem e tenhas vida longa sobre a Terra, diz o Antigo Testamento. Isso sim é Weber. Isso é básico na sociologia da religião weberiana. O ser humano, quando age religiosamente, age com o objetivo de permanecer o maior tempo possível sobre a face da Terra”*. (PIERUCCI, 2005, p. 83)

Aquilo que podemos observar é uma caminhada cada vez mais intensa do homem rumo a uma sociedade baseada no conhecimento técnico-científico, uma sociedade com estruturas secularizadas, totalmente laicizadas. A religião passa a ter um papel secundário na vida da sociedade contemporânea e a influência clerical sobre a estrutura estatal é cada vez mais distante. Dadas as experiências históricas anteriores, podemos afirmar não ser negativo o fato de que no mundo contemporâneo a grande maioria dos Estados tenha uma efetiva separação entre os princípios que os regulam e aqueles considerados como princípios religiosos.

A partir desta visão e no que diz respeito à organização da sociedade e suas instituições, podemos falar em secularização. O fato de que quase todos os Estados do mundo possam ser considerados secularizados, dá origem à impressão de Pierucci, mas não só dele, de que os vários movimentos religiosos, o aparente restabelecimento das antigas religiões, as novas seitas etc., seriam apenas realidades relacionadas à esfera privada dos homens, e não à vida pública. Ou seja, os valores do cristianismo e de quaisquer outras manifestações religiosas não seriam capazes de promover algum tipo de mudança ou intervenção na sociedade tecnocrática e secularizada da qual fazemos parte, ficando reclusas à vida privativa dos homens.

Temos consciência de que não pretendemos promover aqui uma possível comprovação de que as diversas manifestações religiosas ou o poder religioso exercem influência relevante nas leis que vigoram e regem o aparato estatal. Não pretendemos criar uma discussão em torno de um possível processo de “dessecularização”, com o vislumbrar

de constantes nascimentos e renascimentos de movimentos religiosos. O que pretendemos demonstrar é que a partir da inconstância da sociedade capitalista e a vivência de inúmeras consequências negativas por ela geradas, surgem e se capilarizam formas alternativas de organização da vida em sociedade, do trabalho, da economia. Formas estas provenientes da ausência do trabalho como possibilidade de inserção de uma grande parte dos homens no mercado de trabalho formal e da crescente vulnerabilidade social na qual está emaranhado um sem número de pessoas. Tais alternativas têm origem nas diversas formas de organização da sociedade civil no mundo e, de um tempo para cá, no Brasil, mais especificamente a partir da década de 80 do século passado, num período marcado pelo fim da ilusão de que o desenvolvimento econômico aumentaria o bolo que seria dividido entre todos e que a situação de pleno emprego teria dias contados para se instaurar.

A vida humana não pode e nem deve estar subordinada unicamente ou prioritariamente às leis capitalistas mercantis ou à realidade econômica gerada em seu seio. Há um desequilíbrio social oriundo da pretensa sociedade salarial, que no Brasil nunca existiu concretamente. Há uma ineficácia do Estado em achar respostas para tal desequilíbrio e há homens e mulheres aprisionados ao mundo da necessidade e distantes do mundo do acesso aos direitos.

Diante deste quadro surgem algumas respostas, alternativas vindas de setores populares, religiosos, da sociedade civil como um todo. Alternativas que se originam em meio à sociedade capitalista, mas buscam oferecer respostas a questões oriundas do mecanismo do sistema capitalista: “A lei da concorrência é suficiente para criar e manter uma sociedade equilibrada, tanto econômica quanto socialmente? O mercado é capaz de comercializar tudo? Tudo é passível de se tornar mercadoria?”. Com a atenção voltada a estas perguntas pretendemos focar a atenção no discurso apresentado por novas teorias econômicas que trazem em seu bojo valores que não aqueles destacados pela economia capitalista atual. Estes valores muitas vezes são descortinados a partir de experiências ocorridas nas camadas populares. Outras estipulam como sua base os princípios cristãos. Deste modo consideramos válido para o presente trabalho destacar algumas dessas novas visões e possibilidades de alternativas econômicas.

2.1 Em busca de um debate sobre novas alternativas econômicas e possibilidades da ação religiosa na vida da sociedade.

No tecido do mercado, a partir de suas porosidades e através daqueles que não conseguiram adentrar na realidade mercantil, nascem práticas e teorias que versam sobre uma economia mais solidária. Conceitos como este ou como economia dos setores populares, ou ainda desenvolvimento solidário etc., vêm inundando as discussões do mundo contemporâneo nas mais diversas áreas. Eles vêm carregados de práticas que geralmente têm sua origem nas parcelas da população que estão distantes, por exemplo, de uma vaga no setor formal de trabalho, entre aqueles que muitas vezes se dedicam a atividades do setor informal, que ao contrário de expectativas passadas, persiste na sociedade atual, adensando-se sobre um grande número de pessoas.

“As formas de trabalho típicas ao setor informal não representam um passado a ser superado pelo desenvolvimento do processo de acumulação, mas a presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.” (KRAYCHETE, 2000, p. 10)

O trabalho conceitual sobre tais expressões vem sendo construído, obedecendo à lógica de uma realidade que não surgiu de uma visão teórica pura e simples, mas da vivência e necessidade de atender às demandas cotidianas da vida, como o alimentar-se, o vestir-se e o morar. Ou seja, falar de economia solidária ou economia dos setores populares é falar sobre experiências em unidades familiares, cooperativas, associações e demais experiências que, em geral, têm sua origem nas camadas populares. Devemos, entretanto, atentar para o fato de que ter nascido nestas camadas não significa falar de uma economia exclusiva para os mais pobres. A pretensão e possível tendência é que a economia dos setores populares se torne uma alternativa viável e utilizada em todas as camadas sociais.

Uma das definições sobre economia solidária ou economia dos setores populares diz que a mesma é constituída por

“... atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos

humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.” (KRAYCHETE, 2000, p. 1)

Tal conceituação reflete as inúmeras discussões em torno do tema que, especificamente no Brasil, começou a ter maior relevância a partir da década de 90 do século passado. Até então existia certo preconceito em relação à economia solidária, além de também existirem alternativas teóricas com maior espaço nas discussões sobre grupos populares e suas possíveis ações. *“Nos anos 80 não se falava em economia solidária, mas em projetos comunitários; não se falava nem em experiência de geração de renda. Esse é um termo dos anos de 1990.” (KRAYCHETE et al, 2000, p. 169)*

O surgimento da economia dos setores populares ou economia solidária está ligado ao nascimento de instituições que têm em categorias como solidariedade e coletividade seus valores principais. Paul Singer (2000) indica que a economia solidária seria o início de uma economia mais socialista, pois é baseada em alguns princípios que o espelham, como por exemplo, o de igualdade. Numa cooperativa que opta pelos princípios da economia solidária é comum que os próprios cooperados, como “sócios” de um determinado empreendimento, entendam que apesar de determinados trabalhos exigirem maior grau de competência, todos devem dividir igualmente a “sobra”, ou seja, devem receber exatamente a mesma remuneração. Singer destaca ainda que um lugar onde se torna extremamente complexo exercitar princípios como o de igualdade de forma mais democrática é numa grande empresa. Há, inclusive, uma preocupação neste sentido, já que grandes complexos cooperativos (como, por exemplo, o de Mondragón, Espanha) têm dificuldade de estabelecer uma metodologia de organização não-hierárquica devido ao tamanho e à demanda de produção daquelas cooperativas. A proposta base de uma cooperativa, por mais óbvio que seja, é exatamente a cooperação. Cooperação que demanda discussão conjunta, construção de identidade comunitária e finalmente o não isolamento. É um processo que pode ser iniciado como resposta às necessidades básicas, à manutenção da vida, mas que tem como fim um resultado audacioso, de resgate do trabalho pela coletividade.

Muitos autores discutem a questão da criação de cooperativas, associações e outras instituições da chamada economia solidária ou economia dos setores populares como alternativas ao mercado capitalista ou mesmo ao próprio Estado. Ao mesmo tempo, a

existência desse novo tipo de economia é contemplada pelo próprio processo de hibridação de economias, ou seja, pela coexistência das economias mercantil, não-mercantil e não-monetária. Tal hibridação traz à tona a efetivação da existência de valores que não podem ser comprados ou trocados no mercado e também a existência de valores intangíveis. Este processo é uma proposta que põe às claras o fato do mercado em si não ter dado conta de todas as exigências da vida em sociedade.

“Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário).” (FILHO, 2003, p. 13)

Ao mesmo tempo em que a existência da economia solidária propõe uma nova forma de pensar a vida a partir do sistema capitalista, mas com um campo de visão muito mais amplo, as suas várias iniciativas que pretendem ser “competitivas”, que pretendem oferecer serviços ou desenvolver produtos capazes de concorrer com aqueles de empresas capitalistas, estão inseridas num cenário que indica que tornar-se competitivo pode muitas vezes significar o perigo de utilizar metodologias e fórmulas típicas de empresas capitalistas, que trazem como consequência o esquecimento ou não adesão aos princípios que sustentam uma experiência da economia solidária. Esta é uma das preocupações existentes relacionadas ao desenvolvimento da economia dos setores populares: como tornar-se grande sem perder os princípios conquistados ao ser menor? Como chegar até o mercado sem utilizar instrumentos típicos de uma economia mercantil?

Talvez um dos termômetros necessários a este processo seja a apropriação rápida, mas oportuna, daquilo que Singer chama de desenvolvimento solidário e a correlação que ele estabelece entre ele e o desenvolvimento capitalista.

“Desenvolvimento solidário é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”. (SINGER, 2004, p. 7)

O desenvolvimento solidário tem, portanto, seu alicerce em valores como cooperação e igualdade, assim como a própria economia solidária. Ganha relevância também o fato do desenvolvimento solidário não desprezar o capitalista, um desenvolvimento que tem como uma de suas características não ser acessível a todos, caracterizando-se como seletivo, tanto geográfica quanto socialmente. Para Singer, todo desenvolvimento vem acompanhado de aspectos positivos, mesmo o capitalista. Seria, assim, inadequado negar que a humanidade também progride com as descobertas e pesquisas conseqüentes do desenvolvimento capitalista. Mas não se pode perder de vista que o propósito da economia solidária é tornar o desenvolvimento mais justo e fazer com que seus benefícios sejam acessíveis a um número maior de pessoas.

Com a existência da economia capitalista vivenciada nos dias atuais, Paul Singer sugere que a flexibilidade, tão propagada por este sistema, tem seu aspecto positivo já que uma empresa ou empreendimento pode ser não completamente capitalista, sendo, portanto semicapitalista, e não completamente solidária, sendo semi-solidária. A flexibilização de uma economia solidária sugere que é possível enxergar empreendimentos não totalmente capitalistas, mas com alguns germes – características - da economia solidária.

Neste sentido pretendemos discutir o projeto de Economia de Comunhão, considerando que o mesmo não se alinha integralmente aos princípios básicos do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que não é considerado uma iniciativa direcionada unicamente ao âmbito da economia solidária.

3- Movimento dos Focolares e Economia de Comunhão (EdC): intuição inicial, origem e princípios.

“A nova comunidade tem como finalidade a própria comunidade. Isto, porém, é a interação viva de homens íntegros e de boa têmpera na qual dar é tão abençoado como tomar, uma vez que ambos são um mesmo movimento, visto ora da perspectiva daquele que move, ora daquele que é movido. Que homens maduros, já possuídos por uma serena plenitude, sintam que não podem crescer e viver de outro modo, exceto entrando como membros em tal fluxo de doação e entrega criativa, que eles se reúnam então, e se deixem cingir as mãos por um mesmo laço, por causa da liberdade maior, eis o que é comunidade, eis o que desejamos.”

(Martin Buber)

Até aqui foram discutidos conceitos e temas que de certo modo e a partir do ponto de vista do presente trabalho pretendem apresentar alternativas para a economia vigente no mundo contemporâneo. Para tal foi de grande valia a descoberta e reflexão sobre o conceito de desencantamento do mundo (Weber, 1920) e também as discussões em torno da economia solidária.

Consideramos ser de extrema importância a partir deste capítulo apresentar, narrar e discutir as bases fundantes do projeto de Economia de Comunhão – EdC -, de modo que seja possível elencá-lo como uma das alternativas econômicas atuais e ao mesmo tempo explicitar algumas características que o diferenciam daquelas já existentes. Para isso consideramos que se faz necessário a menção de outras experiências que surgiram no seio da Igreja Católica Romana e antecederam a EdC. Segundo Bruni (2006), estas experiências ganham importância porque compõem o que denomina de “*economia carismática*”, ou seja, experiências de caráter produtivo das quais surge como resultado uma metodologia embasada na descoberta e vivência de princípios de um dado carisma. A partir de leituras do teólogo Hans Urs von Balthasar (1997) Bruni descortina aqueles que nomeia como os perfis *carismático e institucional*, tanto na Igreja Romana, quanto na sociedade civil. O motivo pelo qual ele desenvolve uma discussão em torno destes perfis se justifica pela busca de entendimento das reais origens da Economia de Comunhão, que tem seu berço no Movimento dos Focolares.

Em sua reflexão Bruni destaca que se é verdade que a igreja (e aqui sempre nos referimos à Igreja Católica Romana) possui um perfil institucional histórico, que tem uma identificação imediata com a hierarquia e todas as suas formas de organização, é igualmente real que possui também um perfil carismático que se manifesta principalmente a partir do surgimento de carismas manifestados. Ele considera que se o perfil institucional tem indiscutivelmente sua importância, é o perfil carismático que dinamiza a igreja, dá vida a esta instituição e movimenta suas diferentes realidades. A partir deste ponto, o autor descortina um histórico no qual reflete sobre o fato de que principalmente na Europa o desenvolvimento da economia civil quase sempre esteve atrelado ao surgimento destes carismas oriundos da Igreja Católica Romana. Neste sentido destaca principalmente as experiências da espiritualidade de três grandes nomes: São Bento de Núrcia, Dom Bosco e São Francisco de Assis. A partir dos três fundadores Luigino Bruni traz à tona o fato de determinados carismas surgirem num momento da história no qual passam a se configurar como respostas concretas aos anseios da sociedade da época.

Em São Bento de Núrcia, Bruni destaca a importância dos primeiros mosteiros beneditinos e de sua dinâmica de funcionamento no surgimento de algumas das primeiras experiências econômicas européias. Do esforço de organizar estes mosteiros surge como consequência a organização das finanças e também uma linguagem econômica ainda muito atrelada à linguagem cristã.

“Bento com este seu carisma, com esta sua doutrina centralizada no slogan ora et labora, não fez simplesmente algo espiritual (...) mas provocou uma revolução enorme no plano civil e econômico. Porque no mundo antigo o homem que trabalhava não estudava, e o homem que estudava não trabalhava. Quem trabalhava no mundo antigo eram os escravos. O trabalho era uma atividade indigna para o homem livre. Para São Bento, ao invés, o monge é um trabalhador.” (BRUNI, 2006, pp. 2-3)

Já com Dom Bosco iniciam-se as primeiras atividades direcionadas ao público juvenil através dos primeiros contratos de aprendiz que hoje no Brasil, por exemplo, ocupam jovens a partir de 14 anos.

Um destaque especial é dado pelo autor italiano ao carisma franciscano. Francisco é um jovem comerciante que se converte ao cristianismo no retorno de uma viagem de negócios e descobre que “os verdadeiros bens são outros”. Com a criação da Ordem

Franciscana, ele inicia também uma nova forma de relação com o mercado da época. Os frades são proibidos de receber qualquer valor monetário em suas perambulações pelas ruas de Assis, isso porque Francisco diz que é impossível quantificar a vida de um pássaro ou de um homem. Quantificar significa sempre reduzir o seu valor. Um frade franciscano não pode ter valor. O que o franciscanismo faz é associar o conceito de preço ao de raridade. Um frade não pode ser quantificado porque custa muito, é muito raro. É a partir desta experiência de troca a partir de coisas (e não especificamente bens) que o movimento franciscano desenvolve um novo modo de agir econômico. *“O dinheiro pode comprar tudo... o dinheiro compra tudo. A única coisa que ele não pode comprar é o significado.”* (SIMONI, 1996, p. 39)

Através da discussão sobre economia carismática Bruni destaca exemplos tipicamente cristãos capazes de auxiliar a discussão sobre as bases conceituais da EdC, sua função e objetivo tendo como foco a doutrina social da Igreja. Tal passo nos direciona a uma compreensão mais concreta do Movimento dos Focolares, sua origem e princípios norteadores.

3.1- Movimento dos Focolares: origem e princípios fundantes

Em 1943 se inicia em Trento, cidade ao norte da Itália, a experiência do Movimento dos Focolares que nos anos seguintes viria a configurar-se oficialmente como um movimento leigo de origem católica. Nasce sem a pretensão de tomar o vulto que tem nos dias atuais: até o presente o Movimento dos Focolares reúne mais de três milhões de pessoas em praticamente todo o mundo, de diferentes religiões, etnias, crenças.

O nascimento dos Focolares se deu no mesmo período da II Guerra Mundial. Chiara Lubich, sua fundadora, percebe ter descoberto a riqueza de uma vida enraizada nos princípios cristãos apresentados no Evangelho. Entre os bombardeios, com suas primeiras seguidoras e correndo para os refúgios antiaéreos, Chiara levava consigo somente o Evangelho. Nesta situação tão adversa, à luz de velas, lia frases que “iluminavam” a vivência de cada uma e descortinavam para elas uma “novidade”: a de que cada homem e mulher deveriam ser vistos como outro Jesus, ou pelo menos vistos como Ele, Jesus, os veria. Assim, Lubich mesmo conta que ocorreu uma revolução no modo de agir delas. Através de atos concretos passaram a enxergar as pessoas de modo

diferente, e notaram que o cenário de guerra as impelia a sacrificar a própria vida em prol dos menos favorecidos. Um dos aspectos que mais chama atenção nos primeiros tempos do Movimento dos Focolares é exatamente o que se relaciona à comunhão de bens.

“Jesus garantia-nos: ‘Pedi e obtereis...’ (Mt 7,7; Lc 11,9). Pedíamos pelos pobres, e toda vez éramos cumuladas de todos os bens de Deus: pão, leite em pó, doces, lenha, roupas... que levávamos a quem precisava.” (LUBICH, 2000, p. 11)

São vários os episódios citados por Lubich que constata a existência de uma contínua comunhão de bens entre os primeiros membros do Movimento mesmo vivenciando em plena guerra situações de extrema precarização. Em um deles ela lembrava que no período de guerra era comum sentarem à mesa para as refeições uma de suas companheiras e um pobre. Este novo estilo de vivência cristã chegou rapidamente a muitos e, na época chega a preocupar a igreja Católica Romana que ainda não havia aprovado o grupo liderado por Chiara Lubich como um movimento seu. Havia certo estranhamento por parte de muitos e também da hierarquia católica romana diante de um comportamento tão controverso para o período e sociedade na qual viviam. A primeira comunidade do nascente Movimento chegou a ser definida por muitos como comunista e este fato trazia para a igreja a responsabilidade de apurar os verdadeiros princípios do grupo já que ao fim da II Guerra Mundial a comunidade formada por Chiara Lubich era composta por aproximadamente 500 pessoas.

Após um longo período de análise e estudos ocorre no ano de 1962 a aprovação do Movimento dos Focolares pela Igreja Católica de Roma. Já neste ano observa-se que os princípios norteadores da Obra de Maria (nome oficial do Movimento dos Focolares) haviam penetrado em grande parte da Europa e, a partir de 1950 em outros continentes do globo. Segundo os Estatutos Gerais (2007), a Obra de Maria tem este nome porque:

“(...) sua típica espiritualidade, a sua fisionomia eclesial, a variedade de sua composição, a sua difusão universal, as suas relações de colaboração e amizade com cristãos de diferentes Igrejas e comunidades eclesiais, pessoas de diferentes credos e de boa vontade, e a sua presidência leiga e feminina, demonstram o particular vínculo existente entre a Obra e Maria Santíssima, Mãe de Cristo e de cada homem”. (Artigo 2)

Em 1958 a Obra de Maria chega ao Brasil, mais especificamente em Recife (PE). Chiara Lubich envia para o país uma de suas primeiras companheiras, Ginetta Calliari. Ela é responsável pelo início e fundação do Movimento dos Focolares e, em pouco tempo difunde seus valores e princípios por várias regiões brasileiras. No ano seguinte à sua chegada, Calliari funda dois centros do Movimento em Recife. Na década de 1960 ela sai de Recife rumo a São Paulo. Através de diversas iniciativas e com o auxílio da comunidade brasileira, se efetiva a compra do terreno que vai abrigar a primeira cidade do Movimento no Brasil, chamada na época de Mariápolis Araceli (hoje com o nome de Mariápolis Ginetta), sede nacional do Movimento, localizada em Vargem Grande Paulista, região metropolitana de São Paulo. Assim cria-se um espaço de convivência e formação para os membros dos Focolares. Atualmente, além da Mariápolis Ginetta existem ainda no Brasil a Mariápolis Glória (Benevides – PA), e a Mariápolis Santa Maria (Igarassu – PE).



Foto 1 - Mariápolis Araceli. 1969, SP



Foto 2 – Mariópolis Araceli (hoje Ginetta). 2009, SP.

A criação destas “cidades-faróis” não ocorreu apenas no Brasil. A primeira delas foi construída em Loppiano (Florença, Itália), em 1964 e atualmente é conhecida como Mariópolis Renata. Além destas, várias partes do mundo aderiram de forma concreta à intuição de Chiara Lubich e atualmente são trinta e três as “cidades-testemunhos” do Movimento dos Focolares. Nestas cidades vivem e trabalham pessoas de todas as idades que buscam explicitar que mesmo na vivência cotidiana é possível concretizar os preceitos deixados por Cristo.

A intuição de Lubich sobre a criação e existência dessas cidades é bastante antiga. Há mais de quarenta anos atrás, caminhando por Einsiedeln, cidade suíça famosa por seu grande santuário mariano localizado numa abadia beneditina, Chiara observava uma paisagem. Ela própria nos conta.

“Um dia, estávamos olhando do alto de uma colina, sob um sol luminoso, a imponente construção da abadia tendo ao centro uma belíssima igreja onde os monges rezam, o conjunto de casas à direita e à esquerda da igreja onde eles moram e estudam, a escola, os terrenos que circundam, onde trabalham e criam animais. E de fato víamos realizado ali naquele lugar o ideal de São Bento, do “ora et labora” (“reza e trabalha”). Sentimos uma grande admiração pelos santos fundadores, como São Bento, que depois de tantos séculos permanecem ainda vivos em suas realizações. Diante daquele esplêndido panorama, desabrochou nos nossos corações uma outra imagem que nos parecia mostrar uma vontade de Deus para o nosso Movimento: Imaginávamos uma “cidadezinha” moderna de verdade, com casas, escolas, mas também com indústrias, empresas, aonde se pudesse dar testemunho de como

seria o mundo se todos vivessem o amor evangélico. Foi uma intuição muito forte... Alguns anos depois, em Loppiano, surgia a primeira de nossas “cidadezinhas”; em seguida, aos poucos, em vários países foram nascendo todas as outras.” (CADERNOS DE HUMANIDADE NOVA, p. 16, 1992)

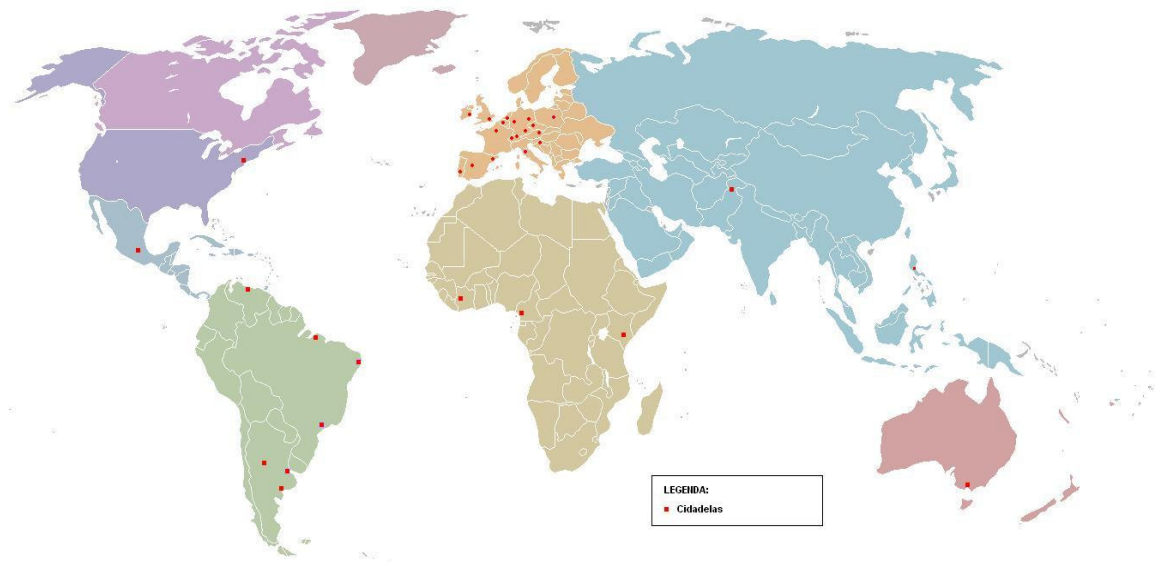


Figura 1 - Cidades do Movimento dos Focolares no Mundo

Fonte: A autora

As cidades do Movimento dos Focolares despontam então como locais propícios para o desenvolvimento da cultura evangélica e prenunciam também o surgimento de atividades produtivas, o que apenas em 1991 com a Economia de Comunhão foi possível. A estrutura criada para abrigar as várias realidades nascidas no âmbito dos Focolares, dentre elas a Economia de Comunhão, nos remete às raízes do Movimento e também às diversas iniciativas desenvolvidas por ele no âmbito social. Atualmente são mais de mil as pequenas ou grandes iniciativas sociais desenvolvidas no mundo inteiro. Tal informação explicita que a preocupação com a distribuição de bens e com o estado de precarização de muitos é anterior ao surgimento da Economia de Comunhão e remonta ao início dos Focolares. Considerando o surgimento destas várias iniciativas e as diversas perspectivas de trabalho por elas abertas, em 1986 o Movimento Humanidade Nova, uma das ramificações do Movimento dos Focolares, constituiu a AMU – *Azione per un Mondo Unito* – ONG que tem como objetivo central prestar consultoria (tanto técnica quanto administrativa) aos vários projetos sociais desenvolvido nas diversas regiões do planeta.

No Brasil podemos destacar alguns projetos do Movimento dos Focolares que conquistaram reconhecimento em âmbito nacional e internacional e desenvolveram iniciativas que podem ser caracterizadas como políticas públicas. Anteriormente os diversos projetos funcionavam de maneira isolada, mas em 1993, durante um evento internacional do Movimento denominado *Family Fest* foi lançado o projeto “*Adoção à distância*” que teve grande repercussão em todo o mundo. Na ocasião seu principal objetivo era prestar auxílio econômico às crianças de baixa renda dos países pobres sem retirá-las do ambiente familiar. Os parceiros que aderiam ao projeto tornavam-se então pais, mães ou padrinhos que, à distância auxiliavam financeiramente na educação, alimentação e cuidados médicos das crianças. Para tal, enviavam mensalmente um valor complementar capaz de subsidiar a promoção de um bem-estar mínimo para as crianças “adotadas”.

Com o crescimento do projeto de adoção à distância determinou-se que ele se transformaria num instrumento de valorização, acompanhamento e distribuição dos recursos recolhidos de várias partes do mundo para os demais projetos sócio-educativos. Desde então o projeto assumiu o nome “*Solidariedade à Distância*” e é responsável pelo acompanhamento de uma gama de iniciativas espalhadas não só pelo País, mas também em outros países em desenvolvimento.

“O Solidariedade à Distância tem uma estratégia própria: as crianças permanecem em seus próprios ambientes e são ajudadas por meio de programas de escolarização e de prevenção sanitária; de atividades formativas e de suplementação alimentar. Uma rede de padrinhos solidários e de voluntários sustenta o projeto.” (CIDADE NOVA, 2009)

Na capital paulista merecem destaque o *Projeto Pedreira* que atende cerca de 180 crianças e adolescentes de quatro a dezoito anos na favela Aparecida, e o *Projeto Centro Social Esperança* que atende 100 crianças e adolescentes de sete a quatorze anos da favela da Coréia.

Destacamos rapidamente um dos projetos sociais apoiados pelo Movimento dos Focolares considerado dos mais maduros. Ele é realizado na comunidade Magnificat, localizada a nove quilômetros de Itapecuru-Mirim, no norte do estado do Maranhão. A comunidade é tipicamente rural e o acesso até ela só é possível através de uma pequena

estrada de terra batida ou de barco, pelo rio Itapecuru. Em 1979 o Movimento Famílias Novas, outra ramificação dos Focolares dedicada à realidade das famílias, tomou conhecimento da comunidade Magnificat que nesta ocasião dedicava-se apenas a atividades relacionadas ao desenvolvimento rural. Foi estabelecida uma parceria entre o Movimento Famílias Novas e a comunidade Magnificat no sentido de incrementar e criar outras iniciativas capazes de solucionar ou ao menos melhorar a qualidade de vida dos agricultores e principalmente de suas famílias. Não tardou para que esta parceria resultasse na criação de uma cooperativa de agricultores locais. Desde então houve um crescente investimento humano e técnico na comunidade que propiciou a criação de diversos outros projetos na área de educação, assistência médica e odontológica, artes etc. Com o apoio do “Solidariedade à Distância” as iniciativas sócio-educativas desenvolvidas pela comunidade Magnificat se alargaram e atualmente envolvem outras dez comunidades ao entorno atingindo um total aproximado de mil e quinhentas pessoas.

Como os projetos mencionados anteriormente, tantos outros de pequeno porte e muitas vezes restritos ao âmbito local vêm se desenvolvendo, aumentando assim o número de iniciativas que têm como base os mesmos princípios que sustentam a Economia de Comunhão. A pequena e rápida apresentação feita sobre estes projetos tem a função de destacar que o cerne da EdC, ou seja, seus eixos basilares, já constavam na linha histórica do Movimento dos Focolares, fato que indica que, segundo a própria fundadora, a Economia de Comunhão pode ser considerada o resultado do amadurecimento da comunhão de bens feita desde os primórdios e até os dias atuais no âmbito dos Focolares. A figura a seguir demonstra que passados cinquenta anos de sua chegada no Brasil vem aumentando progressivamente o número de centros, cidades permanentes e pólos industriais no Brasil.



Figura 2 – Desenvolvimento do Movimento dos Focolares no Brasil - 2009

Fonte: Revista Cidade Nova. Julho, 2009.

Atualmente são doze os centros regionais dos Focolares no Brasil, responsáveis pela organização de todos os setores em nível regional; trinta e oito focolares instalados, comunidades que reúnem pessoas consagradas e totalmente dedicadas ao desenvolvimento do Movimento, e mais de setecentas comunidades de participantes em todo o País.

O estilo de vida trazido por Chiara Lubich e suas primeiras companheiras se configura, portanto na raiz de todos os projetos de cunho social gestados e desenvolvidos pelo Movimento. Desta mesma raiz nasce a Economia de Comunhão que propõe que a distribuição de bens – considerando como bens serviços, tecnologias, técnicas, mas

também lucros – se estabeleça e se desenvolva no âmbito produtivo do sistema capitalista. A idéia da fundadora que a princípio aparenta ser uma proposta inocente, irracional ou irreal, já que estabelece uma contradição direta com as principais linhas conceituais do capitalismo financeiro, trata-se, portanto de um alargamento da comunhão de bens feita no nível interno do Movimento dos Focolares em direção ao tecido social como um todo.

Mesmo se a EdC traz consigo princípios próprios do cristianismo e por isso muitas vezes distantes de características típicas do sistema capitalista, está instalada e se desenvolve no bojo da economia que vivenciamos nos dias atuais. Porém os participantes do projeto, principalmente empresários, esclarecem que o fato de uma empresa da Economia de Comunhão se inserir e participar da dinâmica capitalista contemporânea não a torna unicamente capitalista.

Após dezoito anos do lançamento do projeto os traços que o definem compõem uma rede de aproximadamente setecentas empresas espalhadas em todo mundo e funcionando em diversos ramos. Algumas delas estão reunidas em pólos industriais, sendo o mais antigo deles o Pólo Spartaco, em São Paulo, que atualmente reúne seis empresas em seu espaço físico e ainda outras três que estão localizadas fora do seu território. As empresas não concentradas nos pólos industriais formam uma rede que se solidifica a partir da troca de experiências, de *know how* e muitas vezes de técnicas, recursos e serviços. Esta troca incrementa a vida das empresas e possibilita inclusive a abertura de filiais assumidas por outros sócios nas demais regiões do Brasil.

Tabela 1 - Evolução do número de empresas da EdC

Continente	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Europa	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486	469	455	458	468
Ásia	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42	42	32	34
África	-	1	2	6	14	11	15	11	13	9	9	9	4	2	3
América	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269	250	241	247
Oceania	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6	8	5	2	2
Total	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797	756	735	754

Fonte: Centro Filadélfia, 2008.

A proposta da Economia de Comunhão tem como um de seus pontos característicos a criação de empresas produtivas, gerenciadas por profissionais capazes, que busquem alcançar uma ótima produtividade. Ao mesmo tempo tais empresas devem se diferenciar de outras pelos valores cristãos que representam distintos daqueles propostos pela economia mercantil. O primeiro nome dado ao projeto foi “Economia de Comunhão na liberdade”. Esta expressão cunhou seus primeiros passos no Brasil e no mundo, e também iniciou a discussão sobre aqueles que seriam os diferenciais de uma empresa capitalista comum e uma empresa EdC.

“A Economia de Comunhão é um desafio cultural profundo, baseado no apelo a transformar o tempo da ação humana em uma ocasião de cooperação entre todos, e a ver os resultados econômicos como o fruto da comunhão entre todos.” (FERRUCI, 1998, p. 83)

A EdC destaca, valoriza e discute conceitos como liberdade, felicidade, cooperação e comunhão. A princípio estas duas últimas palavras parecem dizer a mesma coisa, mas o que parece idêntico ou ao menos bastante semelhante num empreendimento da economia solidária, por exemplo, assume um aspecto diferenciado na EdC: a cooperação proposta pelo projeto não é apenas a que se impõe de certa forma quando duas ou mais pessoas querem atingir um objetivo para o bem de todos. Ou seja, não é uma cooperação na qual se espera um resultado, onde há uma junção de vários interesses individuais para alcançar um objetivo coletivo. A cooperação em uma empresa da EdC se direciona mais especificamente para esta última palavra, comunhão, que genericamente significa “colocar em comum”, “criar laços” que vão além de interesses individuais ou mesmo resultados coletivos.

Conclui-se, portanto que uma das grandes inovações trazidas pela Economia de Comunhão é exatamente o investimento feito numa autêntica vida de comunhão, de diálogo, que deve fazer com que os relacionamentos entre os trabalhadores, empresários, fornecedores e demais componentes do projeto se dêem de maneira diferenciada. É exatamente esta visão que coloca em luz a importância da efetiva presença do outro e cria a possibilidade da existência de comunidades de trabalho.

“A categoria da comunhão apresenta-se, portanto, como algo diferente da troca de equivalentes (de mercado). A doação, a reciprocidade e a solidariedade emergem, neste contexto, como categorias explicativas da Economia de Comunhão e, ao mesmo tempo, fornecem um paradigma de referência também para o mais amplo movimento da economia civil.” (BRUNI, 1999, pp.53-54)

Num empreendimento da economia solidária o termo cooperação é utilizado com o sentido de expressar o esforço dos cooperados em trabalharem coletivamente em prol uns dos outros e alcançarem um objetivo comum. Na EdC a atenção se direciona para cooperação logicamente, mas está voltada de maneira mais densa para a comunhão, conceito que extrapola e vai além da cooperação. Esta comunhão se dá de várias formas, mas é feita pela empresa do projeto através de três canais que explicitam de forma mais objetiva a comunhão de bens tangíveis, dos lucros principalmente, mas também apresenta indicadores que dão profundidade efetiva à sua proposta mostrando que a divisão dos lucros é imanente ao projeto da EdC, mas não se configura como o objetivo mais importante e nem o único. Portanto os lucros enviados pelas empresas são divididos em três partes: 1) uma para o incremento da própria empresa, para seu autofinanciamento; 2) para a promoção de cursos de capacitação e formação cultural dos trabalhadores a partir da visão da Economia de Comunhão e com vistas a promover a cultura proposta pelo projeto, a “cultura da partilha”; 3) para “os pobres” em contato com a comunidade do Movimento dos Foclares em todo o mundo. Em geral este grupo é formado por pessoas que aderiram à proposta do Movimento ou por seus familiares, mas tal objetivação não é regra. Esta terceira parte configura-se atualmente como um “fundo de emergência” para o socorro àqueles mais pobres entre os pobres.

Como a organização dos dados e informações referentes ao envio dos lucros pelas empresas brasileiras não é conclusivo e existem dificuldades reais na formulação e tabulação dos mesmos, apresentamos na tabela a seguir o montante de lucros enviados pelas empresas brasileiras entre os anos de 2006 e 2007 à Secretaria Central de

Economia de Comunhão. Desde os anos 2007-2008 a elaboração do documento passou a ser de responsabilidade desta secretaria sediada em Roma, Itália.

Tabela 2 - Lucros depositados por empresas brasileiras, 2006.

EMPRESA POR REGIÃO/ CIDADE		€
REGIÃO NORTE	CIDADE	
Loppiano Pizza	Manaus - AM	1.317
Kidelfícia Ind e Com Ltda.	Benevides - PA	440
SC Pereira Com. de Antenas	Macapá - AP	58
	TOTAL NORTE	1.815
REGIÃO NORDESTE	CIDADE	
Portal Tecnologia Ltda.	Recife - PE	1.254
Sibrasa	Recife - PE	4.354
	TOTAL NORDESTE	5.608
REGIÃO CENTRO SUL	CIDADE	
Almam Indústria e Comércio Ltda.	Santo André - SP	1.793
Caveni Construtora Ltda.	S.José dos Campos - SP	2.201
Colégio Victor Frankal	Ribeirão Preto - SP	152
Femaq Fundação Engenharia	Piracicaba - SP	7.404
Ferroleto	Ribeirão Preto - SP	275
Lápis e Papel Livraria	Botucatu - SP	2.817
	TOTAL CENTRO SUL	14.642
REGIÃO BRASÍLIA	CIDADE	
Clínica Vita	Brasília - DF	1.193
Cremasco Projetos e Engenharia	Brasília - DF	756
	TOTAL BRASÍLIA	1.949
MARIÁPOLIS GINETTA	CIDADE	
Art Design	Itu - SP	1.785
Aurora Centro Educacional	Vargem Gde.Pta.- SP	1.289
Comunione Auditoria	Vargem Gde.Pta.- SP	316
Instart Bombas	Itu - SP	19
KNE- Rotogine	Pólo Spartaco - SP	2.229
Marygen Traduções	Vargem Gde.Pta.- SP	360
Prodiet Farmacêutica	Pólo Spartaco - SP	16.400
Spaço Central de Negócios	Vargem Gde.Pta.- SP	537
Uniben Fomento Mercantil	Vargem Gde.Pta.- SP	1.154
Uniconsult S/C Ltda.	Vargem Gde.Pta.- SP	360
	TOTAL M. GINETTA	24.448
REGIÃO SUL	CIDADE	
Atelier Harmonia	Bento Gonçalves - RS	109
CSM Com. de Ferragens	Apucarana PR	3.199
Flaje Ferramentas Ltda.	Joinville - SC	701
Guatá Prod. E Eventos	Curitiba - PR	42
Joelma Studium	Maringá - PR	2.044
Livraria Alvorada	Guarapuava - PR	385
Prodiet Farmacêutica	Curitiba - PR	16.399
	TOTAL SUL	22.879
Total do Brasil		71.341

Fonte: Relatório Anual apresentado à Comissão Central da EdC , Centro Filadélfia, São Paulo, 2007. ¹²

¹² Euro cotado em R\$ 2,60.

Passamos agora a ilustrar o movimento de entrada e saída dos lucros das empresas de todo o mundo, além disso, apresentaremos os valores das contribuições pessoais dos membros do Movimento dos Focolares, segundo regiões pré-definidas. As tabelas e gráficos apresentados serão enriquecidos por informações que explicitam de maneira mais enfática os reais objetivos da EdC que propõem com o recolhimento das contribuições pessoais que se intensifique o desenvolvimento de ferramentas promotoras de uma cultura alternativa àquela do acumular, cultura que prime pela comunhão.

Na ocasião do lançamento do projeto da EdC (1991) e também nos anos que se seguiram, Lubich constatou que os lucros enviados pela empresas que aderiram ao projeto da EdC eram insuficientes para suprir o necessário para sobrevivência dos muitos pobres próximos ao Movimento. No ano de 1994 lançou uma campanha interna intitulada “*Ajuda Extraordinária aos 5.000 pobres*”, pois na ocasião este era o número aproximado de pessoas necessitadas na esfera dos Focolares. Partindo da relação entre o número de pobres e o número de participantes do Movimento em todo o mundo, resultava um valor que representava o necessário para cobrir gastos com habitação, saúde, alimentação, estudo etc. Este valor estipulado passou a ser recalculado e recolhido uma vez ao ano em todas as ramificações e setores da Obra de Maria, desde os menores até adultos. O montante recolhido é enviado para a Secretaria Central da Economia de Comunhão, e de lá é distribuído para as várias regiões, como veremos de forma detalhada mais adiante. A promoção dessa ação busca acelerar os resultados da Economia de Comunhão e suprir carências mais emergenciais, daí ser intitulada uma “ação extraordinária”. Atualmente são doze mil as pessoas beneficiadas pelo envio das contribuições pessoais.

Tabela 3 - Demonstrativo sintético de recursos por região

Regiões	Entrada (€)						Saída (€)					
	Lucros das empresas		Contribuições pessoais		Total de contribuições		Auxílio aos indigentes		Atividades de formação		Total de auxílios prestados	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
África Subsariana	300,00	759,79	3.968,43	3.093,00	4.268,43	3.852,79	81.361,67	108.404,14	12.500,00	8.500,00	93.861,67	116.904,14
América Central	750,00		13.510,00	12.335,00	14.260,00	12.335,00	63.439,00	65.592,71	1.200,00	7.000,00	64.639,00	72.592,71
América do Norte	86.050,82	52.621,41	48.793,02	10.073,32	134.843,84	62.694,73	2.000,00				2.000,00	
América do Sul	86.221,50	85.554,00	84.045,07	75.121,25	170.266,57	160.675,25	584.782,55	536.266,60	35.935,22	39.319,43	620.717,77	575.586,03
Ásia	64.759,00	41.456,00	52.780,32	35.837,65	117.539,32	77.293,65	123.556,66	125.414,12	20.650,00	7.000,00	144.206,66	132.414,12
Leste Europeu	34.566,11	20.355,73	26.581,41	19.971,27	61.147,52	40.327,00	212.897,00	153.352,00	34.800,00	31.700,00	247.697,00	185.052,00
Europa Ocidental	287.960,95	180.187,05	248.715,39	208.231,61	536.676,34	388.418,66			6.250,00	28.000,00	6.250,00	28.000,00
Itália	181.647,60	189.368,35	345.932,03	161.244,61	527.579,63	350.612,96						
Oriente Médio/ África Setentrional	1.136,99	3.340,00	8.793,41	7.788,00	9.930,40	11.128,00	22.868,00	23.052,00	3.000,00	7.000,00	25.868,00	30.052,00
Oceania			4.001,00	3.481,75	4.001,00	3.481,75						
Centros dos Focolares			57.825,33	49.289,03	57.825,33	49.289,03				10.300,00		10.300,00
Vídeos EdC									19.438,00		19.438,00	
Noticiário EdC									33.403,21	11.117,00	33.403,21	11.117,00
Instituto Sophia									200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
Custos Administrativos											30.809,03	55.791,24
Totais	743.392,97	573.642,33	894.945,41	586.466,49	1.638.338,38	1.160.108,82	1.090.904,88	1.012.081,57	367.176,43	349.936,43	1.488.890,34	1.417.809,24

Fonte: Rapporto Sulla Destinazione Degli Aiuti EdC 2008 e Rapporto Sulla Destinazione Degli Utili EdC 2008- 2009

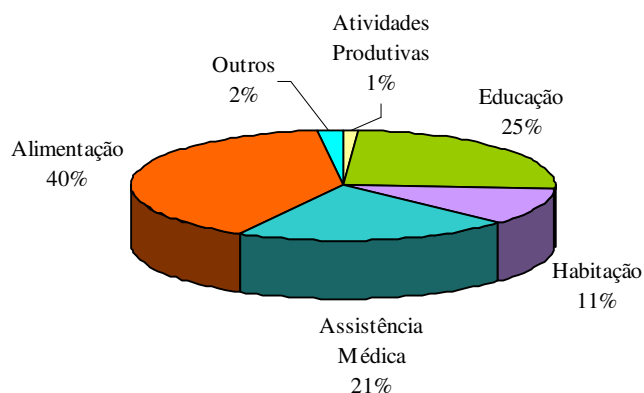
A tabela apresentada anteriormente foi adaptada do documento *Rapporto Sulla Destinazione Degli Utili*, anos 2006-2007 e 2008-2009, elaborado pela Secretaria Central de Economia de Comunhão. Alguns dados não obedecem a uma linha de tempo homogênea visto que a organização de todas as informações só ocorreu efetivamente a partir do ano de 2006. Portanto é possível que os dois conjuntos de anos não considerem exatamente o mesmo período no que se refere aos meses dos anos, fato que prejudica a análise dos dados.

No que diz respeito à América do Sul notamos que entre 2008 e 2009 houve pouca mudança no movimento de entrada e saída de recursos. Uma informação relevante é sobre a posição do Brasil neste quadro. Em 2008 foram enviados 71.341,00 € pelas empresas e 54.863,71 € de contribuições pessoais. Em 2009 este cenário permaneceu estável, observando uma pequena diminuição no valor das contribuições pessoais que passou para 53.084,64 €. No que diz respeito às saídas, ou seja, à parte dos valores enviados destinada aos mais pobres ou para atividades de formação observamos que no País este número decresceu. Com relação às demais regiões representadas na tabela, aquelas consideradas mais deficitárias financeiramente e que em geral não colaboram em grande monta com o projeto são as que mais recebem benefícios para auxílio aos pobres e também para promoção de atividades de formação. Configuram-se exemplos desta situação a África subsaariana, o ‘leste europeu’ e a América do Sul. Outra informação relevante é a significativa diminuição das contribuições pessoais na Itália, país sede do Movimento dos Focolares e que destina mais recursos monetários para o projeto, e na América do Norte. Ambas as situações ocorridas não foram justificadas por parte da secretaria central.

No documento original referente aos anos 2008-2009 há uma citação de ‘sobra’ dos recursos enviados nos anos anteriores que vai incrementar a entrada de valores no biênio supracitado. Não há, porém esclarecimento ou datação sobre o período exato do qual esta sobra foi resultante, de modo que mesmo se os valores foram acrescentados na tabela original, não foram citados no corpo da tabela do presente trabalho. A sobra por parte dos lucros enviados pelas empresas do mundo inteiro foi de 104.768,54 € e a referente às contribuições pessoais foi de 153.287,34 €, totalizando assim o valor de 258.055,88 €.

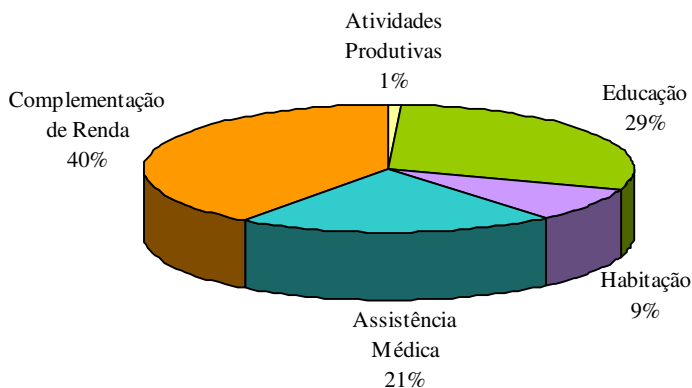
Os gráficos seguintes ilustram as principais destinações dos recursos recolhidos para os pobres, resultantes do envio dos lucros das empresas e contribuições pessoais. Eles foram organizados a partir das informações referentes aos anos de 2006 a 2009.

**Gráfico 1 - Pessoas ajudadas: 3.800 - % por áreas
2008**



Fonte: Rapporto Sulla Destinazione Degli Aiuti EdC 2008

**Gráfico 2 - Pessoas ajudadas: 3.504 - % por áreas
2009**



Fonte: Rapporto Sulla Destinazione Degli Utili EdC, 2009

A maior parte do valor recebido pelas pessoas é gasto especificamente com ‘alimentação’ no documento de 2008 (mais de mil e quinhentas pessoas); no ano de 2009 o item alimentação se transforma em ‘complementação de renda’ e continua sendo foco principal da destinação dos recursos. As duas outras áreas mais contempladas são a de educação e assistência médica.

Uma informação que gerou grande satisfação aos participantes do projeto foi a observação de uma pequena diminuição do número de pessoas assistidas entre o documento de 2008 e o de 2009. Além disso, são muitos os que após ter recebido ajuda da Economia de Comunhão durante um período de desemprego ou doença, ao se recuperarem passam a contribuir pessoalmente com o projeto.

“Logo que organizei minha vida, que consegui terminar a faculdade, que consegui equilibrar minhas contas, comuniquei aos coordenadores da EdC que não precisava mais. Porque não podia pensar só em mim. Havia outros esperando aquela contribuição. E, assim, consegui me controlar e me organizar. Era muito injusto eu me acomodar com aquela ajuda, recebendo sempre, sabendo que existem milhares de outras pessoas talvez em situação pior do que a minha.” (BENITES, 2009, p. 91)

Com a definição dos principais grupos de necessidades, outra informação bastante significativa é o monitoramento da duração da ajuda financeira oferecida às pessoas. Tal preocupação é procedente para que não se crie um círculo vicioso e ocorra a promoção do acesso de quem está sendo ajudado a recursos e ferramentas capazes de capacitá-lo a ponto que deixe de receber o auxílio financeiro e passe ele a ser um doador. Geralmente nos deparamos basicamente com dois tipos de auxílio: o temporário e o permanente. Encaixam-se neste último grupo pessoas que por questão de idade ou saúde não têm mais possibilidade de trabalhar ou conseguir outra fonte de renda. Já entre os temporários estão aqueles que vivenciam situação de desemprego, ou necessitam da ajuda financeira para finalizar os estudos, ou seja, pessoas que ocasionalmente necessitam do auxílio, mas que com a conquista de um emprego ou o desenvolvimento de outros projetos deixarão de utilizá-lo.

Com o avanço do projeto notou-se que apesar de a preocupação com o valor monetário recolhido ser justo, adquiria maior importância a definição de *“para quem”* este valor, esta quantia era destinada. Esta percepção redirecionou de forma bastante significativa o principal objetivo da Economia de Comunhão: chegar às pessoas, privilegiando as mais pobres ou necessitadas, não apenas com objetivo de retirá-las da zona de miséria, oferecendo bens ou serviços dos quais são carentes, mas com o objetivo de inseri-las no mundo da fraternidade, dos direitos, não apenas no mundo mercantil.

“Porque, se durante os quinze anos de vida da EdC, tivessem surgido campanhas de coleta de fundos, se tivessem feito associações, fundações, alguns supermercados, alguns bancos... Não. Foram construídas empresas, porque recolher fundos não é tanto um problema, o problema é como este dinheiro se torna instrumento de fraternidade.” (BRUNI, 2006, P. 9)

Tal fato demonstra que a experiência de comunhão vivenciada no seio da EdC deve ir além da distribuição monetária dos lucros. É necessário e característico ao projeto retirar as pessoas das zonas de vulnerabilidade ou exclusão e incluí-las, fazê-las participar e experimentar da fraternidade que deriva da comunhão.

“Affermare che la comunione degli utili è la punta dell’iceberg no significa sottovalutare però il suo rolo essenziale. Gli utili divisi in tre parti sono stati infatti il primo elemento dell’identità dell progetto fin dal 1991, e ancora oggi sono una misura, um indicatore concreto della qualità e serietà della comunione che viene prima, e continua dopo, degli utili.” (BRUNI, 2007, p. 3)¹⁶

As informações apresentadas anteriormente denotam, portanto que as empresas ligadas à EdC incorporam uma simbologia que traduz a importância de sua existência. Esta comprova a capacidade de sustentação de um projeto de tamanho porte, tornando real a existência de instituições comerciais, de serviços ou mesmo financeiras mantenedoras de certos diferenciais capazes de lhes proporcionar traços singulares em meio à economia mercantil atual. Um dos princípios da EdC é possibilitar que as empresas se transformem em comunidades de trabalho onde todos são iguais, mesmo se distintos e ocupando funções diversas. Portanto, os princípios fundantes de uma empresa de EdC e posteriormente de uma sua comunidade de trabalho, são fraternidade, comunhão e reciprocidade. Primeiro todos são irmãos, depois, num segundo plano, todos possuem e desenvolvem funções diferentes.

“E’ su questa base che è possibile vivere la reciprocità in azienda: i compiti però restano distinti, come distinti sono i principi, per evitare i due tipici errori: da una parte che in nome del principio di fraternità di neghi la diversità di ruoli, e quindi di funzioni; dall’altra, che il principio gerarchico ci impedisca

¹⁶ “Afirmar que a comunhão dos lucros é a ponta do iceberg não significa inferiorizar sua função essencial. Os lucros divididos em três partes são de fato o primeiro elemento de identidade do projeto desde 1991 e ainda hoje se configuram numa medida, num indicador concreto da qualidade e seriedade da comunhão que vem em primeiro lugar e continua depois com a divisão dos lucros.”

di sperimentare la libertà della fraternità, del farsi uno reciproco.” (BRUNI, 2006, p. 6)¹⁷

São exatamente esses conceitos que proporcionam às instituições ligadas à EdC a liberdade de se constituírem de maneiras diferentes. O fato de o projeto ter como principal foco a empresa comercial ou instituições típicas do sistema mercantil, não impede que experiências de perfil diferenciado também possam aderir à proposta. Um exemplo recente é a adesão do Conzorzio Roberto Tassano di Sestri Levante, sediado na Ligúria, norte da Itália. Na época na qual foi fundado possuía um número reduzido de cooperados (três pessoas). Quando há aproximadamente 13 anos o consórcio aderiu à proposta da EdC, houve um grande estímulo à sua ampliação e atualmente seu quadro conta com quase 1000 trabalhadores, em sua maioria pequenos sócios e muitos deles com necessidades especiais. Estas particularidades que indicam também a riqueza de detalhes da EdC corroboram a certeza de que a discussão sobre suas bases teóricas passa por um contínuo processo de aprofundamento de modo a amadurecer seus conceitos e alargá-los o mais possível para a sociedade.

Um exemplo mais próximo é a instalação da Casa do Menor, instituição dedicada ao recolhimento e reinserção de jovens envolvidos com o tráfico, no Pólo Ginetta em Igarassú, PE. Há oito meses foi instalada a fábrica de bolsas Santa Fiora Ltda.

“O diferencial: a mão de obra de dezessete jovens, alguns deles ex-viciados em drogas. A matéria prima é lona de caminhão e malotes bancários reciclados. O destino das primeiras duas mil bolsas são as lojas de grife da Itália.

Para dar conta dos pedidos, o empresário João Bôsko Santana montou cursos de profissionalização no local. Os jovens são qualificados para produzir as bolsas. Adepto do movimento Focolares, Bôsko conta que fez um curso de design de bolsas na Itália e lá conheceu empresas da EdC. ‘Senti o desejo de fazer algo aqui e aceitei a parceria da casa do menor São Miguel para dar oportunidade aos jovens’, conta.” (Diário de Pernambuco, 29/06/ 2009)

Com o adensamento das discussões sobre o tema em todo mundo, em 2006 Luigino Bruni descortinou o que determinou como ‘as três esferas da EdC’: a primeira é a

¹⁷ “Sobre esta base é possível viver a reciprocidade na empresa: as funções, porém continuam distintas, como distintos são os princípios que tentam evitar os dois típicos erros: de um lado que em nome do princípio de fraternidade a diversidade de pessoas e funções sejam negadas; de outro que o princípio hierárquico impeça a experiência da liberdade na fraternidade, do fazer-se um recíproco.”

chamada esfera da produção; a segunda da comercialização; e uma terceira seria não mais a da distribuição de renda, mas a da “passagem”. Partindo desta classificação torna-se necessário, portanto, identificar quem são as pessoas que recebem parte dos lucros gerados pelas empresas de EdC, enxergar suas necessidades, e não considerá-las como dependentes perpétuos de uma quantia oferecida mensalmente. A novidade trazida nesta fase da Economia de Comunhão é trabalhar não apenas com um ‘fundo de emergência’, ou ainda com a ajuda extraordinária oferecida àqueles que dela necessitam, mas identificar quem são os beneficiados para futuramente traçar e planejar projetos e políticas públicas, junto a outras instituições tanto governamentais quanto do terceiro setor, que tornem as pessoas capazes de participar e assumir a postura de agentes dos espaços de fraternidade. Ou seja, a pessoa, seja ela quem for, beneficiada pela Economia de Comunhão deve ser vista como tendo um potencial em si, e a EdC passa a se configurar como um dos muitos caminhos capazes de encaminhá-la à fraternidade, ou a um espaço que poderia ser caracterizado como uma verdadeira comunidade. Reiteramos, portanto que o foco de tensão não deve ser o acesso destas pessoas à sociedade de consumo, ao mercado, mas sim ao espaço da fraternidade.

Em um de seus recentes textos Bruni chama a atenção para a necessidade de manter acesos os princípios da Economia de Comunhão, para que não ocorram distorções do projeto. A sua marca é exatamente a promoção e construção das comunidades de trabalho, de um ambiente de profunda comunhão. Enfim, colocar os bens em comum com todos, com vistas à promoção da unidade.

“Questo ‘in vista dell’unità’ è molto importante, perchè evita ogni chiusura che la comunione può sempre produrre, e apre alla fraternità universale. Da ciò deriva che anche in un ipotetico mondo senza poveri, lo stile di vita del carisma dell’unità rimarrebbe la comunione dei beni, perchè i beni diventano veramente beni, cose buone, quando sono messi in comune.”
(BRUNI, p. 6, 2008)¹⁸

O surgimento da Economia de Comunhão e de experiências como as de economia solidária trazem à baila a discussão sobre a possibilidade de um movimento de retorno das questões de ordem ética, moral e religiosa ao aparato que sustenta a vida em

¹⁸ “ Este ‘com vistas à unidade’ é importantíssimo, porque evita cada fechamento que a comunhão pode sempre produzir abrindo-se à fraternidade universal. Deste pensamento deriva que também em um mundo hipotético sem pobres, o estilo de vida do carisma da unidade permaneceria a comunhão dos bens, porque os bens são realmente bens, coisas boas, quando colocados em comum.”

sociedade. Há por exemplo um retorno claro da influência de certas correntes religiosas na vida contemporânea. Aquilo que Pierucci (1998) entende como uma possibilidade improvável parece despontar: certos valores, e no caso da EdC, valores cristãos, iniciam uma empreitada tímida mas contínua na proposição de novos fundamentos nas esferas da vida do homem, principalmente na econômica. Logicamente é pretensioso condicionar tal movimento a um provável processo de *reencantamento do mundo*, mas é necessário dar continuidade ao caminho iniciado com as discussões em torno dos temas como da economia solidária ou economia social, e neste sentido também da EdC, para que possamos buscar o real entendimento destes fenômenos.

A proposta da Economia de Comunhão pode se apresentar ainda hoje como uma utopia, mas é fato que existe uma tecibilidade comprovada, marcada mais claramente pelo número e capacidade de dispersão das empresas pertencentes ao projeto. Elas comprovam a consistência de um projeto alternativo à economia feroz que vivenciamos, propondo uma solução que pode ser viável. “*È una utopia tutto questo, è un non-luogo una economia di comunione?*” (BRUNI, 2007, p. 9)

O que pretendemos é tornar visíveis evidências e fatos que possam comprovar que a Economia de Comunhão não é caracterizada como um “não-lugar”, mas sim como uma experiência concreta que possui características próprias que a identificam como um processo do qual faz parte um grande número de pessoas de todas as classes sociais (princípio da igualdade), desde os trabalhadores e dirigentes das empresas, até aqueles que são beneficiados pelo “fundo de emergência” resultante dos lucros obtidos nas empresas da EdC e das contribuições pessoais. Pode-se dizer que a Economia de Comunhão dá vida também àquilo que Zaoual (2006) denomina de “*homo situs*”, o homem concreto no seu espaço vivido, o “sítio” que é o lugar onde se afirma a identidade.

“*Com a mundialização, um mosaico de sítios sobrevive, evolui e se estende como se fosse para lutar contra a entropia do sistema econômico dominante. Isso contraria a idéia de uma imagem matemática do mundo tão procurada pelos economistas que acreditam firmemente que suas leis sejam válidas em qualquer tempo e em todo lugar.*” (ZAOUAL, 2006, p. 36)

A EdC se configura, portanto como um sítio em contínua construção, tanto teórica quanto concreta. Não é o único, pelo contrário, faz parte de uma gama de novas experiências que se espalham pelo globo como resposta a uma promessa de economia de mercado que não vingou. Para terminar, uma provocação que tomamos emprestada de Zaoual (2006):

“O homem sempre nos surpreenderá: ele busca deuses até mesmo onde não há. Isso é inerente a necessidade quase orgânica de os indivíduos e as comunidades terem mitos sagrados, balizamentos coletivos e segurança diante do assédio da desordem que acompanha a evolução (...) Em suas mais diversas formas, a religiosidade parece ser a coisa mais bem compartilhada no mundo. Aí, o império do dinheiro e do lucro encontra então seus limites.” (ZAOUAL, 2006, p. 36)

Com este pensamento deixamos como proposta o aprofundamento da discussão sobre a possibilidade da EdC, a partir de conceitos e categorias atuais e/ou já consagradas, se configurar como uma das respostas concretas ao anseio de construção de uma sociedade baseada efetivamente sobre valores diferentes daqueles que a caracterizam no momento no qual vivemos.

4- Tecendo as teias e as territorialidades da EdC

*“O Contra, o encontro, a contração
A era, o eros, a erosão
A fera, a fúria, o furacão
O como, o cosmo, a comunhão
A comunhão.”*

(Lenine)

No capítulo anterior delineamos as principais características da Economia de Comunhão, fenômeno cultural que pretende se ampliar e crescer com base na partilha. No presente capítulo pretendemos aprofundar e trazer à luz a corporificação desta cultura e apresentar suas possíveis configurações já que a teoria gerada por ela não se reduz ao âmbito econômico, podendo ser traduzida em vários aspectos da vida humana.

A Economia de Comunhão tem se desenvolvido à custa da fidelidade de trabalhadores, pesquisadores, empresários, idealistas etc. que aderiram ao projeto e buscam, além do seu desenvolvimento, o retorno constante às suas raízes. Considerando que sua base teórica surge de uma experiência anterior de comunhão de bens que ocorria nos Focolares, torna-se igualmente necessário explicitar que o “desenrolar” ou o desencadear da comunhão de bens no setor produtivo é uma experiência nova na atual fase do capitalismo.

Ao questionamento do Professor Bruni citado no capítulo anterior: “*“È una utopia tutto questo, è un non-luogo una economia di comunione?”*” podemos responder apresentando o quadro que a EdC compõe hoje no Brasil e no mundo. A princípio parecem números insignificantes aqueles que dizem respeito, por exemplo, ao número de trabalhadores envolvidos nas diversas empresas, ou dos clientes de determinado ramo de produção ou serviço. Com o passar do tempo – já são dezoito anos desde o lançamento do projeto – apesar do contínuo desenvolvimento da EdC e surgimento de propostas que amenizaram as necessidades de muitos, o número de pessoas necessitadas de “algo mais” também aumentou e o projeto da EdC se depara com novas e diversificadas demandas por parte daquelas pessoas que pelo projeto são beneficiadas (pessoas estas que se caracterizam como sua essência e sentido).

Quando se iniciou a experiência lançada por Chiara Lubich não poderiam ser ainda previstos a estruturação da cadeia de relacionamentos entre as várias empresas, ou entre as pessoas a elas ligadas, ou o conhecimento de tecnologias e volume de informações que observa-se nos dias atuais. Constatamos que a criação e o crescimento da rede de empresas que aderiram a EdC propiciou o adensamento de outras tantas redes que operam tanto em nível local quanto mundial, empresarial ou pessoal. A configuração inicial do projeto (construída ainda que precariamente) permitiu a constante circulação tanto de bens, informações e serviços, como de recursos monetários entre seus diferentes atores e definiu a presença e o diferencial da Economia de Comunhão em relação a outras opções de pensamento e gestão da economia no seio do capitalismo. Partindo do fato que a EdC surge e se desenvolve na atual fase do capitalismo, nossa pretensão neste capítulo é discutir como se dá a circulação e distribuição dos bens, levando em consideração também a difusão de sua cultura, de seu *ethos* específico.

Voltando nosso olhar para a origem da Economia de Comunhão e ao mesmo tempo para seu perfil atual notamos que a mesma se configura como um “já é” e como um “ainda não”. Podemos fazer uma associação à imagem 3D na qual para além das duas imagens iguais apresentadas; a que vem em relevo é a mais viva, a aparentemente mais real, apesar de estar numa terceira dimensão, num espaço ao mesmo tempo existente e inexistente. Esta ilustração explícita de maneira lúdica a condição da EdC hoje: uma realidade existente, tanto em sua essência conceitual como também empírica, mas ao mesmo tempo ainda utópica porque distante de seu principal objetivo, a disseminação da cultura da partilha partindo e em prol de estruturas produtivas capazes de auxiliar na extinção da miséria. Podemos então concluir que a idéia de um “não lugar”, ou mesmo de uma utopia como bem colocou Bruni nos apresenta um problema-solução: reportar-nos à importância da existência de energias utópicas ou energias de inovação para que ocorram novos fenômenos no campo sócio-cultural, político e econômico, fenômenos que se concretizando no tecido social são capazes de incrementá-lo e oferecer novas alternativas.

Tendo como foco o constante desvanecimento e desaparecimento das utopias, Habermas (1987) abre a discussão sobre o tema aprofundando a crise do Estado social que durante a modernidade constrói a utopia da sociedade do trabalho ao mesmo tempo em que corrobora a dinâmica capitalista e enfraquece as demais utopias. Para ele o

advento do Estado social se dá concomitantemente ao que caracteriza como “esgotamento das energias utópicas”. Segundo Habermas tal processo sucede principalmente porque os modernos (ou o Estado moderno) estão aprisionados à sua própria época, não estabelecendo assim um referencial que não sejam eles próprios.

“Passados exemplares nos quais o presente pudesse confiantemente orientar-se esvaneceram-se. A modernidade já não pode emprestar seus padrões de orientação de modelos de outras épocas. Ela encontra-se completamente abandonada a si mesma, tem de extrair de si mesma sua normatividade.”
(HABERMAS, 1987, p. 103)

No período anterior à modernidade (século XVIII) constatava-se a existência de duas linhas de pensamento: uma era a do pensamento histórico, construído a partir das experiências vivenciadas; configurava-se como um vivaz crítico de qualquer tipo de utopia; a segunda era a do pensamento utópico, definido como cheio de exuberância e tendo como núcleo a criação de ações e alternativas que se enxertavam ao pensamento histórico. O pensamento habermasiano considera que a princípio poderia parecer que as duas linhas de pensamento fossem antagônicas ou excludentes, porém esclarece que em determinados momentos da história ocorre uma fusão das duas linhas, ou seja, a integração entre elas e não necessariamente uma exclusão recíproca. É exatamente a partir da modernidade e da criação por parte do Estado da grande utopia trazida pela sociedade do trabalho que a possibilidade de surgimento de novas energias utópicas se atrofia fazendo com que as poucas forças restantes fiquem aprisionadas em seu próprio tempo.

“Hoje as energias utópicas aparentam ter se esgotado, como se elas tivessem se retirado do pensamento histórico. O horizonte do futuro estreitou-se e o espírito da época, como a política, transformou-se profundamente.”
(HABERMAS, 1987, p. 104)

O conceito de tempo que em períodos anteriores à modernidade chegou a se associar à vida eterna, ao paraíso que existiria após a vida dos homens, passa a relacionar-se apenas à temporalidade terrestre. Atualmente as utopias só ganham sentido se alicerçam seus referenciais na modernidade. Por isso torna-se comum, por exemplo, relacionar as utopias ainda existentes a experiências caracterizadas como fenômenos religiosos ou metafísicos. Conseqüentemente há uma crescente desconfiança em relação

ao novo e ao incerto, ao mesmo tempo em que se concentra confiança demasiada na racionalidade científica, centro da sociedade moderna.

A reflexão desenvolvida por Habermas é cercada pela discussão sobre a efetiva presença do Estado social porque é a partir dele que a modernidade assume e corporifica sua grande utopia. Para que tal fato ocorresse foi necessário que a figura do trabalhador assumisse a importância central na vida dos homens e mulheres, e também que fosse criada a sociedade do trabalho, lugar no qual a identidade do trabalhador foi originada, desenvolvida e retroalimentada. Partindo dessa linha de pensamento, Juergen Habermas apresenta sua tese.

“... a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada.” (HABERMAS, 1987, p. 106)

O Estado social tem a função de criar as estruturas necessárias a uma sociedade embasada no mundo do trabalho, além de assumir ele próprio o papel de mediador entre aquilo que produziu e a dinâmica capitalista que avança e se desenvolve também com seu aval. É também a partir do centro da sociedade do trabalho que o homem passa a identificar-se também como consumidor, vendedor de sua força de trabalho, e cidadão detentor de direitos e deveres, passando inclusive a entender o trabalho como direito civil. A figura de homem passa a estar estreitamente relacionada ao fato dele ser um trabalhador. A sociedade do trabalho, criatura do Estado Social, que se arrasta até os dias atuais acabou por depositar “sobre os ombros” deste mesmo Estado uma grande carga operacional composta por impostos, tributos e compromissos pelos quais ele próprio não consegue se responsabilizar.

Ao contrário do que se apregoa e diante da crise financeira imposta à sociedade nos últimos tempos, observamos que o papel de mediação que o Estado assumia e ainda hoje assume fica cada vez mais obscurecido e confuso. Ser o nó mediador entre a estrutura do mundo do trabalho e seu *modus operandi*, buscando estabelecer limites para que o desenvolvimento capitalista não sufoque de maneira mortal a sociedade

contemporânea, faz com que o Estado ofereça poucos espaços para a manifestação de alternativas aos problemas originados a partir de seu próprio centro.

É exatamente neste sentido que caminha a crítica de Habermas quanto ao Estado social. Sua criação e funcionamento justificam e acabam por corroborar a existência do capitalismo em sua atual fase, e ao mesmo tempo torna impossível o desenvolvimento deste mesmo capitalismo sem que a imagem e os princípios do Estado social sejam maculados. Não existe a possibilidade de coexistência equilibrada entre o avanço do capitalismo e a manutenção das bases do Estado de bem estar social. Dando continuidade à sua crítica Habermas analisa a vida dos homens na sociedade contemporânea partindo de duas esferas: os conceitos de “mundo da vida” e “sistema”. O mundo da vida se concretiza com a composição das várias realidades existentes na vida dos homens: seus comportamentos, costumes, culturas. Ele se dá na cotidianidade e não pode ser aprisionado a uma única esfera da vida humana, como por exemplo, só à cultura, ou política, ou economia etc. No mundo da vida os componentes se entrecruzam e jamais podem ser vistos como sistemas criados uns para os outros. Segundo RANDOLPH (1999), seus componentes:

“São cultura – encarnada em formas simbólicas-, sociedade – representada por ordens, normas e costumes sociais que orientam as práticas sociais corretas, aceitas – e as estruturas de personalidade encarnadas literalmente no substrato dos organismos humanos.” (RANDOLPH, 1999, p. 41)

O mundo vivido, portanto, é a junção de comportamentos, culturas e costumes que tornam familiar a linguagem e a maneira como se comporta a sociedade. É como um pano de fundo, uma base para os diversos fenômenos que ocorrem na cotidianidade dos homens.

Já o *sistema* pode ser formado por vários subsistemas que têm como objetivo organizar ou estabelecer como determinadas práticas se dão no mundo da vida, no cotidiano dos homens. O sistema tem a função de ordenar de maneira racional a vida da sociedade. Deste modo podemos observar a criação de normas, regras que de forma “isolada” estabelecem, por exemplo, como se desenvolve o sistema econômico, ou como se comporta e funciona o sistema administrativo da vida dos homens. Consideramos então

a partir de tal pensamento que o distanciamento entre o mundo da vida e o sistema não provoca uma real comunicação capaz de tornar os homens efetivos agentes de mudança do mundo da vida. Na verdade o que se dá é uma sobreposição do sistema em relação ao mundo vivido, de forma que não se estabelece comunicação ou diálogo e fica assim encerrada a possibilidade de transformação dos sistemas. Deste movimento interrompido entre as duas esferas nascem então variadas formas de protestos e contestações, na maioria das vezes dirigidas contra o Estado, de tal modo que ele se vê diante de questionamentos e realidades que não podem mais ser respondidos ou saciados com o cenário gerado pela sociedade do trabalho. É impossível ao Estado social oferecer as respostas adequadas a problemas que atualmente são considerados insolúveis.

“O projeto do Estado social voltado para si, dirigido não apenas à moderação da economia capitalista, mas também à domesticação do Estado mesmo, perde, porém, o trabalho como seu ponto central de referência. Isto é, já não se trata de assegurar o emprego por tempo integral elevado à condição de norma.” (HABERMAS, 1987, p. 112)

Uma solução possível para esta situação típica da sociedade moderna é a promoção de uma nova partilha de poder. Segundo o autor o mundo atual tem ciência de três recursos considerados necessários para satisfação de suas necessidades: dinheiro, poder e solidariedade. Para que seja possível uma nova configuração da sociedade será necessário um maior poder de integração da solidariedade, ou seja, que as forças solidárias sejam capazes de resistir àquelas do poder e do dinheiro. A existência de uma realidade – o mundo da vida – deve privilegiar a capacidade de comunicação entre todos os homens, de forma que as mais diversas manifestações, mesmo aquelas consideradas utópicas, tornem mais tênues as barreiras existentes entre este mundo e a realidade do sistema. A necessidade que urge no mundo contemporâneo é exatamente a não dissociação completa entre a economia, política etc. e mundo dos homens. Desta forma as forças solidárias tornam-se energias indispensáveis para a promoção de um meio comunicativo propulsor e gerador de novas utopias para a vida humana, utopias estas que possam ser também desenvolvidas pelo Estado social. É dessa forma que *“os acentos utópicos deslocam-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação.” (HABERMAS, 1987, P. 114).* Ou seja, as forças solidárias são

responsáveis por descortinar as novas energias utópicas, produtos da efervescência de pensamentos, culturas e comportamentos que se dão no mundo da vida.

Enraizados nesta linha de pensamento, dispomo-nos a partir de agora a nos determos mais nas diversas formas de organização destas energias utópicas, considerando como nosso principal foco de visualização a Economia de Comunhão. A partir deste momento discutiremos mais detidamente a teoria que vem sendo desenvolvida nas bases da EdC que pode se configurar exatamente como uma das manifestações do mundo da vida. Para tal consideramos de grande importância para o desenvolvimento sobre o presente trabalho a discussão sobre *redes*, uma idéia-conceito que tem ganhado força na estruturação de diversos fenômenos de nossa sociedade.

4.1- Territorialidades e identidades: corporificando os sujeitos da Economia de Comunhão e concretizando seus princípios e bases.

Toda manifestação que se dá em meio ao tecido social assume modos de funcionamento muitas vezes divergentes daqueles já estabelecidos pelo aparelho estatal ou observados na sociedade como um todo. Muitas destas manifestações ou novidades vêm carregadas também de novos aspectos relacionados ao seu funcionamento que envolve desde o gerenciamento e administração, até a circulação de bens, informações etc.

Deste modo consideramos ser de importância relevante adquirir um entendimento maior sobre o modo de funcionamento das estruturas da EdC até o período atual. Considerando que o projeto surgiu em 1991, podemos perceber que vários de seus aspectos não só teóricos, mas também concretos, empíricos, foram amadurecidos durante os anos que se passaram. Tendo em consideração a descrição feita nos capítulos anteriores, julgamos necessário debruçarmo-nos a partir deste momento sobre a discussão e observação das estruturas sobre as quais o projeto EdC foi estabelecido e, posteriormente realizar uma análise mais crítica de suas principais características e possíveis cenários para o futuro. Optamos por, na medida do possível, diferenciar as estruturas do Movimento dos Foculares, lugar de origem do projeto, com aquelas desenvolvidas no âmbito da Economia de Comunhão. Logicamente notaremos a partir de análises e pesquisas realizadas a existência de muitas similaridades, pontos em comum existentes devido ao fato do projeto EdC ter sua origem nos Foculares.

Com o objetivo de compreender e definir de maneira mais clara a atual configuração da rede de empresas da EdC e das demais redes resultantes, partimos do princípio que o conceito de redes será de grande valia para o desenvolvimento do trabalho. A princípio a escolha pelo conceito teve um caráter intuitivo, mas a apreensão das leituras nos levou a observar que sua aplicação e desenvolvimento no âmbito da Economia de Comunhão são capazes de explicitar de maneira mais clara suas principais características, e proporcionar maior desenvolvimento da estrutura já existente.

Nossa intenção a princípio é *espacializar*, demarcar o espaço específico da Economia de Comunhão, desenhando da melhor forma possível as redes estabelecidas em seu âmbito e os objetos que as compõem, de forma a visualizar e aperfeiçoar sua organização, além de proporcionar uma visão mais ampla do fenômeno. Um dos objetivos deste capítulo é corporificar a realidade da EdC através da identificação de seus sujeitos, ou seja, das pessoas que constroem esta experiência. Tal objetivo não é perseguido despretensiosamente já que o atingindo será possível oferecer ao projeto maior capacidade reprodutiva, maior garantia de desenvolvimento futuro.

“A reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios. A transmissão do saber, formalizada ou não constitui um. Outro, e dos mais importantes, é a organização espacial. Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repercutindo, reproduzindo as mesmas. (...) A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução).” (CORRÊA, 2007, p. 55)

Em se tratando, portanto de espacialização, decidimos utilizar a discussão em torno do conceito de redes acreditando assim que através dele há a possibilidade de ofertar maior concretude ao projeto. No entanto tal decisão não elimina os possíveis riscos de sua utilização, já que o conceito carrega em si a característica de controverso, por ser objeto de constantes redefinições, discussões e visões que na maior parte das vezes são bastante distintas. Atualmente não são poucas as ciências e os atores que discutem a organização em redes, desde redes de transportes e de comunicação até aquelas relacionadas ao ciberespaço, ou mesmo redes imateriais ou sociais. A discussão vem se avolumando exatamente por não existirem tantos pontos comuns nos embates conceituais. Alguns aproximam o funcionamento da sociedade em redes à figura do

Estado capitalista, considerando-as ferramentas úteis para a reprodução do sistema econômico vigente. Outras consideram a realidade das redes uma resposta à busca por soluções para os movimentos da sociedade civil que não encontram nas diversas teorias e no capitalismo atual espaço para suas manifestações. Há inclusive uma tendência que aponta território e rede como conceitos antagônicos, indicando o território como uma categoria em decadência, detentora de uma configuração ortodoxa fadada ao esquecimento; já a rede seria um conceito típico da sociedade moderna e indica que num mundo no qual os fluxos e trocas ficam cada vez mais fluidos, a composição em redes cria uma identificação maior entre seus objetos e diversas manifestações e a sociedade contemporânea. O pensamento de Castells (1999) que entende a sociedade atual como definitivamente organizada em redes, com a preponderância dos fluxos típicos do sistema capitalista, gerando assim uma meta-rede, indica que atualmente há uma precedência do poder dos fluxos em relação aos fluxos de poder.

“Castells contrapõe um espaço dos fluxos a um espaço dos lugares. Aquilo que para muitos não passa de um binômio, a relação território-rede, pode adquirir aqui a feição de uma dicotomia: ao mundo dos territórios, mais estável, enraizado, contrapor-se-ia um mundo das redes, muito mais instável e fluido.” (HAESBAERT, 2006, pág. 56)

O pensamento desenvolvido por Castells passa por diversas discussões e análises e recebe em geral críticas relacionadas à definição desta sociedade em rede e suas características, e mais especificamente desta meta-rede - estabelecida pelo capital financeiro, definidora do comportamento das demais redes que se impõe sobre todas as outras. A meta-rede corporifica assim a mundialização do fluxo financeiro.

“A sociedade-rede é aquela onde uma rede (a citada meta-rede) torna-se dominante (entre os pares) e excludente (em relação aos trabalhadores e suas manifestações culturais e vitais) enquanto expressão de uma pureza da lógica capitalista nunca vista na história.” (RANDOLPH, 1999, 37)

Desta forma, a meta-rede é o grande agenciador dos fenômenos e manifestações que se dão no mundo dos homens, na vida em sociedade. Tal consideração provoca certo desconforto por parte de muitos cientistas e pensadores que entendem ser possível a identificação de pontos de intercessão entre os conceitos de território e rede, levando em conta assim que o território não seja considerado uma categoria ultrapassada, ao mesmo tempo no qual as redes, ou mais especificamente, a meta-rede, seja incapaz de sozinha

responsabilizar-se pelos arranjos e rearranjos da sociedade. Portanto, a grande crítica ao pensamento acima descrito fica centralizada no fato de que o estabelecimento desta grande rede responsável pela circulação de fluxos financeiros venha a se sobrepor sobre as demais, impedindo assim que as diversas ações sociais possam ser manifestas e possíveis geradoras de mudanças nas estruturas sociais.

O que pretendemos neste momento é buscar os pontos de intercessão entre as categorias discutidas e estabelecer um entendimento da realidade espacial da Economia de Comunhão com base nas suas heterogeneidades, na construção das redes diversas e na troca entre suas diferentes esferas. Para tanto consideraremos aqui a construção das redes da EdC como um recurso dinamizador na construção do território vivido, relacional, lugar construído e carregado de identidades e identificações.

“... outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões.”(HAESBAERT, 2006, p. 55)

Ou seja, o território é um ponto de partida para recolher e acolher as necessidades que surgem na sociedade, e suas instâncias formam o lugar privilegiado de troca entre iniciativas locais e o quadro global. O território é *“luogo di tessitura di reti per la qualità della vita delle persone.”*¹⁹ (MANFREDI, 2006)

Utilizamo-nos, portanto do pensamento de Rogério Haesbaert (2006) que expõe o conceito de *territórios-rede*. Acorado em Raffestin (1993), que considera a idéia da rede uma das invariáveis do território, Haesbaert define um quadro onde os fluxos e a própria rede se tornam tão dinâmicos e dominantes que chegam a se confundir com o território. Neste momento ocorre então a formação dos territórios-rede. Neste sentido a rede assume grande importância já que é capaz de propiciar e gerar maior fluidez podendo inclusive criar novas formas de organização para a vida em sociedade. Destarte nos utilizamos aqui do conceito de redes por identificar nele a possibilidade de um rearranjo de funções que torna possível inclusive certa horizontalidade de relações,

¹⁹ “lugar de tessitura de redes para a qualidade de vida das pessoas.”

horizontalidade no sentido de interrupção, mesmo que informal, da disposição hierárquica (também passível de ocorrer numa estrutura de reticular).

Como a Economia de Comunhão tem sua origem num movimento católico leigo, consideramos ser de grande importância respeitar seus princípios específicos, neste caso princípios cristãos, de modo a valorizar suas características. Considerando, portanto que a EdC sugere uma troca ampla de todo tipo de bens entre as mais variadas esferas, entre diferentes escalas e diversas partes do mundo, é compreensível a utilização do conceito de redes para a tentativa de explicitação de sua organização.

Já na origem do projeto Chiara Lubich definiu a destinação dos lucros das empresas que aderissem ao projeto. Transcorridos dezoito anos, passamos a acompanhar os caminhos percorridos pelos lucros enviados, recolhidos e redistribuídos pelo mundo. Enfim, apresentaremos de modo mais estruturado e de maneira mais detida o direcionamento dado aos “investimentos” oriundos do projeto. Quanto aos bens produzidos em seu âmbito, é perceptível entre os empresários a certeza de que se os lucros colocados em comum são de grande importância para aqueles que deles necessitam, torna-se igualmente verídico que não são só estes os bens resultantes da experiência deles. *“É importante que a empresa dê lucro, funcione bem, mas é mais importante ainda o valor que dou a um colaborador meu, àquele funcionário que está aqui na fábrica comigo”* (Empresária). Observamos, portanto, que outros bens estão envolvidos na cadeia produtiva das empresas participantes da Economia de Comunhão. São aqueles chamados bens relacionais, nem sempre quantificáveis, mas presentes efetivamente na fala de todos os entrevistados.

No capítulo seguinte a observação das relações desenvolvidas em um dos pólos industriais do projeto EdC nos permitirá compreender com mais propriedade a categorização de bens relacionais, porém é a partir deste ponto do trabalho que nos ocuparemos em explicitar a movimentação dos lucros vindos das empresas e também de contribuições pessoais, e a estruturação desta rede que se estende numa escala mundial.

Inicialmente apresentamos um organograma da constituição da rede da Economia de Comunhão no mundo e as instituições e instâncias por ela envolvidas.

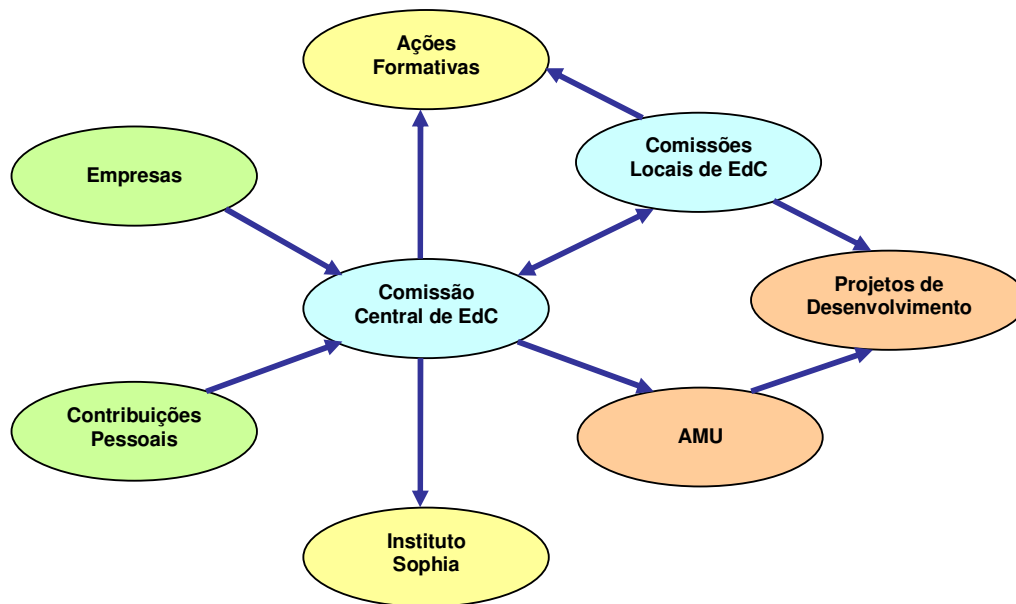


Figura 3 - Rede mundial de EdC

Fonte: a autora

A organização acima apresentada traz uma configuração bem próxima da constituição da rede mundial de EdC atualmente. Consideramos sua estrutura tipicamente reticular, pois, apesar de aparentemente apresentar um centro (comissão central), a função desta instância se limita unicamente (no que diz respeito ao aspecto financeiro) ao recolhimento dos lucros vindos das empresas de todo mundo e também das contribuições pessoais. O processo de identificação e definição dos destinatários finais e dos valores é responsabilidade das comissões locais de EdC ou dos centros do Movimento dos Focolares (naqueles lugares onde ainda não existem comissões do projeto). Ou seja, a comissão central se apropria de uma função de cunho organizativo e administrativo, desta forma assume uma capilaridade em relação aos principais agentes envolvidos em todo projeto, estabelecendo com eles um diálogo constante.

Como veremos mais adiante, no que diz respeito à parte dos lucros destinada à ‘formação de homens novos’ ou cultura da partilha, a comissão central da EdC através de sua secretaria, repassa uma parte específica para o Instituto Sophia e o restante para as comissões espalhadas em vários países.

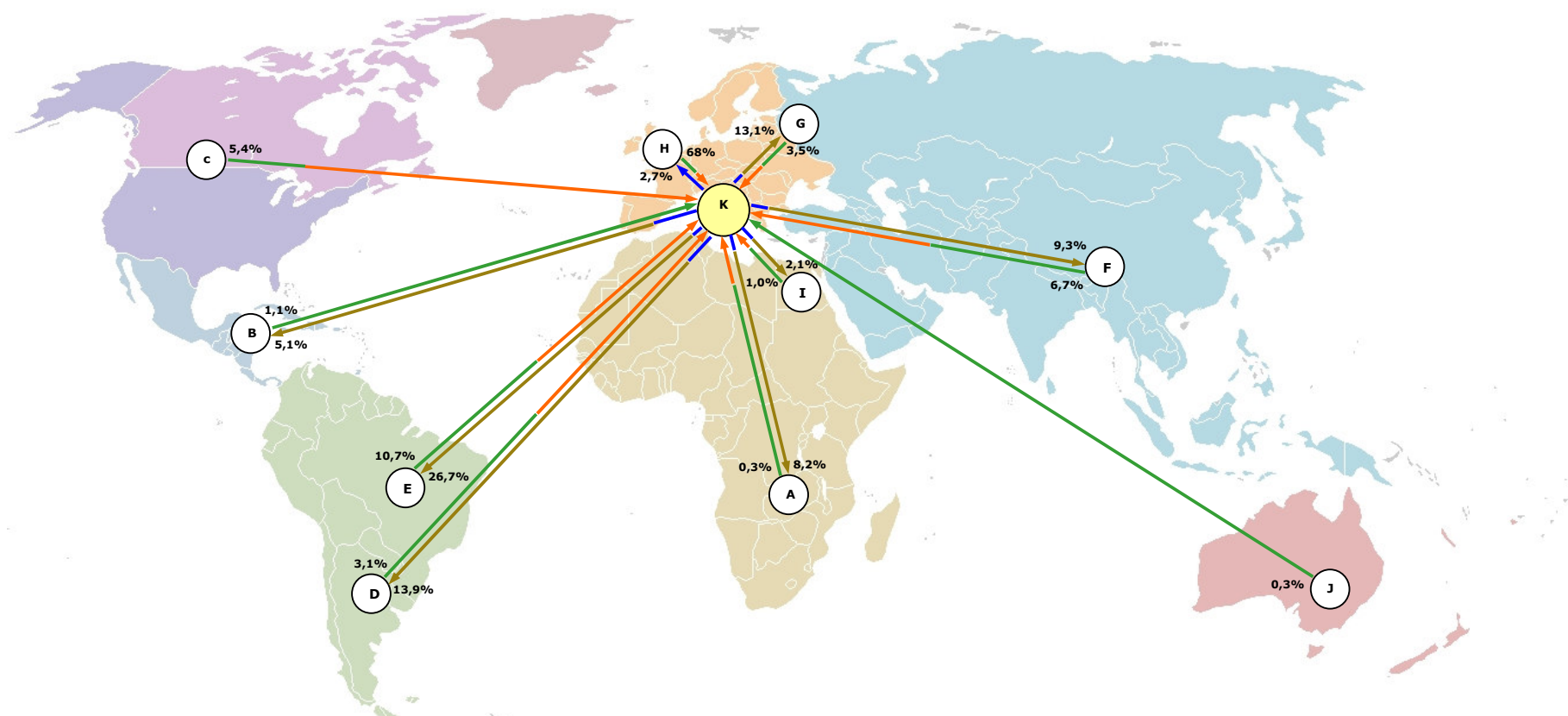
O mesmo movimento é observado na destinação de recursos para os projetos financiados através da AMU – Azione per un Mondo Unito. As comissões centrais

tomam conhecimento dos projetos em andamento e daqueles que terão início tão logo os recursos sejam apresentados. Após avaliação da comissão local, os recursos para os projetos beneficiados vão para a AMU que os direciona para o projeto (geralmente gerido com auxílio da comissão, mas em geral de maneira autônoma).

Especialmente desde o ano de 2006 tem-se registrado de maneira mais sistemática a entrada e saída dos recursos que giram por todo o mundo. Estes registros ocorrem a partir da produção de relatórios que apresentam dados específicos e informações sobre pessoas e projetos beneficiados. Além disso, apresentam uma pesquisa mais sólida sobre qual a tipologia dos benefícios oferecidos às pessoas envolvidas no projeto. Como o relatório foi preparado tendo como base a divisão do mundo de acordo com a classificação do Movimento dos Focolares, notaremos alguma diferença no que diz respeito às regiões.

O gráfico a seguir representa a entrada de recursos financeiros vindos tanto das empresas ligadas à EdC, quanto dos membros do Movimento em todo o mundo. Ele destaca a posição do Brasil no conjunto da América do Sul, e da Itália na Europa Ocidental, além de distinguir as regiões onde se localizam os pólos. A estrutura construída é considerada importante porque permite pensar a existência de outras redes menores constituintes da grande rede da Economia de Comunhão.

Os dados, gráficos e tabelas que apresentamos foram adaptados de documentos constituídos pela Secretaria Central de Economia de Comunhão, Roma, referentes aos anos 2008-2009.



LEGENDA:		
Fluxos de recursos entre as regiões e o Centro do Movimento dos Foculares, na Itália, destacando: a) volume percentual (notação junto às setas) de recursos de entrada e saída proporcional aos respectivos totais; b) proporção (representada pela dimensão das setas) entre contribuições das empresas e das pessoas físicas no fluxo de entrada; e c) proporção (representada pela dimensão das setas) entre recursos para ajuda aos pobres e para atividades de formação, no fluxo de saída.		
A - África Subsaariana	G - Leste Europeu	Fluxo de entrada
B - América Central	H - Europa Ocidental	Fluxo de saída
C - América do Norte	I - Oriente Médio/Norte da África	Contribuições das empresas de EdC
D - América do Sul	J - Oceania	Contribuições das pessoas físicas
E - Brasil	K - Centro do Movimento (Itália)	Recursos para ajuda aos pobres
F - Ásia		Recursos para atividades de formação

Fonte: Dados extraídos do *Rapporto sulla destinazione degli utili EdC*, 2009

Figura 4 - Fluxos de recursos da EdC - 2009

Do total de recursos monetários recolhidos no mundo inteiro, 45% provém das empresas de Economia de Comunhão, e os outros 55% são resultado da comunhão de bens feita pelos membros do Movimento dos Focolares. É possível notar no gráfico acima a participação das regiões no movimento de entrada de recursos vindos de empresas e também de contribuições pessoais.

Observamos que regiões como, por exemplo, a África Subsaariana e o Oriente Médio/norte da África, destinaram 1,3% do total de recursos enviados ao centro do Movimento dos Focolares (através da secretaria central de EdC). Em situação semelhante encontra-se a América Central que remete 1 % do valor sendo todo montante resultado das contribuições pessoais dos membros do Focolares. Nestas duas regiões a comunidade do Movimento é bastante significativa, mas composta em grande parte por pessoas que passam situações de privação extrema ou miséria. Neste sentido justifica-se o fato de, apesar do número de membros da comunidade ser considerável, exista um fluxo menor de recursos monetários direcionados à secretaria central. Em contrapartida notamos que a Oceania, apesar de ser um continente com perfil econômico distinto das regiões mencionadas anteriormente, contribui com 0,3 % do total de recursos enviados, porcentagem proveniente exclusivamente do recolhimento de contribuições individuais já que não existem empresas ligadas ao projeto da EdC e o Movimento na região ainda contar com uma comunidade modesta.

Ganha destaque o montante de recursos que chega por parte da Europa Ocidental (388.418,66 €) e o que parte unicamente da Itália, sede do Movimento (350.612,96 €). O total recolhido destas duas partes é responsável por 68 % daquele recolhido do mundo todo. Na América do Sul, o Brasil é o país no qual o valor das contribuições pessoais somado àquele enviado pelas empresas assume maior relevância no total geral (124.179,64 € do total de 160.675,25 €). Por ser o berço da Economia de Comunhão e contar com um grande número de membros, o País se destaca no recolhimento de recursos. Outro detalhe relevante é que ao contrário de algumas regiões, no Brasil o valor enviado pelas empresas ligadas ao projeto da EdC supera aquele recolhido através das contribuições pessoais (aproximadamente 56 %). Constatamos, portanto que apesar do País apresentar um perfil econômico menos favorável que o de outros países desenvolvidos participantes do projeto, foi aqui que se deu de forma mais efetiva o amadurecimento das estruturas da EdC. Além disso, o Brasil abriga a segunda maior

comunidade do Movimento do Focolares no mundo, o que favorece em muito a existência e sustentabilidade do projeto.

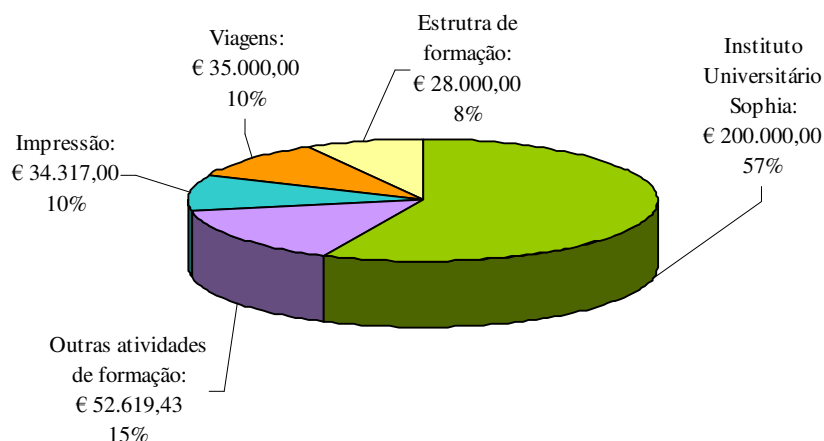
Ainda observando o gráfico apresentado, trabalharemos também com a ordenação dos recursos financeiros que chegam até a secretaria central de Economia de Comunhão e são distribuídos pelo mundo. Conforme é explicitado no gráfico, a movimentação dos recursos financeiros se dá de maneira atípica. Dinheiro e território são conceitos que em geral denotam certa desigualdade social, porém a dinâmica da distribuição dos lucros enviados pelas empresas acrescida das contribuições pessoais dos membros do Movimento se desenvolve de forma distinta. Observamos que regiões que contribuíram “pouco”, ou seja, disponibilizaram poucos recursos monetários vindos das empresas ou de contribuições pessoais, são geralmente as que recebem maior aporte financeiro, o que sugere uma “inversão de valores” que na verdade pode ser caracterizada como “correção de valores”, ou resgate dos mesmos. Assiste-se um ‘contra-movimento’ de recursos financeiros, já que as zonas de condensação de dinheiro não centralizam os recursos para si, e as zonas de rarefação de dinheiro são o foco de uma distribuição mais igualitária. (Santos, 2002)

O total de saídas no ano de 2008-2009 foi de 1.417.809,24 € e mais de 26% dos recursos recolhidos foram destinados ao Brasil. A América do Sul figura como a região que mais recebe auxílio financeiro (40,6%). Logo após o Brasil vem Argentina, seguida pelas Filipinas e toda a Europa oriental.

Os recursos destinados à formação da *cultura da partilha* foram para os centros dos Focolares espalhados em todo o mundo, para o desenvolvimento e elaboração de noticiários e vídeos e, em grande parte para o Instituto Sophia, universidade do Movimento dos Focolares localizada em Florença, na Mariápolis Renata. O Instituto foi aprovado pela Santa Sé e confere o título de mestre em “Fundamentos e perspectivas de uma cultura da unidade” e o correspondente doutorado. Um aspecto a ser levado em consideração é que os congressos e demais conferências ou cursos organizados nos diversos países onde existem pólos ou indústrias EdC buscam viabilizar suas atividades com recursos próprios, recorrendo à secretaria central só quando necessário.

Gráfico 3 - Atividades de formação: € 349.936,43

% por destinação



Fonte: Rapporto sulla destinazione degli utili EdC, 2009

No gráfico também observamos que as regiões para onde decorre a maior parte dos fluxos financeiros são a América do Sul, Europa oriental (leste europeu), seguida pela Ásia e África. A Europa ocidental que é a responsável pelo recolhimento do maior volume de recursos não consta como região de destinação de recursos (com exceção daqueles direcionados ao Instituto Sophia e aos centros do Movimento na região).

O gráfico expõe assim uma forma distinta de organização do capital, do dinheiro, já que muitos países que mal podem contribuir tornam-se os principais focos de envio dos recursos vindos da EdC. Concluimos então que nesse caso uma das principais bases da cultura da partilha que é a comunhão de bens, extrapola em muito os limites de um determinado território, ou uma demarcação territorial. Aquilo que sobressai no caso dos recursos monetários resultantes do projeto e das contribuições pessoais de muitos do Movimento dos Focolares é que a cultura criada e desenvolvida vai além de um espaço determinado e faz com que o lugar onde existam pessoas que aderem à sua proposta seja propício para implantação dos princípios que alicerçam o projeto. Portanto, a concretização da cultura da partilha explicita a existência de uma identidade específica e de um comportamento comum a esta identidade que não se concentra apenas num determinado território ou se restringe a uma dada nação, mas é capaz de perpassar e alimentar as mais diversas culturas em todo o globo.

Uma característica interessante que diz respeito à distribuição de recursos é que no Brasil, mas também na maioria dos países, grande parte do dinheiro recebido é utilizada para alimentação, seguida pela assistência médica, habitação e por fim a escolarização. A preocupação mais latente da EdC é ter acesso àqueles que formam a comunidade dos Focolares e passam por situações de privação consideradas como de caráter emergencial. Lembramos ainda que o fato de o valor direcionado e distribuído aos mais necessitados ser insuficiente (o que não quer ser uma constatação positiva), proporciona em muitas comunidades do Movimento a criação e desenvolvimento de ações locais capazes de solucionar ou minimizar problemas específicos. Desta forma se estimula a valorização das ações realizadas em nível local, verificando assim que em geral não há uma acomodação em relação ao fato do projeto da EdC prover recursos para pessoas da comunidade em situação de pobreza, mas sim uma tendência contínua à participação e por fim o respeito à autonomia e agir específico de cada lugar.

Deste modo há uma preocupação tanto a nível local quanto no global relacionada à possibilidade de utilização dos recursos da EdC e principalmente da cultura da partilha por ela disseminada na criação de oportunidades que privilegiem a participação dos atores. Diante desta informação constatamos que apesar da comissão central da EdC situada em Roma aparentemente se configurar como o centro de distribuição e seleção dos recursos do projeto, a existência de comissões locais que seguem as pessoas auxiliadas mostra que há um cuidado direcionado ao reconhecimento das necessidades específicas de cada grupo.

“O trabalho feito no ano passado no qual avaliamos juntos e profundamente a situação de cada pessoa que é ajudada continua dando frutos. A metodologia que buscamos seguir se articula em três momentos: 1) individualizar as necessidades; 2) compreender se as mesmas podem ser satisfeitas através da comunhão de bens da comunidade local; 3) onde seja necessário o auxílio por parte da EdC, ter presente a proveniência da ajuda. Procuramos aliar a ajuda econômica a uma formação à cultura do dar, sobretudo para os mais jovens, com o objetivo e a esperança que se tornem no futuro homens novos e possam em outras ocasiões contribuir e ajudar a outros.”
(Comissão Local – México)

Ao mesmo tempo em que a Economia de Comunhão deve ter uma visão privilegiada de quem são as pessoas ajudadas ou que necessitam de ajuda, é também sua função avançar rumo à criação de ferramentas geradoras de oportunidades de trabalho e

valorização humana. Isso pode ocorrer tanto através da execução de projetos como também a partir de oferta de microcrédito para criação de novos negócios ou para o incremento daqueles já existentes. É exatamente a partir deste ponto que passamos a elucidar algumas ações que compõem outro nível de estudo e atenção da EdC.

No capítulo anterior apresentamos a AMU – *Azione Per un Mondo Unito* - uma ONG italiana criada em 1986 que tem como principal objetivo “*realizar, junto às populações envolvidas, atividades de cooperação sustentáveis que tenham como premissa o desenvolvimento efetivo, partindo do respeito à realidade social, cultural e econômica local.*” (AMU, 2009). A ONG tem como referência a espiritualidade dos Focolares e tem recebido desde o ano de 2006 recursos provenientes da Economia de Comunhão para o desenvolvimento de várias ações e projetos em todo o mundo, mas principalmente na América do Sul, África, Oriente Médio e Europa oriental. O mapa a seguir ilustra as regiões ou países onde atualmente a AMU desenvolve seus projetos.

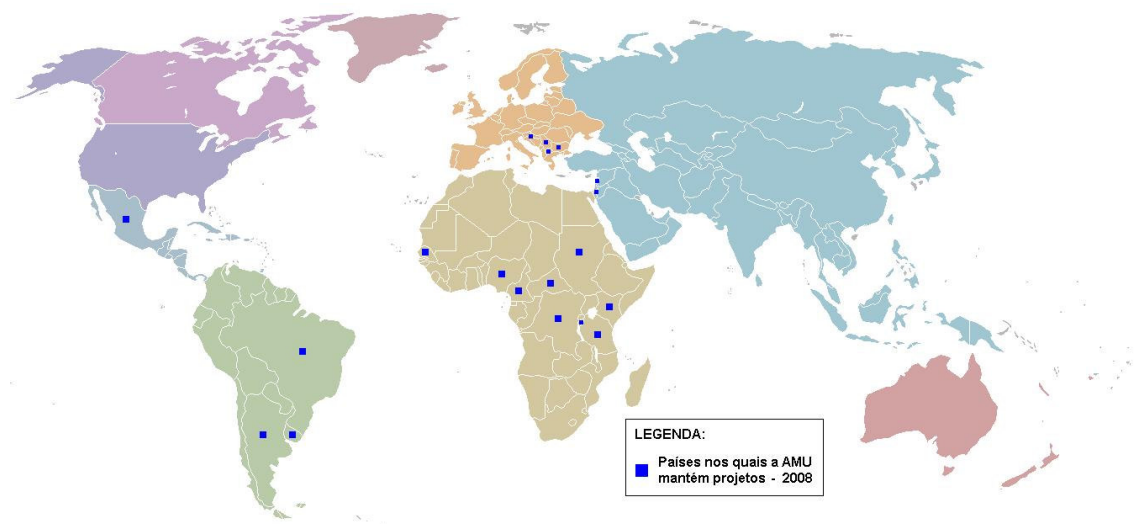


Figura 5 - Projetos desenvolvidos pela AMU (2006- 2008)

Fonte Adaptado do site da AMU, 2009

Notamos que existe uma centralização de projetos nos países/regiões já citados, sendo a África o continente que sedia o maior número deles. Por ter sido classificada pelo governo italiano como uma instituição idônea, a AMU conta com recursos vindos de várias outras instituições nacionais e internacionais para execução de seus projetos que têm como característica serem anuais ou plurianuais. Estes projetos estão voltados principalmente para educação e saúde (medicina curativa e preventiva), mas a ONG

também financia aqueles que possibilitem em longo prazo a sustentabilidade das ações já desenvolvidas nas localidades. Um dos projetos desenvolvidos é o “*Rede elétrica subterrânea*”, na Nigéria. Seu desenvolvimento ocorre no vilarejo de Igbariam, composto por cerca de oito mil e quinhentos habitantes da etnia Igbo, em sua maioria dedicada à agricultura de subsistência. A quantidade de chuvas na região é muito grande, o que prejudicava a rede elétrica que é suspensa entre as várias árvores. Foi com vistas a proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento de atividades relevantes para a localidade que a AMU investiu no projeto de criação de uma rede subterrânea mais eficiente para o seu funcionamento.

No Brasil a AMU financia um projeto que oferece “Cursos de floricultura”, em Benevides, no Pará. Benevides é considerada uma cidade-dormitório, sem estrutura ou investimentos para a infância e com altas taxas de jovens desempregados. Em 1992 nasceu a Associação Núcleo de Ação Comunitária (NAC) que deu início à escola maternal “Fiore”. Já há alguns anos a NAC colabora com a AMU para a ampliação do projeto educativo e de formação profissional para a comunidade. Os âmbitos de intervenção do projeto são a infância, a condição feminina, formação profissional e inserção dos jovens no mundo do trabalho. Em 2007 uma praga atingiu na região amazônica grandes extensões de plantações de banana, afetando também outras plantas tropicais ornamentais. Por conta disso o governo brasileiro vetou a exportação das mesmas, o que foi desastroso para a economia da região. Os cursos de floricultura oferecidos pela NAC que qualificavam os alunos para o manuseio deste tipo de flores ficaram inviáveis, pois não havia como comercializar os produtos. Neste período a AMU estabeleceu uma parceria com a NAC, permitindo aos alunos o aprendizado de novas técnicas no cultivo de plantas ornamentais não afetadas pela praga, bem como de cultivo e produção de hortaliças hidropônicas, de forma a compensar a perda com a venda das flores. A AMU prevê que até 2010 o projeto se torne sustentável.

No período de 2006-2008 a AMU acompanhou para a EdC a realização de 46 projetos em 16 países do mundo tendo investido nos mesmos 558.000 €. No presente ano, a AMU é responsável pela realização e acompanhamento de 21 projetos em 19 países, somando o total de 202.000 €. Os projetos desenvolvem ações nos seguintes setores: atividades produtivas (Bulgária, Chile, Indonésia), assistência sócio-sanitária (Brasil, Sérvia, Bulgária, Macedônia, Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia, México),

escolarização (Brasil, Sérvia, Macedônia, Indonésia, Argentina, Chile, Colômbia, México, Guatemala), estruturas e atividades de formação para a cultura da partilha (Argentina). É relevante ressaltar novamente que em muitos projetos a EdC é uma das fontes de financiamento para as várias ações desenvolvidas pela AMU.

Consideramos que a apresentação da AMU é de grande importância por caracterizar de forma peculiar a atual fase do projeto da Economia de Comunhão. As prioridades continuam as mesmas do início, porém é necessário ultrapassar a esfera da ajuda aos necessitados desenvolvendo formas de inseri-los ou reinseri-los no mundo da fraternidade, na cultura da partilha, e não apenas no mundo do trabalho ou da cidadania.

Partindo dos documentos da ONG notamos que os projetos financiados pela Economia de Comunhão mostram sinais de avanço e seu amadurecimento. Ir para além da esfera do auxílio àqueles que passam por situações emergenciais e necessitam de complementação de renda passa a ser considerado uma aproximação concreta do projeto daquele que é seu objetivo final que é o fim da miséria e exclusão material, mas principalmente a inserção do homem no mundo menos desigual, o que por fim significa dizer, mais fraterno.

“Há vários anos um grupo de famílias se organizou para, no tempo livre, fazer pizzas que posteriormente seriam vendidas a domicílio. Realizavam essa ação com o objetivo de financiar várias atividades de formação com vistas à formação da ‘cultura da partilha’. A partir deste ano, com a ajuda dos recursos da Economia de Comunhão, a atividade de voluntariado si transformará numa verdadeira microempresa, oferecendo emprego regular a seis pessoas.” (AMU, 2009)

Uma das ações da AMU é acompanhar os projetos financiados através do contato contínuo com as comissões locais. Para isso a ONG desenvolveu uma metodologia para análise e avaliação dos projetos através de informações que são repassadas a ela pelas comissões locais. Esta avaliação decidirá se o projeto deve ou não continuar recebendo recursos ou se já pode ser considerado auto-sustentável. Outra ação da ONG é capacitar os participantes e líderes dos projetos desenvolvidos para que eles próprios possam elaborar e posteriormente identificar e direcionar as necessidades da comunidade local. Está previsto para fevereiro de 2010, no Brasil, a realização da próxima escola de capacitação para elaboração de projetos. A pretensão da AMU é atingir o maior número de pessoas envolvidas e conhecer mais de perto todos os trabalhos desenvolvidos.

As ações desenvolvidas no âmbito da EdC com destaque para aquelas acompanhadas e monitoradas pela AMU enfatizam a importância de dar respostas, ou seja, agir com responsabilidade, em situações nas quais as necessidades são prioritariamente de ordem material, mas não só. Deste modo observamos que a solidariedade, considerada por muitos de fundamental importância no mundo da vida dos homens, incluindo o mundo do trabalho, deve estar indiscutivelmente associada ao conceito de fraternidade. A ação dos dois conceitos pode dar origem a uma nova forma de fazer funcionar a economia no mundo de hoje.

“Oggi tutto dimostra che è necessario aggiungere un'altra parola: FRATERNITÀ, che non è un concetto astratto, o un modo per dire ‘vogliamo bene’... parlo di fraternità come categoria politica, che va recuperata per dare sostanza alle nostre azioni... perché la fraternità va molto oltre la solidarietà!! (MANFREDI, 2006)¹¹

Além disso, o binômio “solidariedade-fraternidade” propicia a abertura de espaços de participação, proporcionando assim oportunidades para a criação de iniciativas inovadoras no tecido social. Neste sentido são valorizadas as estratégias de micro-intervenções que acabam tendo maior garantia de sustentabilidade, já que se baseiam na ação “de baixo para cima” (lógica *bottom-up*), partindo das necessidades locais.

O resgate da fraternidade como meio de ação entre os homens traz de volta a discussão de um princípio central que promova este novo agir na sociedade. Este princípio não se caracterizaria apenas como uma simples fraternização (o que já seria considerado positivo), mas a promoção de uma fraternidade com bases cristãs, que tem seu modo de funcionamento ancorado numa ética também baseada em valores cristãos. Desta forma, consideramos que a ação da Economia de Comunhão torna-se um dos instrumentos capazes de disseminar os valores e crenças resultantes da ética cristã. Agindo deste modo a EdC responde a uma exigência latente da sociedade contemporânea: a exigência de que Deus não seja mais uma palavra, um discurso retórico, mas uma ação. Não seja Ele Alguém de quem só se possa falar o nome, ou por quem se possa clamar, mas Alguém que apresente soluções reais para a vida do homem de hoje. E quando se propõe um projeto como o da Economia de Comunhão, dando a ele o crédito pela

¹¹ “Atualmente tudo demonstra que é necessário acrescentar outra palavra: FRATERNIDADE, que não se configura num conceito abstrato, ou num modo de dizer ‘queiramo-nos bem’... falo de fraternidade como categoria política, recuperada para dar substância às nossas ações... porque a fraternidade vai muito além da solidariedade.”

criação de uma rede de solidariedade e fraternidade que se estende pelo mundo, dá-se realmente o crédito àquilo que se encontra em sua base, ou seja, aos valores cristãos que o sustentam.

Com a descrença nas crenças e o progressivo processo de secularização que observamos no mundo de hoje, são muitas as pessoas que utilizam o nome de Deus para justificar todo tipo de ação, até aquelas consideradas injustas ou incorretas. Buber (2003) comenta este comportamento identificado nas relações humanas.

“É verdade que eles desenharam uma careta qualquer e escrevem embaixo ‘Deus’; matam-se uns aos outros dizendo ‘em nome de Deus’. Mas, quando toda a sua loucura e engodo passam, quando se defrontam com ele no mais recôndito de sua solidão e deixam de dizer ‘Ele, Ele’, passando a suspirar ‘Tu, Tu’, quando gritam ‘Tu’, quando todos gritam o Uno, e quando então acrescentam ‘Deus’, não é o Deus real que eles invocam, o Único Vivo, o Deus dos filhos dos homens?! Os que rejeitam por se rebelarem contra a injustiça e os abusos do que tanto buscam dominar os outros em nome de ‘Deus’ precisam ser respeitados, mas nós não podemos desistir.” (BUBER, 2003, p. 13)

Um dos objetivos do presente trabalho é oferecer um entendimento diferenciado em relação à Economia de Comunhão, já que sua existência aponta e dá crédito à presença de um Tu que age através de leis e normas tipicamente cristãs, e a partir delas sugere iniciativas e possibilita inovações, agindo assim em favor dos homens. Se há um cansaço generalizado em relação ao nome de Deus, o mesmo não ocorre em relação à sua presença e ação que através de fenômenos como o da Economia de Comunhão, mas também de tantas outras iniciativas, se mostra criativa e inovadora. Se há excesso de palavras que buscam dar explicações sobre a existência ou não de um Deus, há também o contínuo esforço para que o cumprimento de ações sugeridas através de suas leis extinga o cansaço ou a desesperança e dê crédito a iniciativas que centralizem toda sua atenção na promoção de uma vida boa para os homens.

5- Estruturação das empresas de EdC: a construção de redes de comunhão a partir da experiência do Pólo Spartaco

*“Um paradigma é composto por algo que vem do alto
E algo que vem de baixo.
Ele faz calar a realidade.”*

(Vera Araújo)

Quando a EdC foi lançada, Chiara Lubich apresentou seus princípios básicos tendo como motivação principal uma intuição pessoal. A visita ao Brasil e a visão de cenários socioeconômicos tão contrastantes fizeram com que sua sensibilidade em relação à desigualdade social se alargasse. Na ocasião, em uma de suas narrativas, Lubich apresentou a idéia da criação de pólos produtivos, associando a possível experiência do Movimento dos Focolares com a dos monges beneditinos que, em suas cidades, não diferenciavam o trabalho da oração, atribuindo, assim, às atividades laborais a mesma importância das orações. Por intermédio de Dom Bosco, a dimensão horizontal (homem-homem) do amor cristão assumia de forma mais coerente o mesmo valor que a vertical (homem-Deus). Essa experiência aumentou o entendimento por parte da idealizadora do projeto de EdC de que a construção dos pólos produtivos deveria ocorrer em áreas próximas às cidades do Movimento, as chamadas mariápolis permanentes, de modo que as mesmas se tornassem “faróis” para o projeto da Economia de Comunhão. A junção dessas duas realidades tinha, portanto, a função de oferecer maior densidade empírica e teórica ao projeto que acabava de nascer.

O entendimento prematuro da importância dos pólos produtivos é uma das características daquilo que alguns especialistas consideram “economia carismática”, experiência que surge de um carisma no âmbito religioso ou civil. Desta forma, há por parte desse tipo de experiência certa liberdade no estabelecimento de bases, princípios e etapas de desenvolvimento. Stefano Zamagni (2009) destaca inclusive que alguns carismas deram respostas a crises que nasceram em determinadas épocas: depois do Império Romano surge São Bento, e após o feudalismo nasce o carisma de São Francisco de Assis.

Logo após o lançamento da proposta de Lubich, vários membros do Movimento que desejavam ver o projeto se concretizar o quanto antes doaram aquilo que possuíam, como jóias, pequenos ou grandes valores, bens etc., para que tais doações pudessem se transformar no capital para a criação do pólo empresarial e para as estruturas iniciais da EdC.

“... não havia instituições para receber e organizar as doações das pessoas entusiasmadas e interessadas em contribuir para que nascessem empresas da EdC. Inicialmente o próprio Movimento dos Focolares passou a receber estes recursos e destiná-los aos objetivos do projeto. Em 1993, surgiu a Espri, que passou a captar investimentos por meio de vendas de ações.”
(BENITES, p. 46, 2009)

Portanto, para que fosse possível um empreendimento da monta de um pólo produtivo, os membros do Movimento se reuniram com o objetivo de encontrar um modo que viabilizasse a aquisição de um terreno para a construção do local. Deste modo surgiu a Espri S.A. - Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais, em 1993. Na ocasião foram criadas ações de capital fechado que podiam ser adquiridas por qualquer pessoa que se interessasse, num preço bastante acessível. Inicialmente estas ações foram vendidas entre os membros do Movimento dos Focolares, que segundo Lubich “são pobres, mas são muitos”. Os valores eram ofertados livremente de forma que todos contribuíssem com o que era possível. Além disso, foi necessária a estruturação da sociedade anônima que surgia para operacionalizar o projeto de EdC. Dessa forma, foi eleita uma diretoria que, segundo o regimento interno da Espri, é modificada a cada dois anos e deve desenvolver suas atividades sem receber qualquer tipo de provento.

O atual capital social da Espri é de R\$ 3.083.000,00 (três milhões e oitenta e três mil reais), valor incrementado periodicamente através da subscrição de novas ações (Espri, 2009). A principal função da empresa é administrar o primeiro pólo produtivo da EdC, sendo responsável pelo aluguel e disponibilização de suas estruturas físicas. Isso significa que as empresas instaladas no pólo em Vargem Grande Paulista pagam à Espri um aluguel mensal, de forma que todo capital imobilizado pertença sempre aos acionistas e não exista assim o perigo de, no futuro, qualquer empresário reivindicar determinado imóvel como bem particular.

Atualmente a Espri S.A. conta com 3.970 (três mil novecentos e setenta) acionistas e o valor de cada ação está estimado em R\$ 1,89. A rede de acionistas é composta por pessoas de todas as classes sociais, brasileiras ou não. Sabe-se, contudo, por meio de relatos, que a maior parte delas é de classe média ou baixa. Marina Pereira Constancio, administradora da Espri, conta que um dos relatos mais atípicos foi o de uma senhora que queria comprar as ações, mas não tinha o dinheiro: *“Mas ela lembrou que tinha uma galinha. Resolveu vendê-la e com o dinheiro da venda comprou algumas ações”*.

Assiste-se, assim, com a fundação da Espri S.A., o início da concretização de uma rede constituída inicialmente pelos voluntários que se tornaram acionistas, e posteriormente pelas empresas do Pólo Spartaco, da qual a Espri se configura até hoje como um dos mais importantes articuladores. Como foi citado anteriormente, com o capital arrecadado ainda no início do projeto, em 1994, foi comprado um terreno de 50.849,36 m², situado em Cotia (SP), a 4 km da Mariápolis Ginetta (cidade permanente do Movimento dos Focolares situada no Estado de São Paulo). Nesse terreno foi construído o primeiro pólo industrial que concentrava apenas empresas ligadas ao projeto da Economia de Comunhão.

Posteriormente foram surgindo outros pólos. Em Recife, próximo à Mariápolis Santa Maria, o Pólo Ginetta. Além dos dois pólos industriais brasileiros, atualmente existem no mundo quatro pólos já constituídos: o maior deles, o Pólo Lionello (na Mariápolis Renata, em Florença, Itália), com 22 empresas; o Pólo Solidariedad (Mariápolis Lia, em Buenos Aires, Argentina); Pólo Mariapoli Faro (em Krizevci, Croácia); e o Pólo Bélgica (Bélgica). Estão em fase de constituição o Pólo Francois Neveux (Belém, Brasil), o Pólo Filipinas (Filipinas) e o Pólo Ottmaring (Alemanha).

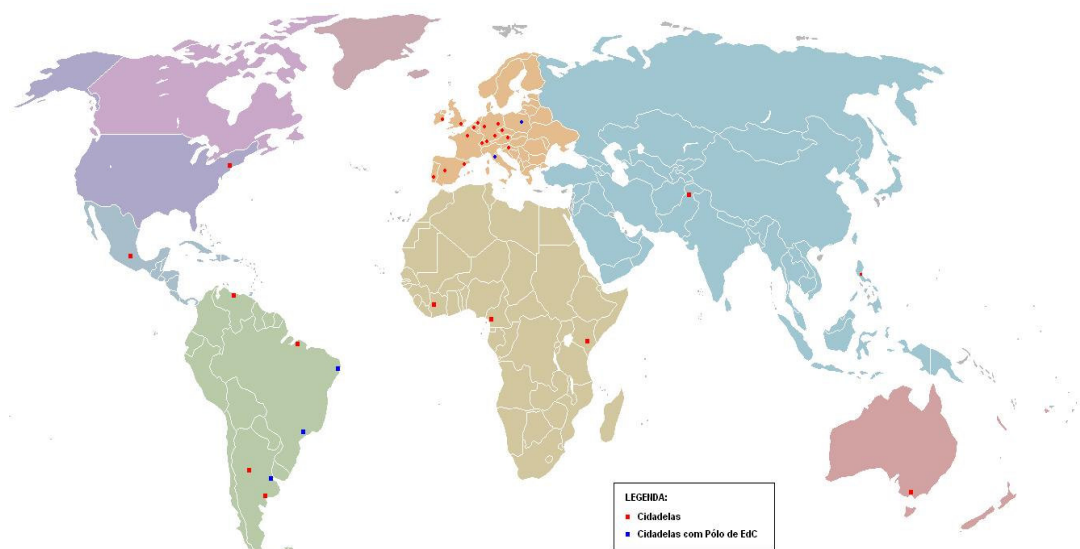


Figura 6 – Cidades do Movimento e pólos industriais

Fonte: A autora

Deteremos-nos no primeiro pólo construído, o Spartaco, com o qual tivemos oportunidade de trabalhar e realizar a análise dos diversos componentes que dinamizam seu espaço. Nossa atenção esteve voltada primordialmente para os tipos de rede ali estabelecidos, compostos tanto de bens tangíveis quanto intangíveis. Apresentamos a seguir o gráfico que exhibe o entendimento da configuração das diversas redes estabelecidas no pólo e posteriormente nos ocuparemos em apresentar e discutir os principais elementos, aspectos e personagens destas redes.

O projeto original do Pólo Spartaco previa a construção de, no máximo, dez empresas em seu espaço físico. Atualmente ele conta com seis empresas em funcionamento: Espri S.A.; Ecoar – produtos de limpeza; Uniben – *factoring*; Rotogine – plásticos rotomoldados; Prodiel Nutrição – nutrição enteral; e AVN - embalagens plásticas. Estas empresas ocupam uma área construída de 37.446,66 m². Além delas outras três empresas pertencem ao pólo, mas por se caracterizarem como empresas de prestação de serviços, não estão inseridas em seu espaço físico: *Comunione* - escritório de contabilidade; Escola Aurora; e Policlínica Ágape, todas localizadas em Vargem Grande Paulista, região metropolitana de São Paulo. Atualmente o pólo é apenas produtivo, ao contrário daquele instalado em Florença, pólo Lionello, que foi concebido com ampla área comercial. Porém, o plano de expansão elaborado no presente ano

prevê para o Pólo Spartaco a construção de uma área própria para comercialização de seus produtos ao público a partir de 2012.

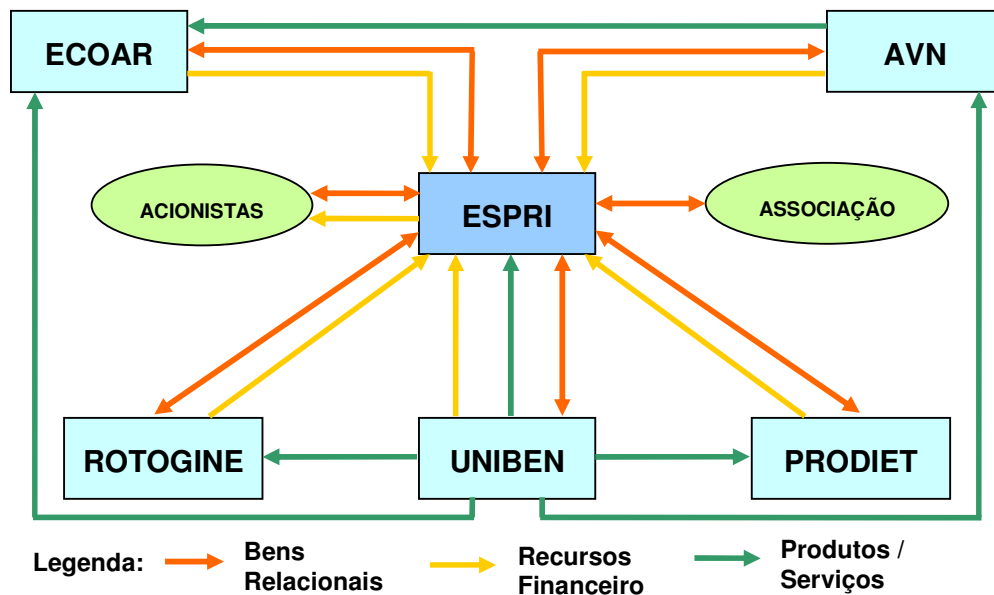


Figura 7 – Estrutura de fluxos das redes do pólo Spartaco

Fonte: A autora

Segundo relatório da Espri (2009), atualmente são 108 trabalhadores diretos e 53 indiretos trabalhando nas empresas do Pólo Spartaco. Segundo a administração da Espri, o número de currículos deixados na portaria do Pólo vem aumentando semana a semana. Tal fato ganha maior expressão quando se observa que muitos deles pertencem a pessoas que vêm da capital paulista ou de cidades mais distantes. Em visita à Espri, perguntamos sobre o encaminhamento dado aos currículos recebidos e uma das responsáveis nos mostrou várias caixas onde os documentos são arquivados de acordo com tipo de formação, atividade desenvolvida pela pessoa e idade. Segundo essa pessoa: *“Quando surge uma vaga ou uma empresa pede uma pessoa para trabalhar, a gente vem até os currículos e vê cada um com muito cuidado. Geralmente levamos em conta a idade. Aquele que for mais velho, dependendo do trabalho, tem prioridade”*.

Nos trabalhos de campo realizados, a preocupação central foi indagar tanto aos empresários quanto aos funcionários sobre determinados aspectos e princípios que consideramos característicos do projeto EdC (ver roteiro no Anexo 1). Dessa forma, nossa intenção foi mapear a existência desses princípios que explicitam de forma mais

clara os vários tipos de bens que circulam entre as empresas do pólo, entre empresas e administração do pólo (Espri), e entre empresários, trabalhadores, fornecedores e clientes. É importante destacar que não há uma preocupação específica em identificar os *stakeholders* das empresas, mas sim delinear os relacionamentos existentes entre eles.

Todos os processos e fenômenos que ocorrem no Pólo Spartaco geralmente assumem um caráter inovador e, com o passar do tempo, multiplicam-se pelos demais pólos espalhados no mundo. Passaremos a partir de agora a elencar as ações que tiveram origem no pólo ou nas empresas nele localizadas e posteriormente assumiram grande importância na configuração do projeto em nível mundial. Além disso, consideramos imprescindível ao presente trabalho dar voz às pessoas que estão diretamente envolvidas no projeto, de modo que a partir delas possamos visualizar e descortinar as trocas de bens tangíveis e intangíveis realizadas.



Painel de fotos 1 – Vista do Pólo Spartaco

Podemos considerar uma inovação a criação da Associação Pólo Spartaco (2005), fundada e gerida pelos seus trabalhadores. O acúmulo de experiência que a administração do pólo adquiriu nos quatorze anos de existência permitiu a identificação da necessidade dos trabalhadores possuírem um canal de comunicação entre eles e os empresários, uma figura capaz de promover maior integração entre todos os envolvidos pelo projeto naquele espaço. A partir da fundação da Associação foi possível identificar e solucionar algumas necessidades específicas dos trabalhadores, além disso, ela passou a oferecer determinados benefícios aos associados, tais como a oferta de microcrédito e pequenos empréstimos pessoais. Segundo relato de Maria de Lourdes, funcionária da Uniben e secretária da associação, muitas vezes os trabalhadores não têm condições de contratar empréstimo em bancos pelo fato de ser extremamente caro, o que ao invés de solucionar determinado problema financeiro, aumentaria em muito as dívidas. Com um capital de R\$ 30.000,00 a associação tem condições de oferecer empréstimos aos trabalhadores sem que haja cobrança de juros, sendo a taxa de administração (0,5% sobre o valor emprestado) a única cobrança realizada. O valor das mensalidades destes empréstimos é descontado diretamente do pagamento do empregado e repassado pela empresa à associação. Para ter acesso ao empréstimo o trabalhador apresenta sua necessidade e a diretoria da associação avalia se a concessão é viável ou não. Nem sempre é possível beneficiar a todos com o dinheiro em caixa, restando para os meses seguintes os trabalhadores que deram entrada no pedido de empréstimo e não puderam ser atendidos de imediato.

Numa das empresas visitadas no Pólo Spartaco foi relatado por parte de um funcionário que num determinado momento ele e mais um de seus companheiros de trabalho apresentaram à associação o pedido de empréstimo. A diretoria constatou que apenas um deles podia ser atendido e notificou qual trabalhador havia sido contemplado naquele mês. Aquele que receberia o empréstimo, vendo que a situação do companheiro de trabalho era mais urgente, foi então até a Associação e absteve-se da quantia em favor dele. Além dos benefícios apresentados, a Associação estabeleceu parceria com farmácias e empresas da área médica da região para possibilitar descontos em medicamentos e consultas por meio de convênios firmados.

Para incrementar a entrada de recursos para a Associação, seus membros também promovem atividades extras, como festas e bazares com objetos e peças recolhidas e

colocadas à venda entre os trabalhadores do Pólo. Com os recursos arrecadados nas atividades realizadas a Associação adquiriu bens que foram colocados à disposição dos trabalhadores (como, por exemplo, um forno microondas, uma geladeira, computador e impressora). Além disso, criou uma *lan house* no refeitório, com computadores doados, e instalou armários na cozinha. No mesmo espaço foi montada uma pequena biblioteca que oferece empréstimos de livros aos trabalhadores.



Painel de fotos 2 – Associação Pólo Spartaco (biblioteca, *lan house*, refeitório e trabalhadores), 2009

A Associação Pólo Spartaco reúne atualmente 99 associados que pagam R\$ 8,00 de mensalidade, somados aos R\$ 8,00 pagos pelas empresas. Um dos objetivos que a Associação tem perseguido é proporcionar a oferta de cursos em áreas variadas, em parceria com o SEBRAE e outras instituições locais. Um dos cursos realizados este ano foi o de Primeiros Socorros para os associados interessados.

A análise da atual configuração do Pólo Spartaco sugere que um de seus principais objetivos foi alcançado: atualmente ele é identificado como modelo de funcionamento para os outros pólos constituídos ou em constituição. Além disso, observamos a integração entre as empresas ali existentes em variados níveis e aspectos. Para elucidar e explicitar tal integração tomamos o conceito de redes, já apresentado e discutido anteriormente. Como decorrência do trabalho de campo que desenvolvemos no Pólo, notamos ser possível a reprodução de fenômenos que ocorrem primeiramente numa

escala menor em uma escala mais ampla, pois o Pólo Spartaco tem sido foco de observação de todos aqueles responsáveis pela criação e desenvolvimento dos outros pólos instalados no mundo. É comum, por exemplo, que seus empresários e trabalhadores sejam presença constante nos congressos e cursos sobre EdC que ocorrem em nível mundial. Ou seja, a observação dos demais pólos em relação ao Spartaco sugere a existência de um contra-movimento que parte de uma escala local específica e interfere na composição de estruturas organizacionais da EdC num nível mais amplo.

Um dos objetivos dos trabalhos de campo foi observar as redes que se constituem entre as empresas, dentro delas e ao seu redor. Com a realização das entrevistas e observação *in loco* pudemos notar que existe uma dinâmica constante de relação entre elas, tanto no que diz respeito à cadeia produtiva e à comercialização, quanto no que se refere à produção e troca de bens que a princípio são considerados intangíveis. Na maior parte das entrevistas realizadas com os empresários notamos que existe um esforço constante para que seja efetiva a troca de experiências referentes à vida empresarial. Para que isso ocorra, tanto os empresários do Pólo (juntamente com a Espri), quanto a diretoria da Associação de trabalhadores, buscam se reunir periodicamente para dialogar sobre as dificuldades enfrentadas nas empresas, as possibilidades de parceria na produção das mercadorias ou venda de serviços.

“Muitas vezes, numa reunião, colocamos em comum nossos sucessos, mas também os muitos fracassos. Você vê um empresário com mais de vinte anos de estrada falando sobre a possível falência de sua empresa. Imagina o que é pra ele falar sobre isso? É como se despir na frente de todo mundo... Mas a gente sente que precisa fazer a experiência de comunhão, de comunicar tudo”.
(Empresária)

Nas entrevistas realizadas foram comuns os relatos nos quais os empresários explicitavam a preocupação em comunicar qualquer informação ou dado que pudesse auxiliar outra empresa que não a sua numa dada situação. Como ilustração, um deles disse que havia utilizado determinada linha de crédito e, sabendo que uma empresa passava por dificuldades parecidas, sugeriu que fosse ao banco para ter acesso ao mesmo tipo de crédito. *“Fiquei preocupado e entendi que a experiência que eu tinha passado não era só para mim, mas também para os outros empresários”.*

As entrevistas explicitaram a importância da construção de relacionamentos de colateralidade dos vários membros da empresa, de tal forma que, quando questionados sobre o tema “hierarquia”, por exemplo, disseram ser possível estabelecer um diálogo para além dela. A maioria dos funcionários entrevistados citava a expressão “clima de família” na tentativa de materializar a experiência de trabalho nas empresas. Um dos responsáveis por uma empresa EdC do ramo da fundição fala sobre a questão da hierarquia da seguinte forma:

“No meu ver a hierarquia é importante para o funcionamento da empresa. Não consigo entender como funcionar de outro modo. Mas o que eu entendo também é que o empresário, ou seja, o chefe, ao invés de ser aquele que manda mais, deve ser o que serve mais, que se coloca mais à disposição. Eu por primeiro devo fazer isso”.

Segundo Sampaio e Leitão (2007) pode-se identificar no chão de fábrica o “amor-comportamento” ou o “amor-ação”, atitudes muito estimuladas no âmbito das empresas participantes do projeto. Bruni (2009) expressa que o ambiente de uma empresa de Economia de Comunhão deve ser o espaço por excelência para a vivência do “amor agápico” que, segundo o autor, vai além da *philia* conceituada por Aristóteles. O amor ágape nasce com o cristianismo. O que torna os dois conceitos tão diferentes é o fato que na *philia*, ou seja, na amizade, enxerga-se o outro como a si próprio, um alter ego, um igual, ocorrendo assim uma possível busca pela ausência do sofrimento do contato com o diferente. Com o amor agápico surge segundo Bruni, o lugar da tragédia, propício à vida em comum. Nele, “*eu não posso deixar de amar se o outro não me ama. O ágape é a tragédia da vida em comum e expõe a ferida da diversidade autêntica.*” (BRUNI, 2009)

A discussão sobre o “amor agápico” traz à tona aquele que deve ser o efetivo valor dos relacionamentos estabelecidos nos mais diversos níveis da EdC. Partindo de sua importância conceitual notamos que a remessa de lucros por parte das empresas é movida e alimentada pela crença na importância dos relacionamentos. Dessa forma, adquire valor o que Benedetto Gui (2009) denominou “bens relacionais”, que também são denominados bens intangíveis. Estes devem fazer parte do capital humano de empresas da Economia de Comunhão e, ainda que não possam ser mensurados numa fórmula exata, contribuem, segundo ele, de maneira categórica no desenvolvimento da

cultura organizacional das empresas de EdC. A conceituação dos bens relacionais vai ser apresentada por Benedetto Gui em 1986 e, desde então, sua discussão tem se desenvolvido de forma mais ampla e madura. Segundo o autor, a valorização dos bens relacionais é a valorização do encontro com o outro, portanto “*a esfera da relação é a da lógica dos bens relacionais*”. (GUI, 2009)

Segundo Gui (2009) os bens relacionais fazem parte do conteúdo intersubjetivo da empresa e são capazes de interferir positivamente na esfera produtiva, já que, privilegiando e valorizando os relacionamentos, a empresa desenvolve características específicas que vão ao encontro de uma cultura empresarial de base fraternal. A empresa deve se tornar assim um lugar de encontro.

*“L’idea che sta sotto l’espressione ‘beni relazionali’ è che dalle interazioni economiche con gli altri otteniamo: beni materiali, che rispondono ad alcuni tipi di bisogni ma anche **qualcosa** che risponde a bisogni della sfera interpersonale (riconoscimento, ascolto, compagnia, appartenenza...). Ma se è vero i beni sono tali perchè rispondono ad un bisogno, allora anche questo **qualcosa** è un bene, un bene immateriale, naturalmente”* (GUI, 2009)¹².

O responsável por uma das empresas consideradas mais promissoras no âmbito da Economia de Comunhão constatou que o valor dado aos relacionamentos foi o grande responsável pelo crescimento e desenvolvimento das atividades da empresa que está a quase vinte anos no mercado.

“ Todos os clientes que eu visitava, mesmo sem que eu tivesse o mínimo de capital de giro, logo se tornavam meus clientes. Havia uma adesão muito grande, e eu tinha muita facilidade em conquistar a confiança dos clientes. Constatei que era fruto dos relacionamentos construídos nos anos anteriores. (...) Percebia que não era o tamanho da empresa que fazia diferença. Não era por eu estar lutando com gigantes, meus concorrentes, que eu teria de ficar com a menor fatia. Porque gigante nem sempre é sinônimo de poder econômico e financeiro. Eu tinha mais relacionamentos...”

¹² A idéia que sustenta a expressão ‘bens relacionais’ é que das interações econômicas com os outros obtemos: bens materiais, que respondem a alguns tipos de necessidades, mas também **alguma coisa** que responde às necessidades da esfera interpessoal (reconhecimento, escuta, companhia, inserção...). Mas se é verdade que os bens são estes porque respondem a uma necessidade, a partir de então também esta **alguma coisa** é um bem, um bem imaterial naturalmente.”

A socióloga Vera Araújo (2009), umas das primeiras pesquisadoras do projeto, diz que a *“Economia de Comunhão nasce do sofrimento do outro, nasce da vida e por isso a cultura por ela desenvolvida deve ser popular, conhecida e entendida por todos”*. Tal expectativa poderia cair no risco do estabelecimento de um processo de “catequização”, ou numa tentativa de tornar seus princípios regras rígidas a serem seguidas nas empresas entre os trabalhadores, porém, durante as entrevistas e visitas realizadas observamos que muitos destes não conhecem oficialmente o projeto da Economia de Comunhão. Quanto aos que conhecem, quando questionados sobre a expressão respondem que é algo para os pobres, *“algo que podemos fazer pelos mais necessitados”*. Procuramos saber também o que a palavra “comunhão” sugere a eles. A maioria respondeu citando termos como: solidariedade, amizade, união. Alguns falaram em “troca de experiências”. Não notamos nas falas dos entrevistados algum tipo de imposição na vivência dos princípios básicos da EdC, e talvez por este motivo, muitos deles exemplificam com vários fatos e momentos nos quais, segundo eles, viveram experiências de comunhão.

“A gente soube que um dos colegas que trabalhou na empresa estava passando por problemas de saúde bem graves. Ele não tinha o dinheiro para fazer os exames e comprar os remédios. Logo nos reunimos pra juntar o que cada um tinha e entregar pra ele poder fazer as coisas. Isso pra mim foi um momento muito bonito de comunhão entre a gente” (Trabalhador).

O mesmo fato foi contado por um dos empresários.

“Quando vi, eles já estavam correndo com uma lista onde cada um podia fazer a doação de quanto pudesse. Fiquei muito comovida porque a gente tenta ter sempre essa preocupação com eles, e agora eles também têm a mesma atenção com um colega que já nem trabalha mais ali” (Empresária).

Relatam também que um dos trabalhadores foi convidado a contar sua experiência na empresa num congresso sobre Economia de Comunhão na Itália.

“Ele não tinha nada, nem mala, nem roupa, nunca tinha pensado em fazer uma viagem dessas. Então cada um foi trazendo uma coisa ou outra, uma ajuda para a viagem. A dona da empresa levou ele pra comprar mala, perguntou se ele queria ir num dentista, se arrumar... Isso também foi muito legal (...) Eu não vou dizer pra você que é tudo sempre mil maravilhas, a gente também passa por muita situação difícil, porque a empresa tem que ir pra frente, mas tem um clima de família.” (Trabalhador)

Esse ambiente de trabalho muitas vezes expressa o aspecto da Economia de Comunhão que se ampara na formação de comunidades de trabalho no âmbito das empresas. Estas possuem a característica de não se fecharem em si próprias, mas sim de ampliarem as experiências realizadas e apreendidas na empresa entre os seus familiares e amigos ou com a comunidade local. Desta forma a rede de bens relacionais se expande não se fixando exclusivamente num espaço físico, mas produzindo e difundindo aspectos relacionados à cultura da partilha em diferentes ambientes e escalas. Nas entrevistas feitas alguns relatos explicitam a relação que o trabalhador estabelece com a empresa e com aqueles que nela trabalham. Alguns estão em empresas de ramos muito específicos, e nestes a empresa EdC encontra-se sozinha para enfrentar a concorrência com grandes multinacionais. Geralmente dessas gigantes surgem convites para que certos trabalhadores muito especializados em uma área deixem a empresa em busca de maiores salários e benefícios mais vantajosos. Numa das entrevistas foi relatado um caso no qual ocorreu um movimento a princípio surpreendente e contrário. Sendo funcionário de uma grande empresa, com alto salário e participação nos lucros o atual empresário da EdC (na época empregado) decidiu pedir demissão do antigo emprego, pois viu que ali onde trabalhava a luta pelo poder não tinha limites e que isso não o agradava. Logo após ter se demitido notou que estava pronto para ingressar na Economia de Comunhão. Reproduzimos parte de sua fala.

“É uma satisfação tão grande que não dá para mensurar. Mas dá para sentir no relacionamento que existe nos funcionários. Você contribui para recuperar a cidadania deles. Depois vê que a pessoa se sente uma cidadã. E isso é transmitido para a família deles. Nosso objetivo não é que ele trabalhe mais para a empresa, renda mais... Não, ele começa a entender que também tem direitos, e isso aumenta sua satisfação e seu envolvimento. É uma consequência que raramente falha. Para mim, trabalhar aqui significa tudo. Não pararia para fazer outra coisa.”

Como dissemos anteriormente, as primeiras empresas do Pólo assumiram grande importância na fundamentação dos aspectos organizacionais daquelas que posteriormente se associaram ao projeto da Economia de Comunhão. Desta forma, apesar da teoria do projeto ter origem em 1991, foi a partir da constituição das empresas que se iniciou a efetiva formação do mosaico composto por seus princípios éticos básicos.

A constante discussão em torno da teoria proporcionou que o projeto fosse divulgado tanto no âmbito acadêmico e em diversas áreas científicas, como no mundo empresarial. Tais discussões têm gerado um número cada vez maior de artigos, documentos e trabalhos acadêmicos que buscam traduzir e entrecruzar a experiência de vida na empresa com os vários estudos desenvolvidos. Deste esforço de junção surgiram os sete aspectos considerados essenciais numa empresa da Economia de Comunhão, já que explicitam seus princípios e valores.

Gráfico 4 - Valores da empresa de Economia de Comunhão



Fonte: Leibholz, 2009.

Como não existe e nem está prevista a criação de uma instituição reguladora das empresas participantes do projeto, e visto que este nasceu com o nome ‘Economia de Comunhão na liberdade’, os princípios acima apresentados norteiam toda cultura empresarial, cabendo ao empresário e àqueles que participam do processo (trabalhadores, clientes, fornecedores etc.), a análise sobre o real comprometimento da empresa com os princípios éticos apontados. Segundo Leibholz (2009) estes princípios:

“(...) funcionam como “pano de Fundo” em todas as ações planejadas para alcançarmos a nossa missão. Eles vão construir uma “identidade” empresarial para as empresas que participam da EdC. E podemos entender que toda a atividade produtiva das empresas ligadas à EdC, devem ser acompanhadas de uma reflexão, que orienta a ação. Essa reflexão é baseada nos sete princípios que geram e orientam um modo de pensar e de agir que cria coesão, integração e, podemos dizer, constrói ‘unidade’ no desenvolvimento da empresa nesta nova experiência.”

Considerando tais valores como “pano de fundo”, ressaltamos um episódio ocorrido logo após o lançamento da Economia de Comunhão que resultou na fundação de uma de suas primeiras empresas. Quatro professoras se perguntaram o que poderiam fazer para atuar concretamente no projeto. Surgiu então a idéia e o desejo de fundar uma escola em moldes diferentes daqueles da época, uma instituição de formação que refletisse os valores da Economia de Comunhão. Desta maneira surgiu a Escola Aurora que iniciou suas atividades em 1992, apenas com a educação infantil. A escola se localiza em Vargem Grande Paulista - São Paulo e é considerada uma empresa do Pólo Spartaco, estando, porém, fora de seu espaço físico.

Se considerarmos a idéia de uma empresa-comunidade ou de comunidades de trabalho como algo que deva envolver todos os agentes participantes do processo, ou seja, empresários e trabalhadores, como se desenvolve uma experiência deste porte numa escola que atualmente atende alunos desde o maternal até o ensino médio?

A partir de entrevista feita com uma de suas diretoras (sócia da escola) houve o entendimento que todo o trabalho que será desenvolvido dependerá de uma parceria autêntica entre responsáveis, alunos e demais atores da escola. A metodologia adotada prevê primeiramente o estabelecimento de um diálogo com os responsáveis que vão matricular seus filhos. Já nesta ocasião são explicitados os valores éticos e normas que sustentam a forma de funcionamento da escola. Após este contato, se os pais mantiverem a decisão de matricular seu filho, assinam um termo no qual se comprometem a estimular a vivência dos valores considerados basilares e essenciais para a instituição. Posteriormente, no início de cada ano letivo todos os alunos participam da formulação de um código de ética que será seguido por todos da escola: diretores, professores, funcionários e alunos. Uma das regras estabelecidas é, por exemplo, a proibição da utilização de celulares e outros aparelhos eletrônicos no espaço da escola. Os pais são conscientes que na necessidade de contatar os filhos poderão fazê-lo telefonando diretamente para a instituição. Quando questionada sobre a adoção deste tipo de medida, a diretora nos fez o seguinte relato.

“A gente entende que enquanto eles estão na escola devem construir relacionamentos aqui, aproveitar o tempo com colegas, professores... criar um clima de comunhão e construir relacionamentos. Vemos que este tipo de medida

não prejudica em nada o desenvolvimento deles, ao contrário, aumenta o comprometimento e crescimento como pessoas”.

Além disso, a escola não tem sinal de entrada e saída ou entre as aulas. São os alunos e professores que controlam o tempo de retorno para a sala sem que seja necessário o auxílio do sinal sonoro. *“Devemos ser responsáveis e estimular a responsabilidade de todos”*, complementa a diretora.



Painel de fotos 3 - Escola Aurora, 2009

A maior norma da escola é, segundo as diretoras, a vivência da chamada “regra de ouro”, que é expressa em várias das grandes religiões através do seguinte preceito: fazer ao outro aquilo que gostaria que fosse feito a mim e não fazer aquilo que não gostaria que fosse feito. Segundo as responsáveis pela Escola, a regra direciona ao bem comum e permite a vivência de situações que em princípio parecem pouco comuns aos adolescentes, em especial. Um dos seus reflexos disso, por exemplo, pode ser observado nos jogos disputados entre os alunos da escola, pois aquele que utilizar linguagem inapropriada (como xingamento ou expressões ofensivas) é retirado do jogo por quinze minutos.

Atualmente a Escola Aurora conta com 206 alunos. Além disso, está implantando um sistema que permite a oferta de cursos de graduação semipresenciais. Estes contam com aproximadamente 46 alunos. No trabalho de pesquisa em campo encontramos com a mãe de dois alunos do ensino fundamental. Uma delas, quando questionada sobre o modo de funcionamento da escola, disse que apesar da mensalidade ser um pouco mais cara, acredita que a formação que seu filho tem recebido tem se mostrado fundamental para sua vida.

Com a Escola Aurora iniciamos um contato mais estreito com as empresas pesquisadas no Pólo Spartaco. Veremos que com o passar do tempo o Pólo passou a abrigar outras empresas que têm como uma de suas funções dinamizar e incrementar o processo produtivo localmente e, posteriormente alargar-se para empresas de outras regiões, oferecendo suporte financeiro, comercial e produtivo quando necessário.

Foi com esse foco que em 1998 foi criada a Uniben, empresa de *factoring*, que tem como principal objetivo oferecer aporte financeiro às empresas, principalmente aquelas coligadas ao projeto da EdC. Além de atuar como *factoring*, ultimamente a empresa ampliou seu portfólio de produtos e passou a trabalhar com a oferta de seguros a pessoas físicas e jurídicas. A Uniben também oferece “consultoria” (sem cobrança adicional) quando seus clientes estão com problemas financeiros e a própria Uniben não pode possuir um serviço adequado às necessidades dos clientes.



Foto 3 - Uniben - Pólo Spartaco, 2009

Segundo Maria Conceição Francischinelli, diretora da Uniben, como uma *factoring* trabalha com o empréstimo de quantias em troca de duplicas e cheques, é necessário que o nível de confiança no cliente seja alto, pois este é o principal indicador capaz de avaliar a real possibilidade de o valor emprestado retornar à empresa. Neste sentido ela destaca a relação com as empresas de Economia de Comunhão como muito produtiva e confiável, pois a análise dos clientes com os quais trabalham também é bastante positiva. Desta forma, segundo Maria Conceição, as empresas da EdC pagam juros mais baixos pelos empréstimos do que a maioria das outras que não são associadas ao projeto, já que a margem de confiança na empresa e nos seus clientes é alta. Atualmente

a Uniben possui aproximadamente 15 empresas como clientes, sendo que 60% delas pertencem ao projeto da EdC.

Um dos pontos que consideramos críticos em relação à empresa é o fato de possuir um regimento interno desconhecido por aqueles que ali trabalham. Quando questionada sobre o fato a diretora da Uniben respondeu que existe um erro no não conhecimento do regimento por parte daqueles que ali trabalham, mas ao mesmo tempo justificou dizendo que “*todos tentam viver a lei do Evangelho*” (os funcionários participam do Movimento dos Focolares), respeitando uns aos outros, perdoando sempre, sem perder de vista o profissionalismo necessário neste ramo.

A ausência ou não conhecimento do regimento interno ou código de ética é bastante comum dentre as empresas pesquisadas. Tal fato ganha importância quando o projeto EdC chega aos dezoito anos e muitas de suas empresas começam a passar pelo processo de sucessão. Acreditamos que a constituição de um documento base (código de conduta, de ética, regimento interno etc.) assume um valor considerável, pois pode ser capaz de auxiliar na reprodução dos princípios do projeto quando a empresa não estiver mais sob responsabilidade do(s) fundador(es).

Quando interpelada sobre o que é uma *economia de comunhão*, a diretora da Uniben citou momentos nos quais identificou um diálogo efetivo entre as pessoas que ali trabalham, ou a abertura ao outro, ao encontro. Considerando as redes que são estabelecidas no pólo Spartaco, notamos que a Uniben se configura como um componente fundamental, pois atua junto a todas as empresas ali existentes, ora desenvolvendo atividade de auxílio financeiro, ora de venda de seguros. O mais importante é que através da prestação de serviços a Uniben fortalece a rede e as relações entre as empresas, pois se vale de princípios e bases que corroboram e fortalecem a vivência de uma cultura diversa. Segundo Maria Conceição, a forma de funcionamento da Uniben gera um comportamento que estimula a vivência da comunhão. Ela própria narra uma situação.

“Visitando uma das empresas do pólo, numa conversa informal, o empresário me disse que um raio tinha caído e danificado a parte elétrica da empresa e que ele teria que fazer um gasto razoável com o conserto. Lembrando que ele tinha seguro, perguntei por que não o havia acionado. Ele disse ter

esquecido. Mesmo tendo passado do período para dar entrada na documentação, corremos atrás de tudo e enviamos para a seguradora que acabou pagando os gastos. Logo depois ocorreu a mesma situação numa outra empresa e aquele empresário que tinha passado pela situação anteriormente foi logo relatar sua experiência para que esta outra empresa não perdesse tempo e acionasse logo o seguro. Eu acho que esta é uma típica experiência de comunhão e de princípios que se reproduzem.”

A história do Pólo Spartaco também é marcada pela presença de uma das empresas pioneiras do projeto da Economia de Comunhão, a Ecoar produtos de limpeza. Criada em 1994 foi logo instalada no pólo industrial. Quem o visitava na época de sua fundação encontrava uma química elaborando os primeiros produtos com grandes baldes na mão e sem infra-estrutura alguma. Passados quinze anos a Ecoar ocupa no pólo uma área de 200 m², possui vinte e oito empregados e trabalha com aproximadamente cinquenta clientes diretos, desde grandes redes de supermercados até estabelecimentos comerciais mais simples.



Foto 4 - Prédio da Ecoar - Pólo Spartaco, 2009



Painel de fotos 4 - Linha de produção da Ecoar - Pólo Spartaco, 2009

Em entrevista realizada com o responsável da linha de produção da empresa notamos de sua parte o reconhecimento da seriedade com a qual mesma lida com clientes, fornecedores e trabalhadores. Segundo ele, há uma preocupação constante com o trabalhador num sentido mais amplo, tanto na empresa, quanto na família ou ainda em outras esferas que a princípio não diriam respeito à vida de trabalho.

“O dono fala com todo mundo e ninguém tem que passar por mim antes de falar com ele. Todo mundo sabe a função de todo mundo, mas isso não impede que a gente vá direto falar com o dono da empresa, ou que alguém venha falar com o gerente de produção. Por isso que a gente diz que é uma família.”

O relato destaca novamente a visão de uma hierarquia menos rígida e, ao mesmo tempo, o aspecto isonômico que sobrevêm na empresa. Apesar de sua organização se constituir partindo de uma hierarquia vertical, os depoimentos ali recolhidos explicitam certa naturalidade nas relações entre todos dentro da empresa.

A Ecoar possui uma história peculiar que vai se cruzar com a da AVN Embalagens Plásticas, também localizada no Pólo. A empresária que fundou a Ecoar tinha experiência na área de negócios e representações, não tendo trabalhado até a criação da empresa na esfera produtiva. Entendeu que possuir uma empresa na época do lançamento do projeto era oferecer sua contribuição pessoal à Economia de Comunhão. Passados alguns anos a Ecoar desenvolvia os produtos de limpeza e a AVN fornecia as embalagens. Após alguns anos de existência a Ecoar passou por dificuldades financeiras e sua dona entendeu que, apesar do esforço empreendido, seu ramo não era exatamente aquele. Seria mais útil ao projeto permanecendo como representante das empresas, intervindo em negociações. Desta forma a Ecoar foi oferecida aos donos da AVN que, apesar de terem consciência de todas as dificuldades presentes e futuras, assumiram a administração da empresa.

A pessoa que assumiu a diretoria da Ecoar não tinha experiência alguma na administração de empresas. Ela conta que teve que ler muito, fazer vários cursos e, principalmente, participar da vida da empresa, no chão de fábrica. Deixou claro ter aceitado o desafio de gerir a empresa por acreditar na Economia de Comunhão. Dentre os momentos vivenciados nestes anos ela nos relata um episódio no qual tinha que

negociar o preço de determinada matéria-prima que seria comprada de uma multinacional. Ao invés de ir à reunião apenas confrontar diferentes pontos de vista, contou que tentou escutar o executivo sem a expectativa de receber qualquer tipo de benefício em troca. Em seguida, colocou de igual modo as necessidades e possibilidades da Ecoar e foi embora esperando que talvez o negócio não pudesse ser finalizado. No entanto, no dia seguinte descobriu que a empresa tinha recebido um desconto de 10% sobre o valor apresentado antes pela multinacional para a compra do produto.

“E o que eu tinha feito para conseguir aquilo? Motivada pelo meu ideal cristão de amor ao próximo, tinha escutado o fornecedor, procurando estabelecer uma empatia com ele. Procurei entender a situação do ponto de vista dele e, só então, expus minha situação com franqueza e sem agressividade. Disse o que podia fazer e o que não podia. Mas, no fundo, sabia que, com a minha postura, estava passando para aquele executivo a idéia de fraternidade” (Empresária).

Com a mesma postura a AVN Embalagens Plásticas é gerida. Em 1999, por ocasião do Congresso do Bureau Internacional de Economia e Trabalho ocorrido em Vargem Grande Paulista, a empresa é fundada. Após ter escutado Ginetta Calliari falando sobre a importância de pessoas capazes de difundir o projeto da Economia de Comunhão até as últimas consequências, o empresário responsável pela Ecoar, que na época possuía recursos econômicos e também competência no ramo, sentiu que era “chamado” a responder àquela proposta *“Me faltava apenas um estímulo, e isso Ginetta me deu”*.

Inicialmente a AVN funcionou no galpão da Ecoar. Desde sua origem a empresa desenvolve, transforma e comercializa embalagens de polietileno e polipropileno de alta e baixa densidade, produzidas por processo de sopro. Possui vinte trabalhadores e produz aproximadamente quatrocentos mil recipientes por mês. Juntos com os fornecedores de matéria-prima buscam desenvolver uma linha de produtos recicláveis.

As atividades da empresa foram iniciadas com entusiasmo, empenho e boas perspectivas, mas pouco tempo depois um cliente muito importante da empresa faliu, deixando uma grande dívida. *“Foram momentos de dúvida, incerteza e de desânimo, mas o projeto da EdC não é nosso, é obra de Deus, e ele possui seus caminhos, seus métodos e também suas soluções”*. Quando parecia não haver saída possível para a AVN surge um pedido inesperado para produção,; logo depois a empresa tem acesso a

um novo fornecedor que oferece a matéria-prima com preço mais em conta; surgem novas idéias para aumentar a produção; a empresa conquista outros novos clientes; e pessoas envolvidas no projeto da Economia de Comunhão disponibilizam empréstimos. Segundo o empresário da AVN, o que aconteceu foi “*uma experiência de comunhão e de autêntica solidariedade entre as empresas do Pólo Spartaco e com a Espri*”. Depois desta experiência que envolveu acionistas e trabalhadores, a AVN está retomando as forças com nova maturidade, com a perspectiva de novos produtos e com a possibilidade de ampliar o próprio mercado.

Atualmente a empresa possui um galpão próprio no pólo com 825,52 m² e tem aproximadamente 60% de sua produção direcionada para a Ecoar.

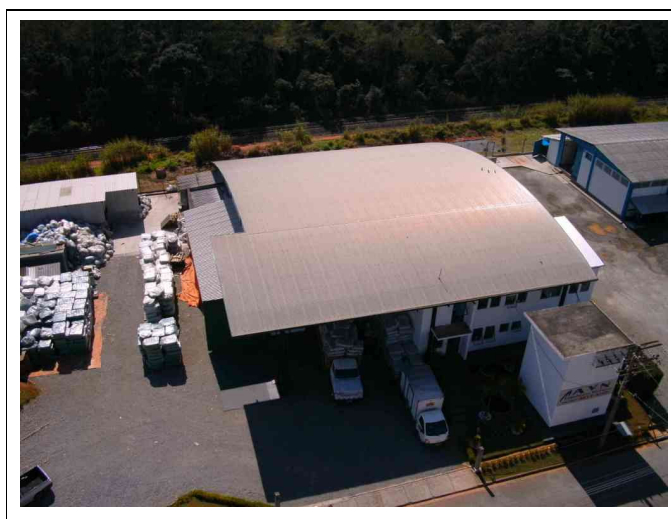


Foto5 - Pátio da AVN – Pólo Spartaco, 2009



Foto 6 – Produtos AVN

A Rotogine – KNE e EKN Indústria e Comércio LTDA surgiu em 1995 e se instalou imediatamente no pólo Spartaco. Sua história se confunde com a de seu fundador, François Neveux, engenheiro francês muito bem sucedido, que assumiu a empresa na qual trabalhava na década de 1960 com o objetivo de criar riquezas para os outros. Tendo o controle da empresa, François implantou várias mudanças e, naquele período, conseguiu estabelecer ali uma atmosfera única. Hermi Tavares, engenheira que desenvolveu seu trabalho de final de curso no mestrado profissionalizante sobre a vida de François Neveux conta: *“Nenhum problema sindical, nenhuma greve; os problemas eram resolvidos mediante o diálogo e a confiança. François se interessou em valorizar cada funcionário e pagava cerca de trinta por cento a mais do salário praticado no mercado”*. Após se lançar no mercado de equipamentos de saneamento em plástico a carreira de François decola e ele é convidado a participar como pesquisador *expert* da Comissão de Normas Européias.

Logo após o lançamento da Economia de Comunhão o empresário toma conhecimento do projeto e escreve uma carta a Chiara Lubich na qual diz que *“nós é que somos lentos, Deus nos espera impacientemente”*. Assim, já aposentado, François Neveux instala sua indústria no Brasil, na época Rotogine, e durante dez anos passa a vir ao País três ou quatro vezes ao ano para repassar aos empregados e demais empresários interessados a tecnologia desenvolvida e seus processos. Inicialmente a empresa produz artefatos de lazer, tais como brinquedos e caiaques em polietileno. Em seguida desenvolve também uma linha de caixas d’água também em polietileno, porém na época este ramo não sobreviveu devido a grande concorrência encontrada no mercado. Com este cenário, François entende que a Rotogine deveria sofrer uma reformulação para que fosse possível sua sobrevivência. Não possuindo o capital suficiente pede auxílio a outros empresários participantes do projeto EdC. Duas empresas colaboraram então para que a indústria se reestruturasse e ampliasse o foco de sua produção.

Atualmente a Rotogine continua atuando na fabricação de materiais em polietileno, porém com uma linha de produtos voltada para a área da construção civil: armazenamento e transporte de líquidos e produção de estação de tratamento de esgoto doméstico; além disso, mantém a produção de caiaques, playgrounds infantis, lixeiras, acetos para estádio etc. A empresa possui vinte e dois empregados, trabalha com

aproximadamente cem fornecedores e realizou até o presente oito mil instalações de esgotamento sanitário em todo Brasil.



Painel de fotos 5 – Rotogine - Pólo Spartaco, 2009



Painel de fotos 6 – Produtos Rotogine

Nessa empresa também tivemos contato com um funcionário que recusou uma proposta de trabalho numa multinacional. Tal proposta incluía um salário maior e bastante atraente. Ele resolveu ficar na Rotogine, apesar de trabalhar na área de comercialização, por acreditar numa carreira promissora na empresa e nos relacionamentos ali construídos.

“ O que a gente tenta fazer aqui é estabelecer uma relação de respeito, de abertura ao outro, desde os funcionários até os fornecedores, clientes e principalmente concorrentes. Além disso, sempre buscamos parcerias para o desenvolvimento de produtos novos. Agora mesmo acabamos de desenvolver e instalar um produto novo na área de esgotamento sanitário. Foi uma grande experiência e a Rotogine é desbravadora neste tipo de produção”. (Trabalhador)

Por fim chegamos ao grupo Prodiet, iniciado em Curitiba no ano de 1990, com a Prodiet Farmacêutica, empresa que trabalha com a distribuição de produtos enterais (dietas e medicamentos) que são vendidos diretamente a hospitais e órgãos públicos. A Prodiet atua nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com uma carteira de

mais de três mil e quinhentos clientes. Atualmente a empresa possui aproximadamente vinte fornecedores, dentre os quais constam grandes laboratórios. Nos estados de São Paulo, Minas Gerais e regiões nordeste e norte a atuação é focada no setor público, motivo pelo qual a empresa conta com um departamento de licitação (PRODIET, 2009).

O fundador e hoje principal diretor da empresa iniciou o trabalho tendo como foco central os relacionamentos que havia estabelecido anteriormente na função de representante, como empregado de outra empresa. Estes relacionamentos vêm à tona em seu discurso quando fala sobre a empresa-comunidade. Um exemplo citado por ele é o de um ex-funcionário que descobriu que estava com AIDS. Sua mãe foi até a empresa pedir ajuda e ali auxiliaram em suas necessidades e posteriormente nas inúmeras cirurgias. Depois de noventa dias de recuperação, o funcionário foi recontratado pela Prodiel. *“Ele reencontrou a família dele, ou seja, reencontrou os amigos da empresa”*. (BENITES, 2009)

Os relacionamentos foram, portanto os grandes responsáveis pelo início da Prodiel que ingressou num ramo de comercialização no qual é comum a presença de empresas multinacionais. Apesar de a concorrência ser grande, a empresa conseguiu avançar no mercado de forma inesperada e em 2006 tinha deixado o número de treze para passar ao de cento e oitenta trabalhadores; alcançando um faturamento de trinta e oito milhões de dólares, desenvolvimento que, segundo o diretor, foi baseado sobre uma forte ética empresarial e sobre a importância social da empresa que é vista como geradora de ocasiões de evangelização, de participação e florescimento humano dos trabalhadores. Tamanho crescimento repercutiu sobre a criação de uma nova linha de produtos da empresa, a de nutrição clínica. Neste ínterim surge a Prodiel Nutrição Clínica, empresa que tem uma de suas filiais no Pólo Spartaco, São Paulo. A inauguração desta filial ocorreu em 1999, quando foi verificada a necessidade de expansão da empresa na América Latina e, além disso, a importância de oferecer maior visibilidade ao Pólo e à Economia de Comunhão, com a presença da empresa, na época ainda Prodiel Farmacêutica.



Foto 7 - Fachada da Prodiet Nutrição - Pólo Spartaco, 2009



Painel de fotos 7 – Produtos Prodiet Nutrição

O crescimento do grupo Prodiet superou muitas expectativas e não são poucos os pesquisadores que desenvolvem trabalhos acadêmicos relacionando seu histórico e desenvolvimento aos princípios estabelecidos pela Economia de Comunhão. Um deles, professor da PUC-RJ, teve a curiosidade de conhecer pessoalmente o dono da empresa e a família, e tendo conhecimento de seu progresso empresarial ficou surpreso com a sua simplicidade, chamando-lhe atenção principalmente o modelo modesto do carro do empresário.

“Quando questionei a ele a respeito – afinal, a empresa é de porte médio, e fatura bem – me disse que preferia ter um carro daqueles, mas saber que ajudava pessoas necessitados, do que não conseguir dormir à noite, com peso na consciência, por não ter feito a sua parte para melhorar o mundo”.
(BENITES, 2009, p. 116)

Possuindo quase vinte anos de história no mercado a empresa adquiriu um leque considerável de clientes e fornecedores, além de uma vasta experiência no mercado de nutrição enteral. Atualmente a Prodiet Nutrição Clínica é responsável pela produção e também pela distribuição de alimentação enteral. Nos dois ramos nos quais o grupo Prodiet atua (farmacêutico e nutrição clínica) o mercado é exigente e competitivo, o que

levou seu diretor a envolver os filhos que desejassem e tivessem competência para a atividade no ramo empresarial. Desta forma a empresa assumiu um cunho familiar, sendo o filho um dos responsáveis pela Prodiet Nutrição. Ele nos conta que aproximadamente 80% do mercado da nutrição clínica no Brasil pertencem a duas grandes multinacionais de alimentos - Nestlé e Danone - que têm como objetivo central fornecer alimentos para todas as fases da vida humana, desde o recém-nascido até o paciente terminal. Ao mesmo tempo, este mesmo mercado tem apresentado um crescimento de aproximadamente 25% a 30% ao ano no País, e tal desenvolvimento não tem sido acompanhado pela entrada de novas empresas. Conseqüentemente, ao mesmo tempo em que a Prodiet possui uma pequena fatia de um mercado tão concorrido, também é considerada uma empresa de ponta, pois trabalha no desenvolvimento de produtos que são normalmente submetidos a uma análise rigorosa por parte de órgãos públicos para só depois serem liberados para o processo de licitação.

Ultimamente a Prodiet Nutrição tem buscado parcerias com empresas de outros países para distribuição de seus produtos e possíveis compartilhamentos ou compra de novas tecnologias. Bangladesh, Holanda, México, Espanha, Angola, Taiwan e Paraguai são os países parceiros da empresa. Com este último ocorreu um fato interessante. O responsável pela Prodiet Nutrição explicou que a comercialização e aceitação de um produto deste gênero em outro país é um processo moroso, pois demanda uma série de exigências. Há aproximadamente um ano a Prodiet recebeu a ligação de uma empresa paraguaia que trabalha com produtos parenterais - produtos alimentares administrados somente por veia, desenvolvidos para pessoas que não podem utilizar o aparelho digestivo -, questionando se a empresa teria interesse em comercializar seus produtos no Paraguai. A partir deste contato o responsável pela empresa brasileira começou um processo que envolveu inclusive a análise de mais duas outras empresas paraguaias do mesmo ramo. Após este processo de seleção a Prodiet optou pela empresa com a qual tinha efetuado contato inicialmente.

“Após oito meses de negociação, recebemos em Curitiba a dona da empresa e sua advogada para fecharmos todos os detalhes. Foram dois dias de reunião nos quais só falamos de negócios, mercado, linha de produtos... Num momento de folga fomos de carro conhecer as instalações da Prodiet Farmacêutica e também meu pai, o responsável pelo grupo. Numa conversa informal ali no carro a empresária comentou que sua empresa também participava do projeto de Economia de Comunhão. Eu fiquei impressionado, até

assustado. Num primeiro momento não entendi nada. Ela podia ter dito, afinal nos falamos há um ano, mas nunca falou nada. Daí perguntei o porquê disso. Ela me respondeu que se ela tivesse dito alguma coisa o julgamento sobre sua empresa poderia não ter sido imparcial e que acredita que as empresa EdC devem concorrer de igual para igual com todas as outras. Me disse que não achava justo que dissesse isto antes que o processo de negociação fosse finalizado. E nós chegamos a conclusão de que essa era a melhor empresa para nos representar.” (Empresário)

Atualmente a empresa possui uma rede de vendedores espalhada por todo o País, além de contar com os contatos já citados anteriormente. Uma parceria considerada importante para a empresa foi estabelecida com a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. É importante ressaltar também que uma das conseqüências dos contatos estabelecidos com outros países foi o investimento feito na criação de novas embalagens para os produtos da Prodiet Nutrição, de modo que as mesmas facilitassem mais a manipulação dos alimentos sem que houvesse prejuízo de sua qualidade. Estas embalagens estarão no mercado ainda este ano e não são produzidas ou comercializadas por outras empresas do ramo no Brasil.

O grupo Prodiet é um dos casos de empresas de Economia de Comunhão que ganham realce com seu contínuo processo de expansão. Atualmente o grupo possui filiais em Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, São Paulo (Pólo Spartaco e Rodovia Raposo Tavares) e Recife. A ampliação do número de empresas não parece ser, a princípio, um problema na manutenção dos princípios da Economia de Comunhão. Um dos filhos que assumiu parte da empresa conta que se o pai aderiu a estes princípios ainda no início do projeto, ele sente pessoalmente o desejo de dar continuidade ao processo e tem grande expectativa em relação aos futuros rumos da empresa e de uma integração mais eficaz entre as empresas que fazem parte do projeto. *“Não consigo me enxergar trabalhando por trabalhar, só pra gerar lucro ou me satisfazer pessoalmente. Acho que preciso fazer mais do que isso”.*

Após quase vinte anos no mercado, outra ilustração trazida à luz com a expansão da Prodiet é a organização do processo de sucessão que deve ocorrer com o sócio majoritário ainda em vida. Este tema tem sido um dos pontos de tensão nas empresas de Economia de Comunhão, já que muitas desenvolvem suas atividades sob o comando do fundador, mas que em determinado momento deverá passar aos herdeiros ou

profissionais mais jovens a responsabilidade de gerir a empresa. No grupo Prodiet este processo tem se desenvolvido de forma natural, sem grandes choques ou mudanças, mas em outras grandes empresas do projeto alguns sucessores não manifestaram o desejo de dar continuidade à escolha feita pelos fundadores.

“Eu não sou sócio majoritário. Nós somos cinco filhos, mas por enquanto só eu me interessei em trabalhar e assumir a empresa. No entanto, nada é decidido sem o meu pai, que é o sócio majoritário. Meus irmãos têm os mesmos direitos que eu e tudo tem corrido bem, mas noto que em outras empresas este é um tema meio controverso... Daria para fazer algumas teses sobre o assunto”. (Empresário- Prodiet)

As empresas EdC que iniciaram o projeto são pioneiras no enfrentamento de grandes dificuldades e sucessos, além de serem naturalmente geradoras de um amplo debate que envolve várias frentes conceituais, tais como capitalismo, economia solidária, economia civil, comunidades de trabalho etc.

Com este capítulo buscamos explicitar a importância do Pólo Spartaco como gerador de modelos para outras experiências do projeto EdC desenvolvidas no mundo. Além disso, tentamos ilustrar a rede estabelecida entre as empresas e demais agentes do Pólo e a organização e configuração de cada uma delas, de modo a mostrar que o tom das entrevistas e depoimentos recolhidos corroboram a existência da vivência de uma cultura que prima pelo homem. É importante ressaltar que outras empresas além daquelas do Pólo Spartaco foram visitadas com o objetivo de ratificar ou desmistificar impressões e enganos elaborados durante as muitas leituras, diálogos, entrevistas etc.

Infelizmente não foi possível ampliar o trabalho de campo para além do pólo e das participações nos Congressos de Economia de Comunhão em âmbito nacional e internacional. Aqui ratificamos nossa pretensão de abrir caminhos para um futuro diálogo sobre o desenvolvimento de novas pesquisas na área, de modo que seja possível aproximar mais o discurso acadêmico das vivências do chão de empresa, lugar do qual nascem experiências que explicitam de forma mais clara as principais características do projeto.

Considerações finais

*“... É necessário – os tempos exigem –
Uma distribuição mais igualitária dos bens.
Mas os bens não se movem sozinhos
Se não se movem os corações.”*

(Chiara Lubich)

O tema ‘Economia de Comunhão’, desde sua origem, cresce e é alimentado pelas discussões que surgem ao seu redor. A expressão (economia de comunhão) em si mesma propõe inicialmente uma antítese, pois talvez pareça ser complexo unir palavras que hoje possuem significados tão diferentes. No entanto, observamos que o projeto da EdC vem se desenvolvendo de maneira contínua e buscando manter como foco exatamente os dois princípios citados anteriormente. Há um crescimento considerável do número de empresas que aderiram ao projeto em todo o mundo e também dos pólos produtivos; observamos, ainda, o aumento do valor monetário distribuído entre as pessoas necessitadas, e – fato mais relevante – torna-se mais visível a expansão de uma cultura, uma identidade que tem extrapolado as fronteiras nacionais.

O objetivo que pretendemos alcançar com a feitura desta tese será considerado alcançado se, ao seu término, pudermos demonstrar que existe um amadurecimento visível do projeto em seu todo e identificar, tanto através dos vários autores e suas correntes teóricas quanto de suas características empíricas, a possibilidade de existência, sobrevivência e reprodução da Economia de Comunhão em meio ao mundo contemporâneo que assume características típicas do contínuo alargamento do sistema capitalista atual e do profundo processo de secularização pelo qual passa. Consideramos que o surgimento e manutenção de projetos como o da EdC denota o descontentamento referente à ausência de relação entre a economia e a vida dos homens, que se traduz na impossibilidade de relação entre a economia e a ética, ou ainda entre economia e solidariedade ou fraternidade. Este cisma entre categorias nos encaminha à reflexão sobre a distância assumida entre a esfera da vida dos homens e as ferramentas utilizadas em sua administração. Estas que deveriam ser consideradas apenas como recursos auxiliares à vida humana acabaram por conquistar uma autonomia e importância que condenaram o homem à vivência de uma vida a elas subjugada. Este cenário se deu

mais exatamente com a autonomia da economia que deixou de se caracterizar como uma forma de organização da vida humana para se transformar na norma máxima desta organização e por fim regra última na definição da vida. Deste modo, ela ascendeu como categoria definidora de valores e com o tempo instituiu as regras para a construção e estabelecimento de relacionamentos no seu lugar de excelência, o mercado. *“Per questa ragione quando con gli utili donati dalle imprese EdC si cerca di aiutare una persona povera, il primo aiuto è l’offerta gratuita di un rapporto nuovo.* (BRUNI, 2009)¹³

Há um empobrecimento da discussão sobre a vida humana quando o sistema capitalista estabelece que o grande regulador e orquestrador desta vida é a economia, ou seja, o discurso ideológico produzido por ela. Neste sentido, as demais ciências, principalmente as humanas, produzem um discurso ou uma teoria que em geral propõem críticas diretas à ciência econômica dura, mas o resultado de tais críticas quase sempre é ineficaz para a apresentação de um modelo que possa ser confrontado por aquele produzido pelo capitalismo.

“Para tudo isso, também contribuiu a perda de influência da filosofia na formulação das ciências sociais, cuja interdisciplinaridade acaba por buscar inspiração na economia. Daí o empobrecimento das ciências humanas e a conseqüente dificuldade para interpretar o que vai pelo mundo, já que a ciência econômica se torna, cada vez mais, uma disciplina da administração das coisas ao serviço de um sistema ideológico.” (SANTOS, 2000, p. 47)

O estabelecimento de relacionamentos, o entendimento da existência do outro propõe a necessidade de uma nova ética que balize a vida da sociedade contemporânea, uma ética que prime pela responsabilização em relação ao outro, não só ao outro que está diante de mim no presente, mas também àquele que chegará com o futuro. Aganbem (2005) propõem um redirecionamento no pensar a economia e a significação da mesma para o mundo contemporâneo. Ele sugere o conceito de “oikonomia”- originado da teologia cristã e que por sua vez deu origem à teologia econômica - que de maneira simplória significa uma nova forma de fazer economia e administrar a vida divina e humana dos homens. O conceito vem da Grécia Antiga e a teologia cristã o toma como empréstimo para dar novo significado à economia atual.

¹³“ Por esta razão, quando com os lucros doados pelas empresas se procura ajudar uma pessoa pobre, a primeira ajuda é a oferta gratuita de um relacionamento novo.”

“Digamos que o domínio atual da economia já tinha seu paradigma na oikonomia. É verdade que, no passado, reino e governo sempre estiveram entrelaçados e que a história não é senão tal cruzamento. Mas, do ponto de vista teológico, o que dominava desde o início era o paradigma do governo, da economia da vida divina”. (AGANBEM, 2005, p. 10)

Oikonomia, que para os gregos se relacionava à organização e administração da economia da casa – *oikos*. Mas, segundo Aganbem, a casa grega era um organismo complexo, no qual se entrelaçavam relações heterogêneas. Seguindo o desenvolvimento do conceito de *oikonomia*, alguns dos primeiros cristãos, como Orígenes e Clemente, o aproximam do conceito de *pronóia*, ou seja, providência. Desta forma, o sentido da *oikonomia* se apresentaria de forma completa, indicando que a providência divina, ou seja, a mão de Deus deveria guiar a história dos homens, da casa dos homens. A visão que se tem da economia, portanto, não deveria ficar reduzida ao que ela é nos dias atuais: uma ciência que submissa a uma ideologia, define de forma estanque e isolada as relações do mundo contemporâneo.

Neste sentido adquire grande valia o resgate da discussão e reflexão sobre conceitos como fraternidade, gratuidade, reciprocidade... Conceitos estes que perpassam várias áreas e ciências, assumindo diferentes dimensões, podendo criar formas e mecanismos capazes de restabelecer uma nova ordem na vida dos homens do mundo contemporâneo que não seja baseada unicamente no cânone da economia capitalista. Por acreditarmos no resgate e na eficácia de tais conceitos, consideramos ser justo rever a avaliação e julgamento que fazemos do processo de secularização pelo qual o mundo passa, acreditando que se é importante existir uma separação clara entre o discurso religioso e o discurso secular; é igualmente importante enxergar as novas formas de manifestação de diversos fenômenos que vão na contramão do discurso hegemônico que tem se apropriado da sociedade hodierna. O objeto de estudo do presente trabalho, a Economia de Comunhão, pode ser considerado um destes fenômenos, mas há ocorrência de outros que foram construídos com bases semelhantes às suas. Por isso, é de grande importância o monitoramento e a demarcação de tais fenômenos, geralmente denominados como iniciativas da economia social, ou economia solidária, que ocorrem atualmente em todo o mundo.

No caso específico deste trabalho, assume grande importância o esforço de “geografar” a expansão das empresas, pólos e variadas atividades da Economia de Comunhão no Brasil e no mundo. Tal trabalho tem origem na tentativa de esboçar o contínuo adensamento da comercialização de seus produtos e serviços, a troca de tecnologias feita entre as empresas participantes do projeto, o fluxo contínuo dos valores monetários enviados para as pessoas mais necessitadas das várias comunidades do Movimento dos Focolares em todo mundo. A visualização desta rede e a expansão de uma cultura, de uma ideologia capaz de extrapolar as fronteiras nacionais denotam a existência das chamadas “contra-racionalidades” (SANTOS, 2000) que se caracterizam como formas, iniciativas que não obedecem necessariamente ao pensamento hegemônico mundial, mas são capazes de oferecer novas formas de funcionamento da economia e de vários aspectos da vida dos homens. Milton Santos indica que as “contra-racionalidades” ou “irracionalidades” estão relacionadas aos fenômenos que ocorrem nas horizontalidades, ou seja, na estrutura reticular que a princípio se relaciona ao território local, ao lugar do homem. Mas simultaneamente ele esclarece que existem as verticalidades, ideologias hegemônicas estabelecidas de cima para baixo, que buscam definir a vida dos homens sem preocupar-se com características próprias, tipicamente locais. Estas verticalidades podem por vezes sufocar possíveis manifestações quando buscam submeter a si toda dinâmica a ser estabelecida. Há, portanto, uma tentativa clara de sobreposição do global em relação ao local, uma completa despreocupação em relação à possibilidade de estabelecimento de iniciativas variadas e inovadoras no tecido social. Porém, o espaço das horizontalidades não obedece de maneira integral ao pensamento hegemônico estabelecido verticalmente, e desta forma nos deparamos com um espaço esquizofrênico. (SANTOS, 2000)

“Globais, os lugares ganham um quinhão (maior ou menor) da ‘racionalidade’ do ‘mundo’. Mas esta se propaga de modo heterogêneo, isto é, deixando coexistirem outras racionalidades, isto é, contra-racionalidades, a que, equivocadamente e do ponto de vista da racionalidade comum dominante, se chama ‘irracionalidades’. Mas a conformidade com a Razão Hegemônica é limitada, enquanto a produção plural de ‘irracionalidades’ é ilimitada. É somente a partir de tais irracionalidades que é possível a ampliação da consciência.” (SANTOS, 2000, pp.114-115)

A existência de um espaço esquizofrênico não deve, a princípio, ser considerada positiva, mas nos impele à reflexão sobre a possibilidade do surgimento de iniciativas

locais muitas vezes ligadas ao agrupamento de pessoas destituídas de bens considerados necessários à vida, marginalizadas dos espaços de solidariedade e fraternidade. É exatamente por este motivo que uma das preocupações da EdC é permitir o acesso das pessoas não só aos bens “necessários”, mas também encaminhá-las à vivência da fraternidade.

Uma das críticas ao projeto aqui estudado se refere à sua relação com as estruturas pertencentes à Igreja Católica Romana e aos seus princípios que são configurados como cristãos. Este fato pode ocasionar certa parcialidade e/ou a aceitação de determinadas realidades, categorias ou conceitos que inicialmente não se encaixam na visão racionalista e crítica do mundo contemporâneo. No entanto, para além das dúvidas e questionamentos que tenhamos temos o dever de valorizar e estimular todo esforço que busca repensar a condição humana e resgatar valores éticos que permitam a sobrevivência e o acesso de todos os homens ao que é considerado necessário à vida, como, por exemplo, o comer, o vestir, o morar etc.. Mas não apenas isso. É igualmente importante ao homem experienciar, vivenciar cenários nos quais solidariedade, gratuidade e dom se configurem como ferramentas promotoras da vida, categorias reais na vida cotidiana.

Criar e disseminar cenários que valorizem as categorias anteriormente citadas significa num primeiro momento e no âmbito da Economia de Comunhão incrementar as comunidades de trabalho existentes nas empresas e também aquelas que se criam ao redor das pessoas auxiliadas através dos projetos desenvolvidos e da ajuda monetária direcionada aos mais necessitados. E em se tratando de comunidades de trabalho, retomamos a reflexão desenvolvida por Luigino Bruni (2009) sobre a criação da comunidade agápica, que é para ele o lugar de ambivalência, de vida e de morte. *“La storia umana è anche un grande tentativo di spezzare questo legame, tentando ‘benedizioni’ senza ‘ferita’; ma solo quando si è capaci di tenere assieme questa ambivalenza, la vita individuale e collettiva fiorisce veramente.”*¹⁴

¹⁴ “A história humana é também uma grande tentativa de romper este vínculo que busca ‘benção’ sem ‘ferida’; porém, só quando se é capaz de manter esta ambivalência, a vida individual e coletiva floresce verdadeiramente.”

Amor agápico ou comunidade agápica podem significar também o lugar da gratuidade, do dom e, *“por sua natureza, o dom ultrapassa o mérito; a sua regra é a excedência. Aquele precede-nos, na nossa própria alma, como sinal da presença de Deus em nós e das suas expectativas a nosso respeito.”* (Bento XVI, p. 59, n. 34). É a excedência despretensiosa, a coragem do risco de colocar-se ao lado do outro se tornando assim vulnerável à sua presença e ação que geram as comunidades nas quais a palavra comunhão ganha destaque incontestável.

A observação do projeto após dezoito anos de lançamento nos leva a acreditar na importância de estimular trabalhos acadêmicos e técnicos na área de modo que estes possam divulgar mais amplamente os conceitos basilares da Economia de Comunhão, intensificando sua reflexão e discutindo sobre suas perspectivas. Atualmente os pesquisadores e empresários envolvidos têm redobrado o esforço de apresentar e explicitar através de documentos e artigos os princípios básicos do projeto, além de criarem instituições e canais nos quais a EdC seja discutida e questionada. Nesse sentido, multiplicam-se pelo mundo as comissões da Economia de Comunhão que buscam se reunir com certa periodicidade em suas regiões e traçar metas a serem cumpridas a curto e longo prazo.

Outro fato que ilustra a tentativa de alargar a discussão acadêmica do projeto se coaduna com a criação, em 2005, do Centro Filadélfia, responsável no Brasil pela intermediação entre os vários pesquisadores da Economia de Comunhão, a secretaria central em Roma e as comissões espalhadas pelo mundo. O papel do Centro Filadélfia é, antes de tudo, propiciar e estimular a geração de informações e dados indispensáveis ao desenvolvimento dos estudos realizados. Atualmente, há um investimento por parte deste centro no lançamento da REDEC – Revista Eletrônica de Economia de Comunhão – que reunirá artigos e trabalhos de pesquisadores e professores do Brasil e do mundo. O lançamento do primeiro número da revista está previsto para o início de 2010.

Para finalizar, consideramos que o tempo dedicado ao trabalho proporcionou a visualização de seus aspectos inovadores, mas também de seus pontos deficientes. Qualquer esforço do homem direcionado ao verdadeiro bem, à promoção da vida justa, é apaixonante e capaz de mover conceitos e crenças. Talvez por este motivo o trabalho expresse em muitas de suas passagens idéias e reflexões consideradas menos racionais,

ou até mesmo pouco críticas. Não pudemos nos esquivar deste risco, assim como não podemos fugir de suas possíveis consequências. Porém, também foi autêntico o desejo de entender e enxergar incoerências e erros que num grau extremo podem comprometer o avanço do projeto em todo o mundo e enfraquecer ou impossibilitar a concretização da cultura da partilha gerada através dele e a existência das comunidades de trabalho

A Economia de Comunhão possui como característica específica: o fato de se introduzir em variados tipos de empresa de diferentes locais do mundo, levando consigo os mesmos princípios, o seu mesmo *modus operandi*, o que nos leva a crer que há uma permeabilidade típica do projeto, e que sua absorção possa ocorrer em âmbitos diversos. Esta certeza nos permite acreditar que este é, portanto, um fenômeno acessível a todos.

Gostaríamos de ter tratado de tantos outros aspectos, realizado muitos mais trabalhos de campo, escutado um maior número de pessoas... Enfim, gostaríamos ter podido aprofundar mais o tema já que ele pode ser estudado a partir de outros ângulos. Porém, agora deixo que este esforço seja realizado num futuro próximo, numa outra oportunidade. Considerando que a experiência feita pelos empresários, trabalhadores, fornecedores, clientes e tantas outras pessoas envolvidas direta ou indiretamente na Economia de Comunhão será tanto mais aprofundada quanto maior for a radicalidade aos seus princípios, acreditamos que muito ainda será escrito e pesquisado sobre o tema. O novo e o verdadeiro sempre são descobertos, observados posteriormente questionados. Este é o movimento natural da vida e dos homens e é isto que faz com que não desistamos de ser sensíveis e de acreditarmos no que não é tão lógico, tão certo, tão racionalmente calculável. Simone Weil traduz o desejo exposto com a seguinte frase:

“Embrutecidos que estamos hoje, e, desde há vários séculos, pelo orgulho da técnica, esquecemos que existe uma ordem divina do universo. Ignoramos que o trabalho, a arte, a ciência são apenas diferentes maneiras de entrar em contato com ela. Se a humilhação da desgraça nos acordasse, se reencontrássemos essa grande verdade, poderíamos apagar o que é o escândalo do pensamento moderno, a hostilidade entre a religião e a ciência.” (WEIL, 1979, p. 398)

Acreditamos que a Economia de Comunhão faz parte da proposta de um caminho de diluição de hostilidades exacerbadas, principalmente entre experiências religiosas e

científicas, tornando-se assim uma ferramenta capaz de promover o encontro real e efetivo com e entre as pessoas.

Bibliografia

AYTER, R. M. C., 1997, *Conceituação da Ética – A ética de Jesus*. Cadernos da Escola Social, São Paulo.

ARENDT, H., 1993, *A condição humana*. 6 ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

ARENDT, H., 2009, *A vida do espírito*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ARISTÓTELES, 1984, *Ética a Nicômaco*. São Paulo, Victor Civita Editor.

BAGGIO., A., BRUNI, L., CODA, P., 2009, *La crisi economica apello a una nuova responsabilità*. Roma, Itália, Città Nuova Editrice.

BARAÚNA, M.(org.), 2000, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho*. São Paulo, Editora Cidade Nova.

BENITES, M. R., 2009, *Pessoas que fazem a Economia de Comunhão*. São Paulo, Editora Cidade Nova.

BENTO XVI, 2009, *Caritas in veritate – Carta Encíclica* . São Paulo, Paulinas.

BÍBLIA SAGRADA, 2000, Edição Pastoral. 38º Edição, São Paulo, Paulus.

BOSI, E., 1979, *A condição operária e outros estudos sobre a opressão – Simone Weil*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

BOURDIEU, P., 2005, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva.

_____, 2006, *O poder simbólico*. São Paulo, Bertrand Brasil.

BRUNI, L., 2003, Abba Revista de Cultura -Volume VI - nº 3 ED. São Paulo, Revista Cidade Nova, pp 59-70.

BRUNI, L., CRIVELLI, L.(org.), 2005, *Per una economia di comunione – un approccio multidisciplinare*. Roma, Itália Città Nuova Editrice.

BRUNI, L., 2005, *Comunhão e as novas palavras em economia*. São Paulo, Editora Cidade Nova.

_____, 2006, *A economia carismática*, mimeo. Florença, Itália.

_____, 2007, *La ferita dell'altro – Economia e relazione umane*. Trento, Itália Casa Editrice Il Margine,.

_____, 2009, *L'economia chiariana, economia di comunione, una cultura nuova*. n° 28/08, Roma, Itália, Città Nuova Editrice.

BUARQUE, C., 2001, *Admirável mundo atual – Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo, Geração Editorial.

BUBER, M., 1985, *Que es el hombre?* México, Fondo de Cultura Econômica.

_____, 2003, *Eclipse de Deus – Considerações sobre a relação entre religião e filosofia*. São Paulo, Verus Editora.

CADERNI DI ECONOMIA DI COMUNIONE, 2004, *Economia di comunione, una cultura nuova*. Roma, Itália, Editore AIEC.

CADERNOS DE HUMANIDADE NOVA, 1992, *Economia de Comunhão – Propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”*. São Paulo, Editora Cidade Nova.

CAILLÉ, A., 2002, *Antropologia do dom – O terceiro paradigma*. Editora Vozes. Rio de Janeiro.

CASTELLS, M., 1999, *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CATAPAN, DOM J., 1997, *Conceituação da ética – Fundamentos da ética na natureza humana*. Cadernos Escola Social, São Paulo.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO, 1999, *Anais do Bureau Internacional da Economia de Comunhão*, São Paulo, Editora Cidade Nova.

CERQUEIRA, H. E. A. G., 2000, *Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico*, mimeo. Texto para discussão número 142. UFMG/Cedeplar.

CHARDIN, T. DE, 1970, *O fenômeno humano*. Porto, Portugal, Livraria Tavares Martins.

CHOMSKY, N., 2002, *O lucro ou as pessoas?* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CORRÊA, R. L., 2007, *Região e organização espacial*. São Paulo, Editora Ática.

COSTA, R., ARAÚJO, V., et al, 1998, *Economia de comunhão – projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. 2 ed., São Paulo Editora Cidade Nova.

CNBB, 1993, *Ética, pessoa e sociedade*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, São Paulo.

CURY, M., 1997, *Conceituação da ética - A ética nas leis dos povos*. Cadernos Escola Social, São Paulo.

D'ORFEUIL, H. R., 2002, *Economia cidadã – Alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

DIZIONARIO DI ITALIANO PER BRASILIANI, 2007, *Parola chiave*. São Paulo, Martins Fontes.

ESPRI, 2009, Relatório anual. São Paulo.

FILHO, G. C. F., 2002, *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais*. Salvador, In: Revista Bahia Análise & Dados, SEI, v. 12, n.1.

GANEM, A., 1999, *Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica*. Revista de Economia Contemporânea. UFRJ/IE. <http://www.ie.ufrj.br/revista>. Acesso em 22/09/2008.

GOLIN, E., PAROLIN, G., 2003, *Per un'impresa a più dimensioni – strategie e bilancio secondo il metodo Rainbowscore*, Roma, Itália, Città Nuova Editrice.

HAESBAERT, R., 2006, *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: *Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.

JOÃO PAULO II, 1991, *Centesimus Annus*. Vaticano. <http://www.vatican.va>. Acesso em 28/08/2008.

_____, 1993, *Veritatis splendor*. Vaticano. <http://www.vatican.va>. Acesso em 25/08/2008.

_____, 1995, *Evangelium vitae*. Vaticano. <http://www.vatican.va>. Acesso em 26/08/2008.

JONAS, H., 2006. *O princípio responsabilidade – ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio.

LUBICH, C., 2000, *O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão*. In: *Anais do Bureau Internacional de Economia e Trabalho*. São Paulo, Editora Cidade Nova.

MANFREDI, M., 2006, *La cooperazione decentrata*. www.azionemondounito.org. Acessado em 18/02/2009.

MORAES, A. C. R., 2005, *Ideologias Geográficas*, São Paulo, Anna Blume.

NEGRÃO, L. N., 2005, *Nem “jardim encantado”, nem “clube dos intelectuais desencantados”*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – v. 20, n. 59.

OLIVEIRA, F. L., 2005, *O campo da sociologia das religiões: secularização versus a “revanche de Deus”*, Florianópolis, In: *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v. 2, n. 2.

OLIVEIRA, M. A., 1996. *Ética e sociabilidade*. Coleção Filosofia. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Edições Loyola.

PAULO VI, 1965, *Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo atual*. Vaticano. <http://www.vatican.va>. Acesso em 25/08/2008.

PICÃO, DOM D., 1997, *Conceituação da ética – a ética na doutrina da Igreja*. Cadernos da Escola Social, São Paulo.

PIERUCCI, A. F., 1998, *Secularização em Max Weber – da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido*. São Paulo, In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 2.

_____, 2005, *O desencantamento do mundo – todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo, Editora 34, 2ª edição.

PIRES, C. M., 2004, *Ética da necessidade e outros desafios*. Rio Grande do Sul, Editora Unisinos.

POLANY, K., 1988, *A grande transformação*. São Paulo, Editora Campus Ltda.

RANDOLPH, R., 1999, *Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades*, Rio de Janeiro, In: Revista GEOgraphia, ano 1, n° 2.

KRAYCHETE, G., 2005, *A produção de mercadorias por não-mercadorias*, Rio de Janeiro, Capina.

KRAYCHETE G., LARA F., COSTA B. (org.), 2000, *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Editora Vozes, Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL.

RUPNIK, M. I., 2005, *Para uma antropologia da comunhão – pessoa, cultura da Páscoa*, Bauru, São Paulo, EDUSC.

SAMPAIO, M. A. L., LEITÃO, S. P., 2007, *Economia de Comunhão e organização de aprendizagem: compatibilidades conceituais*. Rio de Janeiro, In: Revista de Administração Pública. Maio/Junho de 2007.

SANTOS, B. S., 2001, *Ética e felicidade em Platão e Aristóteles: semelhanças, tensões e convergências*. Rio de Janeiro, In: Caderno de Atas da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia.

SANTOS, M., 2000, *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Record.

SANTOS, M., 2001, *Território e Sociedade*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, M., 2002, *O dinheiro e o território*. Rio de Janeiro, In: Território, territórios – Ensaio sobre o ordenamento territorial, DP&A Editora.

SANTOS, M., BECKER, B. et al., 2006, *Território, territórios – Ensaio sobre o ordenamento territorial*, Rio de Janeiro, DP&A Editora.

SANTOS, V. A., 2009, *Apadrinhar o futuro*, In: Cidade Nova – www.cidadenova.com.br. Acessado em 04/03/2009.

SCHERER-WARREN, I., 2005, *Redes e movimentos sociais*, São Paulo, Edições Loyola – Centro João XXIII.

SEN, A., 2000, *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo. Companhia das Letras.

SINGER, P., 2004, *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. São Paulo, In: Estudos Avançados, CEBRAP, v. 18, n. 51.

SMITH, A., 2002, *Teoria dos sentimentos morais*, São Paulo, Martins Fontes.

TAUILE, J. R., 2002, *Do socialismo de mercado à Economia Solidária*, Rio de Janeiro, In: Revista Economia Contemporânea, v. 6, n.1.

TENACE, M., 2005, *Para uma antropologia da comunhão – Da imagem à semelhança, a salvação como divinização*, Bauru, São Paulo, EDUSC.

WEBER, M., 2003, *Economia e sociedade*. Brasília, Editora UNB, Volume 1.

_____, 2007, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo Martin Claret.

YUNUS, M., 2008, *Um mundo sem pobreza*, São Paulo, Editora Ática.

ZAOUAL, H., 2006, *Nova economia das iniciativas locais – uma introdução ao pensamento pós-global*, Rio de Janeiro, DP&A editora – COPPE – UFRJ – Programa de Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANEXOS

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISADORA: HELOISA HELENA GONÇALVES

Indique com um X o nível (de 1 a 5) que melhor expressa a sua visão sobre a empresa, para cada um dos 9 aspectos listados abaixo. Utilize como referência para os níveis a seguinte escala:

1	2	3	4	5
PÉSSIMO	RUIM	SATISFATÓRIO	BOM	ÓTIMO

	1	2	3	4	5
1. Relacionamento entre os trabalhadores (não incluindo os membros de gerência e diretoria).					
2. Relacionamento entre trabalhadores e membros de gerência e diretoria.					
3. Esforços da empresa para a integração entre os diversos funcionários e setores da empresa.					
4. Condições do ambiente de trabalho .					
5. Preocupação da empresa com as normas ambientais .					
6. Solidariedade entre os vários membros da empresa.					
7. Partilha de conhecimentos por parte dos membros da gerência e da diretoria.					
8. Partilha de conhecimentos por parte dos demais funcionários.					
9. Nível de satisfação em trabalhar na empresa.					

Questionário/Entrevista com trabalhadores administrativos e demais funcionários

Idade: _____

Tempo na empresa: _____

Formação: _____

Perguntas fechadas respondidas pelos trabalhadores com acompanhamento da pesquisadora.

Perguntas abertas feitas pela pesquisadora.

10. Você já trabalhou em outra (s) empresa (s)?
11. Se sim, comparando esta empresa que você trabalha hoje com a (s) empresa (s) anterior (es), há diferenças marcantes na sua cultura organizacional?
12. Enumere em ordem de importância as três principais diferenças percebidas.
13. Existem normas de conduta ou regulamento de convivência em sua empresa?
14. Estas normas são praticadas dentro da empresa?
15. Você tem conhecimento de que a empresa onde você trabalha faz parte do projeto da EdC?
16. Se sim, explique em poucas palavras o que você entende por Economia de Comunhão.
17. No seu entender o que seria fazer uma experiência de comunhão dentro da empresa?
Existem momentos de comunhão entre os trabalhadores dentro da empresa? Cite uma experiência que você acha interessante.
18. E fora da empresa? Vocês vivenciam experiências de comunhão em outros momentos que não os de trabalho? Cite uma delas.

Entrevista com gerentes e diretores da empresa

Ano de fundação da empresa: _____

Ano de adesão ao projeto da EdC: _____

Setor de atuação da empresa: _____

Número de funcionários: _____

Número aproximado de fornecedores com os quais a empresa trabalha _____

Número aproximado de clientes diretos _____

Perguntas abertas feitas pela pesquisadora.

- 1- A empresa possui algum código de ética e código de conduta?
- 2- Os trabalhadores participaram ou participam da construção deste código? De que forma?
- 3- Estes códigos são conhecidos e aplicados junto aos trabalhadores da empresa, clientes e fornecedores, ou seja, junto aos atores que interagem com a empresa?
- 4- Como se dá a vivência do código de conduta no cotidiano da empresa?
- 5- Qual a principal motivação para a associação da empresa ao projeto de EdC?
- 6- Você observa a vivência de experiências de comunhão entre os trabalhadores da empresa?
- 7- Se sim, cite pelo menos uma.
- 8- Você acha que os códigos de ética e de conduta da empresa traduzem os valores da EdC? De que forma?
- 9- Existem parcerias com outras empresas da EdC para execução de atividades da cadeia produtiva da empresa? Se sim, indique quais são as empresas parceiras e sua área de atuação.
- 10- Há compartilhamento de tecnologias com outras empresas participantes do projeto da EdC?
- 11- Na sua visão, qual a importância dos pólos para o desenvolvimento do projeto da EdC? Existe alguma experiência de comunhão entre empresas constituintes do pólo que queira relatar?
- 12- É possível falar sobre redes em Economia de Comunhão? Na sua visão, quais seriam estas redes?

ANEXO 2- Quadro sintético por regiões do Movimento dos Focolares - 2008

ENTRADA (€)				SAÍDA (€)		
Região	Lucro empresas	Contribuições pessoais	Tot. Contribuições	Ajuda necessitados	Atividades formativas	Total
ANGOLA		420.00	420.00	2.000.00	6.500.00	8.500.00
CAMARÕES		2.049.63	2.049.63	15.605.00	1.000.00	16.605.00
COSTA DO MARFIM		400.46	400.46	1.522.67		1.522.67
KENYA		609.34	609.34	15.952.00	5.000.00	20.952.00
MADAGASCAR	300.00	120.00	420.00	1.837.00		1.837.00
NIGERIA				2.755.00		2.755.00
R.D.CONGO		13.00	13.00	39.890.00		39.890.00
SUL DA ÁFRICA		356.00	356.00	1.800.00		1.800.00
ÁFRICA SUBSAARIANA	300,00	3.968,43	4.268,43	81.361,67	12.500,00	93.861,67
EL SALVADOR		6.760.00	6.760.00	36.989.00		36.989.00
MEXICO	750.00	6.750.00	7.500.00	22.500.00	1.200.00	23.700.00
S. DOMINGO				3.950.00		3.950.00
AMERICA CENTRAL	750,00	13.510,00	14.260,00	63.439,00	1.200,00	64.639,00
CANADA	24.434.00	9.080.62	33.514.62	2.000.00		2.000.00
ESTADOS UNIDOS	61.616.82	39.712.40	101.329.22			
AMERICA DO NORTE	86.050,82	48.793,02	134.843,84	2.000,00		2.000,00
ARGENTINA	9.717.50	13.077.70	22.795.20	99.330.55	29.135.22	128.465.77
BRASIL	71.341.00	54.863.71	126.204.71	386.154.00		386.154.00
CHILE	1.066.00	2.250.00	3.316.00	11.542.00	3.800.00	15.342.00
COLOMBIA	864.00	4.956.00	5.820.00	38.800.00		38.800.00
PERU	170.00	2.057.06	2.227.06	2.710.00	3.000.00	5.710.00
URUGUAI	2.349.00	2.029.60	4.378.60	24.946.00		24.946.00
VENEZUELA	714.00	4.811.00	5.525.00	21.300.00		21.300.00
AMERICA DO SUL	86.221,50	84.045,07	170.266,57	584.782,55	35.935,22	620.717,77
CHINA	12.350.75	10.803.00	23.153.75	4.144.00		4.144.00
COREIA	17.119.16	17.545.46	34.664.62	2.380.00		2.380.00
FILIPINAS	30.300.89	7.532.18	37.833.07	82.098.66	6.650.00	88.748.66
JAPÃO	647.20	12.530.68	13.177.88			
ÍNDIA		496.00	496.00	3.064.00		3.064.00
PAQUISTÃO	2.809.00	830.00	3.639.00	6.500.00	2.000.00	8.500.00
SUDESTE ASIÁTICO		1.133.00	1.133.00	16.170.00	8.000.00	24.170.00
TAILÂNDIA	1.532.00	1.910.00	3.442.00	9.200.00	4.000.00	13.200.00
ÁSIA	64.759,00	52.780,32	117.539,32	123.556,66	20.650,00	144.206,66
ALBÂNIA				10.500.00		10.500.00
CROÁCIA	1.645.91	2.711.91	4.357.82	38.820.00		38.820.00
LITUÂNIA		165.00	165.00	1.300.00	6.500.00	7.800.00
POLÓNIA	17.866.70	6.488.00	24.354.70	30.000.00	2.000.00	32.000.00
REP. CHECA		2.847.00	2.847.00	7.800.00		7.800.00
RÚSSIA		10.00	10.00	5.725.00	12.000.00	17.725.00
ESLOVÁQUIA	1.493.50	5.303.50	6.797.00	8.392.00		8.392.00
ESLOVÊNIA	8.668.00	4.900.00	13.568.00	35.040.00	9.000.00	44.040.00
SUDESTE EUROPEU	1.312.00	1.831.00	3.143.00	75.320.00	5.300.00	80.620.00
HUNGRIA	3.580.00	2.325.00	5.905.00			
EUROPA ORIENTAL	34.566,11	26.581,41	61.147,52	212.897,00	34.800,00	247.697,00
ÁUSTRIA	8.799.14	27.406.58	36.205.72			
BÉLGICA	72.000.00	27.432.00	99.432.00			
FRANÇA	15.270.00	28.070.43	43.340.43			
ALEMANHA	33.763.06	53.550.24	87.313.30			
GRã BRETANHA	4.292.23	14.590.53	18.882.76			
IRLÂNDIA	7.000.00	3.404.38	10.404.38			
HOLANDA		11.865.00	11.865.00			
PORTUGAL	12.500.00	10.724.46	23.224.46		6.250.00	6.250.00
ESPAÑHA	51.964.28	24.580.60	76.544.88			
SUIÇA	82.372.24	47.091.17	129.463.41			
EUROPA OCIDENTAL	287.960,95	248.715,39	536.676,34		6.250,00	6.250,00
ITÁLIA	181.647,60	345.932,03	527.579,63			
ARGÉLIA		1.035.41	1.035.41	3.071.00	3.000.00	6.071.00
EGITO		616.00	616.00	1.800.00		1.800.00
JORDÂNIA		1.280.00	1.280.00	6.240.00		6.240.00
LIBANO	594.00	3.616.00	4.210.00	6.257.00		6.257.00
TERRA SANTA		996.00	996.00	5.500.00		5.500.00
TURQUIA	542.99	1.250.00	1.792.99			
O. MÉDIO/NORTE ÁFRICA	1.136,99	8.793,41	9.930,40	22.868,00	3.000,00	25.868,00
AUSTRÁLIA		4.001.00	4.001.00			
OCEANIA		4.001,00	4.001,00			
Centros Movimento		57.825.33	57.825.33			
Vídeo EdC					19.438.00	19.438.00
Noticiário EdC					33.403.21	33.403.21
Instituto Universitário Sophia					200.000.00	200.000.00
Custos administrativos						30.809.03
Total	743.392,97	894.945,41	1.638.338,38	1.090.904,88	367.176,43	1.488.890,34

ANEXO 3 - Quadro sintético por regiões do Movimento dos Focolares - 2009

ENTRADA (€)				SAÍDA (€)		
Região	Lucro empresas	Contribuições pessoais	Tot. Contribuições	Ajuda necessitados	Atividades formativas	Total
ANGOLA		580.00	580.00	4850.00		4850.00
CAMARÕES		1050.00	1050.00	18853.01	7.000.00	25.853.01
COSTA DO MARFIM	609.79	718.00	1.327.79	10.812.00		10.812.00
KENYA		310.00	310.00	28.210.63		28.210.63
MADAGASCAR	150.00	100.00	250.00	2.000.00	1.500.00	3.500.00
NIGERIA						
R.D.CONGO				42.778.50		42.778.50
SUL DA ÁFRICA		335.00	335.00	900.00		900.00
ÁFRICA SUBSAARIANA	759,79	3.093,00	3.852,79	108.404,14	8.500,00	116.904,14
EL SALVADOR		6.760.00	6.760.00	40.214.00		40.214.00
HAITI				760.00		760.00
MEXICO		5.575.00	5.575.00	20.496.71	7.000.00	27.496.71
S. DOMINGO				4.122.00		4.122.00
AMERICA CENTRAL		12.335,00	12.335,00	65.592,71	7.000,001.200,00	72.592,71
CANADA	10.212.11	2.032.10	12.244.21			
ESTADOS UNIDOS	42.409.30	8.041.22	50.450.52			
AMERICA DO NORTE	52.621,41	10.073,32	62.694,73			
ARGENTINA	3.109.00	7.836.00	10.945.00	77.258.93	11.819.43	89.078.36
BRASIL	71.095.00	53.084.64	124.179.64	368.139.19 ^p	10.500.00	378.639.19
CHILE	545.00	1.230.00	1.775.00	11.469.50	3.800.00	11.469.50
COLOMBIA	4.134.00	5.963.61	10.097.61	38.760.30	8.000.00	46.760.30
URUGUAI	1.576.00	1.936.00	3.512.00	22.255.68	5.000.00	27.255.68
VENEZUELA	5.095.00	5.071.00	10.166.00	18.383.00	4.000.00	22.383.00
AMERICA DO SUL	85.554,00	75.121,25	160.675,25	536.266,60	39.319,43	575.586,03
CHINA	8.278.00	9.739.00	18.017.00	4.144.00		4.144.00
COREIA	10.100.00	8.963.00	19.063.00	4.000.00		4.000.00
FILIPINAS	22.254.00	5.262.00	27.516.00	92.661.12		92.661.12
JAPÃO		7.934.45	7.934.45			
ÍNDIA		117.20	117.20	2.778.00		2.778.00
PAQUISTÃO					3.000.00	3.000.00
SUDESTE ASIÁTICO		2.038.00	2.038.00	14.075.00		14.075.00
TAILÂNDIA	824.00	1.784.00	2.608.00	7.756.00	4.000.00	11.756.00
ÁSIA	41.456,00	35.837,65	77.293,65	125.414,12	7.000,00	132.414,12
ALBÂNIA				12.447.00		12.447.00
LITUÂNIA		265.00	265.00	1.100.00		1.100.00
POLÓNIA	1.180.00	4.210.00	5.390.00	23.937.00	3.000.00	26.937.00
REP. CHECA		458.00	458.00	5.458.00	6.000.00	11.458.00
RÚSSIA		288.00	288.00	10.819.00	10.000.00	20.819.00
ESLOVÁQUIA	1.355.00	4.548.00	5.903.00	4.351.00		4.351.00
ESLOVÊNIA	1.210.00	3.115.00	4.325.00		2.500.00	2.500.00
SUDESTE EUROPEU	13.711.00	5.045.00	18.756.00	95.240.00	10.200.00	105.440.00
HUNGRIA	2.899.73	2.042.27	4.942.00			
EUROPA ORIENTAL	20.355,73	19.971,27	40.327,00	153.352,00	31.700,00	185.052,00
AÚSTRIA	8.315.30	25.045.19	33.360.49			
BÉLGICA	73.850.00	18.460.00	92.310.00			
FRANÇA	19.980.00	27.241.00	47.221.00			
ALEMANHA	5.682.64	37.542.65	43.225.29		28.000.00	28.000.00
GRA BRETANHA		5.000.00	5.000.00			
IRLANDA		600.00	600.00			
HOLANDA	7.027.54	12.360.92	19.388.46			
PORTUGAL		18.293.29	18.293.29			
ESPAÑA	2.538.54	22.809.09	25.347.63			
SUÍÇA	62.793.03	40.879.47	103.672.50			
EUROPA OCIDENTAL	180.187,05	208.231,61	388.418,66		28.000,00	28.000,00
ITÁLIA	189.368,35	161.244,61	350.612,96			
ARGÉLIA		1.590.00	1.590.00	3.500.00	3.000.00	3.500.00
EGITO	2.390.00	133.00	2.523.00	2.600.00	4.000.00	6.600.00
JORDÂNIA		1.800.00	1.800.00	4.883.00	3.000.00	7.883.00
LIBANO	950.00	3.065.00	4.015.00	5.290.00		5.290.00
TERRA SANTA				6.779.00		6.779.00
TURQUIA		1.200.00	1.200.00			
O. MÉDIO/NORTE ÁFRICA	3.340,00	7.788,00	11.128,00	23.052,00	7.000,00	30.052,00
AUSTRÁLIA		3.481.75	3.481.75			
OCEANIA		3.481,75	3.481,75			
Sobra anos precedentes	104.768.54	153.287.34				
Centros Movimento		49.289.03	49.289.03		10.300.00	10.300.00
Noticiário e Rapporto EdC					11.117.00	11.117.00
Instituto Universitário Sophia					200.000.00	200.000.00
Custos administrativos						55.791.24
Total	678.410,87	739.753,83	1.418.164,70	1.012.081,57	349.936,43	1.417.809,24